

OEI

DEMOCRACIA SOB TENSÃO:

ação, negação e desencanto



02 Março 2026

Ibero-América
em Democracia

Ibero-**América**
em Democracia

Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI)

Comitê Editorial do projeto *Ibero-América em Democracia*

Direção: Mariano Jabonero e Ramón Jáuregui

Membros: Carolina Bescansa, Fernando Carrillo Flórez, Ana Paula Laborinho, José María Lassalle, Carlos Malamud, Carmen Martínez de Castro, Cándido Méndez, Erika Rodríguez Pinzón e Cruz Sánchez de Lara

Coordenação do projeto: María Ignacia Bensadón Toso

Coordenação da publicação: María Ignacia Bensadón Toso e Camila Saute Torresini

Revisão de ortotipografia e de estilo: Cálamo y Cran

Design e diagramação: Didot&Bodoni

Tradução ao português: Simone Nascimento Campos e Mary Jane de Santana Gomes

ISSN: 3106-6631

Depósito Legal: M-3631-2026

Impresso por: Gráficas Muriel, Madrid, março 2026

© Desta edição: OEI

© Dos textos: seus autores

© Das imagens: seus criadores

Esclarecimentos:

- O conteúdo desta publicação é de responsabilidade exclusiva dos seus autores e não reflete, necessariamente, a posição da OEI.
- Alguns artigos incluídos nesta publicação foram publicados no El País América e outros no Enclave ODS (El Español). Em todos os casos, a OEI conta com a autorização desses dois meios de comunicação para divulgar os textos neste formato e traduzi-los para o português.
- Este material foi concebido para ter a maior divulgação possível e, assim, contribuir para o conhecimento e a troca de ideias. Autoriza-se a sua reprodução, desde que se cite a fonte e de que se realize sem fins lucrativos.

SUMÁRIO

Democracia sob tensão: ação, negação e desencanto	4.
Pós-democracia. O fim de uma ordem mundial? Manuel Alcántara Sáez	6.
Democracia e mudança climática: mais transparência para um mundo em crise Paulina Astroza Suárez	10.
A universidade e o futuro imaginado Jaime Olmedo Ramos	14.
Confiança, empreendedorismo e educação: três chaves democráticas para o mundo hispânico Giuseppe Tringali	18.
Democracia e inteligência artificial: mais perguntas do que respostas Otto Granados Roldán	24.
Liberdade, para quê? Ramón Jáuregui	28.
Contra o excesso de diagnóstico: ação! Antoni Gutiérrez-Rubí	32.
Economia feminista na América Latina: realidade e desafios pendentes Eugenia Perona	38.
Lula, Bukele e a eterna reeleição Pablo Uribe Ruan	42.
Será que as juventudes de hoje são menos democráticas do que as gerações anteriores? Alexandre Pupo	46.
Venezuela, autoritarismo do século XXI Luz Mely Reyes	52.
Institucionalidade democrática latino-americana: calcanhar de Aquiles ou fortaleza interior para a democracia Rogelio Núñez	56.
Migração e democracia na América Latina: fazer memória para nos reconhecermos no outro Eileen Truax	62.
O argumento conservador a favor da regulamentação das drogas Michael Weintraub	66.
Novos modelos sociais e de governança: uma proposta para refundar o Estado a partir da ética e da cidadania Pablo Ulloa	70.
Uma democracia confusa Patricio Fernández	74.
Cultura e direitos para uma Ibero-América mais sustentável Raphael Callou	80.
Rodrigo Paz e a guinada boliviana Edmundo Paz Soldán	84.
A unidade e o acordo social, o único caminho na democracia Cándido Méndez Rodríguez	88.
COP30: O momento da Ibero-América diante da crise climática Álvaro Ráez Fernández	92.
A independência judicial em contextos de crise democrática Enrique Gil Botero	96.
A cultura como condição de possibilidade Federico Buyolo	102.
Apoiar os meios de comunicação locais é proteger a democracia Dora Montero Carvajal	106.
UE-Mercosul: um novo modelo de desenvolvimento econômico e uma nova etapa para a Espanha Ramón Casilda Béjar	110.
Entrevista a Pilar del Río María Bensadon	114.

DEMOCRACIA SOB TENSÃO:

ação, negação e desencanto

A democracia ibero-americana passa por um momento decisivo. **Não se trata de uma conjuntura temporária nem uma crise restrita a este ou àquele país**, mas um fenômeno mais profundo, que se manifesta em diferentes planos ao mesmo tempo: no esgotamento de certas lideranças, no desencanto dos cidadãos, na tensão entre inovação tecnológica e controle democrático, na dificuldade de manter consensos mínimos, e na fragilidade de instituições que, apesar de seu valor histórico, precisam se adaptar a um presente radicalmente novo.

Neste número reunimos vozes diversas para analisar um cenário comum: uma região que quer avançar, mas vive sob tensões crescentes. Pressões que se expressam nas ruas, na política, nos meios de comunicação, na escola, na universidade e nos espaços multilaterais. **Não são fenômenos isolados: a crise do multilateralismo, a redução dos investimentos em cooperação, o desinteresse político pela educação, a escalada da violência linguística e a erosão democrática estão profundamente inter-relacionados.** São sintomas diferentes de um mesmo desafio histórico.

Vários artigos reunidos nesta edição deixam isso claro. A reflexão de **Manuel Alcántara** sobre a pós-democracia, as transformações climáticas, abordadas por **Paulina Astroza**, e as da inteligência artificial, analisadas por **Otto Granados**, mostram que as mudanças tecnológicas e ambientais não são neutras. Por outro lado - como propõe **Jaime Olmedo** nestas páginas -, a universidade continua sendo um espaço de imaginação e de futuro. Como adverte **Giuseppe Tringali**, temos que reforçar a confiança, o empreendedorismo e a educação como pilares democráticos.

Outros autores colocam o foco nas tensões políticas: a pergunta de **Ramón Jáuregui** sobre o sentido da liberdade; o chamado à ação de **Antoni Gutiérrez-Rubí**; a reflexão de **Eugenia Perona** sobre a economia feminista; a análise de **Pablo Uribe** sobre a reeleição indefinida; e o olhar de **Luz Mely Reyes** sobre o autoritarismo do século XXI. **Rogelio Núñez**, por sua vez, examina a institucionalidade latino-americana, lembrando-nos que as regras e os mecanismos de controle importam tanto quanto as lideranças. As juventudes – tema central no artigo de **Alexandre Pupo** – não são menos democráticas, respondem a um ecossistema político, digital e emocional profundamente diferente. E a migração, como descreve **Eileen Truax**, amplia esse debate.

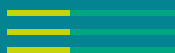
Nesse contexto, propostas como as de **Pablo Ulloa** sobre novos modelos de governança, as de **Raphael Callou** e **Federico Buyolo** sobre cultura e sustentabilidade, e o chamado ao acordo social de **Cándido Méndez**, apontam caminhos possíveis. Da mesma forma, as reflexões sobre a independência judicial (**Enrique Gil Botero**), a mídia local (**Dora Montero**), os equilíbrios geopolíticos (**Ramón Casilda**) ou a emergência climática diante da COP30 (**Álvaro Ráez**) ampliam o olhar para uma região que não pode ser compreendida de forma fragmentada. Além disso, **Edmundo Paz Soldán** nos leva a pensar sobre a relação entre pragmatismo e expectativas em contextos voláteis. **Patricio Fernández** resume o clima atual ao falar de uma “democracia confusa”, e **Michael Weintraub** apresenta um argumento conservador para regulamentar as drogas. O percurso se encerra com uma entrevista com **Pilar del Río**, cuja afirmação – “*A democracia não está em crise, as sociedades sim*” – funciona como um convite para reorientar o debate.

Se algo se destaca nesta edição é uma certeza compartilhada: **nenhum dos grandes problemas da região pode ser enfrentado de forma isolada nem por meio do confronto permanente**. A crise do multilateralismo não é pontual; é um lembrete de que, quando os espaços comuns se enfraquecem, todo o restante se torna mais vulnerável. **Governar não pode significar defender uma trincheira**, mas sim promover diálogos, consensos e firmar pactos, por isso, este segundo número da revista *Ibero-América em Democracia* busca abrir conversas necessárias, oferecer análises rigorosas e convocar um diálogo sereno em tempos de ruído.

Na OEI acreditamos que **somente a cooperação, a educação, a cultura e o multilateralismo podem proteger aquilo que mais importa: a confiança de nossas sociedades em si mesmas**. Convidamos o leitor a percorrer estas páginas com espírito crítico, mas também com esperança. A tensão que atravessa nossas democracias não é apenas uma ameaça; pode ser também um impulso. E nesse cruzamento – entre a ação, a negação e o desencanto – está em jogo hoje uma parte decisiva do futuro ibero-americano.

Mariano Jabonero
Secretário-Geral da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI)

PÓS-DEMOCRACIA: O FIM DE UMA ORDEM MUNDIAL?



Hoje, parece que a democracia deixou de ser o motor do desenvolvimento político que foi durante a última metade do século. Há sinais que evidenciam essa mudança.





POR **MANUEL ALCÁNTARA SÁEZ**

Professor na Universidade de Salamanca, pesquisador e escritor especializado em Política Comparada da América Latina.

A ordem mundial estabelecida no final da Segunda Guerra Mundial vislumbrava alcançar a democracia como forma ideal de governo baseada em **três ideias fundamentais: escolha popular das autoridades** por meio de eleições livres, competitivas, igualitárias e secretas; **separação de poderes** e **expansão dos direitos humanos no âmbito do Estado de Direito**. Tudo isso ocorria em um cenário de crescente reconhecimento do pluralismo.

Este panorama se consolidou no contexto da “terceira onda” teorizada por Samuel Huntington, que compreende os processos democratizantes ocorridos nas duas décadas que separam os do Sul da Europa dos do Leste. O fracasso do comunismo, do militarismo desenvolvimentista e de diferentes modelos de regimes sultanistas foi evidente, e quase todos os países latino-americanos se viram imersos nesse movimento. Restaram apenas casos atípicos como o de Cuba, mas a maioria seguiu, aparentemente, o caminho da chamada consolidação democrática.

O sucesso dessa transformação no final do século passado se traduziu em **um novo impulso no seio da ciência política e em uma agenda para a “qualidade da democracia”, que consiste em medir seu comportamento de acordo com abordagens teóricas iniciadas e desenvolvidas**, entre outros, por Guillermo O'Donnell e Leonardo Morlino. Isso permitiu avanços importantes na análise da democracia a partir da avaliação de seus componentes. Freedom House, The Economist Intelligence Unit, a Fundação Bertelsmann, International IDEA e o Projeto V-DEM foram os agentes mais proeminentes para canalizar tais estudos.

O ponto de inflexão global provocado pela pandemia agravou os sintomas de fadiga que vinham afetando um bom número de países situados em diferentes níveis do contexto democrático. **A desconfiança nas instituições, a subvalorização da democracia e a crise da representação política demonstradas em partidos fragmentados, voláteis e com uma identidade enfraquecida e difusa eram evidentes.** Isso também foi articulado pela centralidade de líderes inexperientes, lançados na arena política por consultores especializados em comunicação. Além disso, na maioria dos países latino-americanos, os resultados fracos no combate à insegurança pública e à corrupção aumentaram o descrédito da política.

Este cenário foi completado com uma **sociedade transformada pela revolução digital exponencial**: o crescente individualismo, a articulação das diferentes identidades nas redes sociais emergentes (que transtornaram as formas anteriores de interação social), os novos mecanismos de informação e comunicação que chegavam às pessoas de forma personalizada, imediata e viral, e o império da pós-verdade (com a presença de formas de manipulação da realidade). Tratou-se, em suma, da consolidação de uma “sociedade do cansaço”, segundo Byung-Chul Han, que aprofundou o estado de “sociedade líquida”, teorizado por Zygmunt Bauman, que descreve a sociedade de consumo.



Atualmente, parece que a democracia deixou de ser o motor do desenvolvimento político que foi durante a última metade do século. Nada indica que o consenso indiscutível estabelecido esteja se mantendo. Há sinais claros que evidenciam essa mudança.

Além disso, **o mundo é liderado por conglomerados de empresas de tecnologia em constante crescimento, com uma dimensão financeira sem precedentes.** Eles agem em conjunto com a alienação dos seres humanos, desenvolvendo novas formas de ação coletiva incompatíveis com a maneira como a democracia, hoje desarticulada, evoluiu ao longo de décadas, e abrindo as portas para um cenário insólito e incerto de pós-democracia, no qual a polarização afetiva se torna um instrumento eficaz.

Dentro da ambiguidade do termo e em meio ao desmantelamento do multilateralismo como caminho para uma ordem mundial minimamente operacional, despontam três fenômenos, aos quais agora se soma a disrupção gerada pela inteligência artificial (IA).

O primeiro deles se refere à capacidade autodestrutiva que sempre foi considerada inerente à democracia. Há atores internos cujo comportamento é desleal ou até “semileal”, como denunciou Juan Linz. Um exemplo é o de Vladimir Putin, que um dia chegou à presidência graças ao voto popular, mas imediatamente passou a corroer o credo democrático, esmagando a oposição e assumindo todos os mecanismos de poder. O chavismo, Daniel Ortega e Nayib Bukele fizeram o mesmo, com resultados devastadores para seus países.

O segundo está relacionado com o caminho perigoso trilhado por Donald Trump e seus doze epígonos na Europa e na América Latina. Seu comportamento restringe os direitos humanos ao bloquear políticas de inclusão, diversidade e igualdade, e ao criar bodes expiatórios sobre os quais se despeja a ira de uma cidadania seduzida por múltiplas formas de manipulação da realidade. O discurso nacionalista inflamado, assim como o ataque à mídia independente, a intelectuais e a grupos de oposição, ameaçam qualquer cenário de consideração e respeito ao pluralismo.

Em terceiro lugar, está o modelo inegável de sucesso econômico e a enorme transformação social em termos de urbanização e aumento dos padrões educacionais e de saúde exibidos pela China. Assim, o autoritarismo chinês tornou-se um estímulo à manutenção de formas não democráticas em outros países.

“
OS RESULTADOS
fracos no combate à
insegurança pública e à
corrupção aumentaram o
descrédito da política.
”

Por sua vez, **a IA tem se transformado em uma ferramenta disruptiva que impacta drasticamente por meio da desinformação e pelo fomento do conhecimento das preferências das pessoas**, tornando obsoleta a participação política convencional. Portanto, não será nenhuma surpresa que, em breve, a maneira como o eleitorado comparece periodicamente às urnas seja substituída, assim como a própria escolha de seus representantes.

Enfim, a pós-democracia representa um espaço incerto que responde aos desafios da sociedade digital, ao mesmo tempo em que é consequência do cerco histórico sofrido pela democracia representativa e de seus fracassos em enfrentar os problemas dos cidadãos e atender a suas demandas.



DEMOCRACIA E MUDANÇA CLIMÁTICA: MAIS TRANSPARÊNCIA PARA UM MUNDO EM CRISE.





POR **PAULINA ASTROZA SUÁREZ**

Advogada, professora de Direito Público e doutora em Ciências Políticas e Sociais. Diretora e fundadora do Programa de Estudos Europeus, foi vice-presidenta da Associação Chilena de Ciência Política.

Os eventos meteorológicos extremos são cada vez mais frequentes. As intensas e duradouras ondas de calor, a alteração dos ciclos de chuvas e as mudanças nas temperaturas consideradas normais para determinadas épocas do ano não parecem ser passageiras, mas sim tendências que se prolongarão por muito tempo. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, **o aumento das temperaturas, causado pela emissão de gases de efeito estufa resultante da atividade humana, já atingiu 1,5 °C em comparação com os níveis pré-industriais (1850-1900)**. Esse fenômeno não ocorre isoladamente, pois se manifesta com outros dois processos igualmente alarmantes: **a poluição e a perda acelerada da biodiversidade**,

formando assim o que as Nações Unidas chamam de “tripla crise planetária”.

A existência dessa tripla crise afeta transversalmente as sociedades em todo o mundo, sem distinguir fronteiras, níveis de desenvolvimento ou formas de governo. E, embora se trate de uma ameaça ambiental, seus impactos sociais, econômicos e políticos também são muito profundos. A democracia, evidentemente, não é alheia a essa realidade, já que a mudança climática e suas consequências começaram a corroer alguns de seus fundamentos básicos. Falamos, por exemplo, da igualdade perante a lei, da participação pública efetiva, da garantia de direitos e da estabilidade institucional.

Os efeitos ambientais agravam as desigualdades estruturais já existentes, principalmente nas comunidades mais vulneráveis — que, paradoxalmente, não são as principais responsáveis pela crise. **Isso gera tensões sociais, migrações forçadas, deslocamentos internos e conflitos pelo acesso a recursos básicos como água, terra ou até mesmo ar limpo.** Fatos como esses aconteceram em Darfur, no Lago Chade e nos Estados insulares que veem suas costas recuarem para o interior. Por sua vez, as catástrofes climáticas — como os incêndios florestais no Chile ou os furacões que devastam ano após ano as regiões da América Central e do Caribe — expõem os limites das capacidades estatais, evidenciam lacunas históricas em infraestrutura, governança e proteção social e impõem a necessidade de repensar como responder a esses eventos.

UM MELHOR ACESSO
à informação e uma maior
participação do público
no processo de tomada de
decisões permitem tomar
melhores decisões.

A mudança climática contribui para criar um cenário de fragmentação que **enfraquece a coesão social, facilita a expansão da desinformação e abre espaço para discursos autoritários que prometem respostas rápidas**, ainda que regressivas ou excludentes. Essa desconfiança em relação às instituições e à maneira como elas respondem constitui terreno fértil para narrativas que tendem a culpar atores específicos — a classe política, a academia ou a comunidade científica — pela magnitude da crise ou por sua gestão, ou

mesmo a deslegitimá-los completamente, rotulando seus alertas como parte de uma suposta agenda ideológica. Nesse contexto, é crucial reafirmar a legitimidade do conhecimento científico em matéria ambiental, proteger o trabalho daqueles que o produzem e comunicá-lo de forma acessível e transparente para reconstruir a confiança pública e fortalecer a deliberação democrática.

A crise ambiental não é apenas uma preocupação da “agenda verde” ou do mundo científico, mas também um fator desestabilizador com implicações diretas na legitimidade dos governos democráticos. Nesse sentido, a capacidade de um sistema político de responder eficazmente a esses desafios é essencial, tanto para mitigar os efeitos da crise quanto para evitar o aprofundamento dos ciclos de desconfiança cidadã, apatia política e enfraquecimento institucional. Em outras palavras: deve haver uma **justiça ambiental** que não deixe ninguém para trás e cuja formulação inclua, em seu cerne, a cidadania. Diante desse cenário complexo, é necessário **repensar os marcos institucionais que regulam a relação entre cidadania, Estado e meio ambiente**. Uma democracia ambiental sólida — que garanta o acesso à informação, a participação pública nas decisões ambientais e o acesso à justiça em caso de violação de direitos — é fundamental para enfrentar essa tripla crise sem sacrificar os princípios democráticos.

Nesse contexto, podemos mencionar dois tratados internacionais que abordam o tema, um na Europa e outro na América Latina e no Caribe: a Convenção de Aarhus de 1998 e o Acordo de Escazú de 2018, respectivamente. O primeiro deles, cujo título oficial é *Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental*, estabelece que os cidadãos dos Estados-Partes tenham acesso à informação e estejam habilitados a participar na tomada de decisões e a recorrer à justiça em matéria ambiental. Anteriormente, a Convenção de Aarhus reconhecia que, em questões ambientais, “um melhor acesso à informação e uma maior participação do público no processo de tomada de decisões permitem tomar melhores decisões e aplicá-las de forma mais eficaz”.



Este acordo internacional serviu de inspiração para o Acordo de Escazú, um tratado aberto aos trinta e três Estados da América Latina e do Caribe. Após debates polêmicos em vários países — incluindo o Chile, país promotor do acordo que no último momento o então presidente Sebastián Piñera decidiu não assinar —, o tratado entrou em vigor em 21 de abril de 2021, após ser ratificado por onze dos trinta e três Estados. Atualmente, conta com dezoito Estados-Partes e vinte e quatro assinaturas, aguardando que aqueles que ainda não manifestaram o consentimento em se comprometer com o “Escazú” o façam nos próximos anos. Em geral, os objetivos do acordo da América Latina e do Caribe coincidem com os de seu equivalente europeu, mas acrescentam um ponto importante, nascido das necessidades e características da região: **a proteção dos ativistas pacíficos defensores do meio ambiente**. De fato, este é o **único tratado internacional de direito ambiental que aborda essa questão**.

Segundo seu artigo 1º, o Acordo de Escazú tem como finalidade garantir a implementação plena e efetiva dos **“direitos de acesso à informação ambiental, participação pública nos processos de tomada de decisões ambientais e acesso à justiça em questões ambientais”**. Além disso, reconhece **“a importância do trabalho e das contribuições fundamentais do público e dos defensores dos direitos humanos em questões ambientais para o fortalecimento da democracia, dos direitos de acesso e do desenvolvimento sustentável”**.

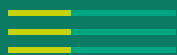
Na América Latina e no Caribe, os ativistas ambientais representam um pilar essencial na defesa de nossos bens comuns, mas também estão na linha de frente do risco. As estatísticas a esse respeito revelam uma realidade terrível: em 2024, de acordo com a organização Front Line Defenders, 257 pessoas defensoras dos direitos humanos foram assassinadas na região (o que representa 80% desses casos em nível global), e estima-se que 20,4% correspondam a líderes ambientais. Países como Colômbia e México se destacam por sua alarmante taxa de violência contra aqueles que denunciam a destruição ambiental, com números que chegam a dezenas de mortes anuais, apesar de terem ratificado o Acordo de Escazú, que obriga os Estados-Partes a garantir um ambiente **“livre de ameaças, restrições e insegurança”**.

EM 2024 257 pessoas defensoras dos direitos humanos foram assassinadas na região.



Na COP 3, realizada em abril de 2024 em Santiago do Chile, os países adotaram um Plano de Ação para implementar o artigo 9º do tratado, que inclui mecanismos concretos para prevenir, investigar e punir agressões contra ativistas. Esse compromisso com a democracia ambiental foi recentemente respaldado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em seu Parecer Consultivo 32/2025, que reafirmou o dever dos Estados de proteger os defensores ambientais, reconhecendo expressamente o valor do Acordo de Escazú. No entanto, persiste um desafio urgente: transformar esse marco legal em **proteção efetiva e real in situ**, por meio de recursos, vontade política e monitoramento cidadão. Só assim será possível garantir a justiça ambiental, salvaguardar aqueles que se atrevem a falar pelos ecossistemas e fortalecer a democracia diante da crise global que enfrentamos.

A UNIVERSIDADE E O FUTURO IMAGINADO.





POR JAIME OLMEDO RAMOS

Reitor da Universidade Camilo José Cela. Acadêmico da Real Academia de História e da Real Academia de Belas Artes e Ciências Históricas de Toledo e Córdoba.

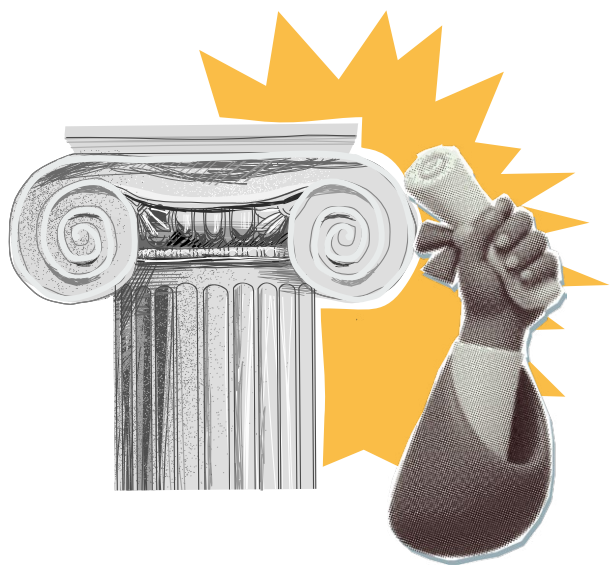
O fundamento da modernidade é o **projeto iluminista**, cuja tradução em nossos dias se expressa, **no campo político, como o Estado constitucional; no econômico, como a economia de mercado; no campo social, como o Estado de bem-estar; e, no cultural, como a sociedade aberta**. No entanto, vivemos tempos confusos, talvez o prelúdio da ruína desse sonho da razão prática que chamamos Iluminismo. Por isso, torna-se imprescindível atualizar seu discurso, preservando a democracia constitucional e a liberdade dentro de um Estado de Direito, como aponta Benigno Pendás (2019).

Entre uma «direita displicente», centrada na mera gestão «livre de incômodos debates ideológicos», e uma «esquerda complacente», ainda presa a uma «imaginária superioridade ética» (Pendás, 2019, p. 18), abriram-se as portas, com a frivolidade

típica do pós-moderno, para o rosto atual da velha demagogia histórica: o «populismo», que é «pura e simplesmente, o pior caminho possível para uma sociedade madura e complexa, mas, no fundo, vulnerável e sem raízes» (Pendás, 2019, p. 111).

Hoje nos deparamos com cidadãos imersos na incerteza — sujeitos frágeis, indefesos, que, «prestes a se tornar ninguém», vivem um estado de «crise de identidade» (Pardo, 2011) como resultado de uma estranha combinação entre pessimismo existencial e otimismo hedonista. **Aqueles traços aparentemente positivos do sujeito pós-moderno** (frágil ontologicamente, cético epistemologicamente e eclético moralmente) **se desgastaram até revelar seu reverso: economicamente manipulável, relativista e irresponsavelmente individualista**.

Nesse cenário, Timothy Snyder denuncia duas políticas perniciosas que estão condicionando o entendimento e a gestão do chamado «bem público»: a «**política da inevitabilidade**», ou seja, o futuro conhecido, inevitável, e a «**política da eternidade**», ou seja, o passado imaginado. Se na primeira dessas atitudes há «um coma intelectual induzido» que não permite imaginar futuros alternativos, na segunda há uma «hipnose», a saudade de um passado que realmente nunca existiu (Snyder, 2018: 143-150).



Não é preciso uma reflexão profunda para descobrir que ambas as opções giram em torno de duas contradições perversas: **sobre o futuro não pode haver certezas, mas sim esperanças, imaginação, sonhos.** Por outro lado, **sobre o passado não pode haver imaginação, mas sim certezas baseadas no conhecimento histórico.** Qualquer uma dessas duas opções é, em conclusão, «anti-histórica», pois «a sedução de um passado mitificado nos impede de pensar em futuros possíveis» (Snyder, 2018: 148).

O perigo, segundo esse professor de Yale, é que **estamos enfrentando uma transição da política da inevitabilidade para a política da eternidade**, da qual os populismos nacionais são um bom exemplo. Confiemos que os jovens, como conclui Snyder no epílogo de sua obra, sejam capazes de despertar e se tornar uma “geração

histórica que rejeite as armadilhas da inevitabilidade e da eternidade que lhes foram preparadas pelas gerações anteriores.” (Snyder, 2018: 150).

Nem tudo deve ser confiado ao “julgamento da História” como consolo de que “uma força moral autônoma” possa “acertar contas no livro dos fatos e da afronta à humanidade” (Wallach, 2022: 15). Essa ideia do julgamento da História é uma “fantasia consoladora que herdamos do Iluminismo” (Wallach, 2022: 146).

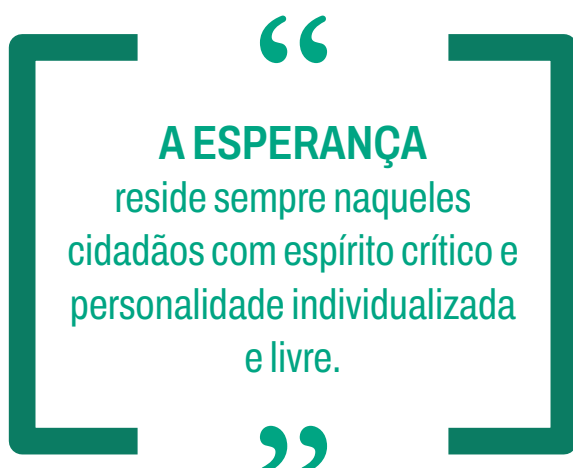
Não se deve dar como certo que a verdade virá finalmente à tona em uma versão secular do Dia do Juízo Final; é preciso travar a batalha cultural no nosso tempo histórico, em vez de esperar “a ação de uma força externa” e autônoma, em uma espécie de tribunal do mundo, como disse Schiller (Wallach, 2022: 18). Conceber “a necessária superioridade do futuro em relação ao passado em todos os âmbitos” não só compreende “uma concepção progressista e linear” da História, como também nos paralisa no presente, deixando a ação futura a cargo de uma força alheia ao nosso controle (Wallach, 2022: 21).

Em suma, “não podemos depender de uma força redentora autônoma (a História) nem da prevalência do bom senso de uma suposta razão humana universal para implementar sistemas de igualdade e justiça” (Wallach, 2022: 158).

É preciso defender ativamente, aqui e agora, a **democracia constitucional e a liberdade, especialmente na Ibero-América, pois há uma série de riscos evidentes**, entre os quais se destaca a existência de parlamentos governados não pela partidocracia, mas — de acordo com o neologismo de Pendás — pela “grupocracia” (Pendás, 2019: 117).

Não se pode menosprezar nem considerar como garantidas conquistas políticas que custaram muito a alcançar. As novas gerações, às vezes carentes de conhecimento e respeito histórico, não conseguem valorizar tais conquistas como um legado de gratidão e patrimônio cívico.

Convém recordar sempre a sentença de Goethe, na primeira cena da primeira parte (“Noite”) de seu *Fausto* (1808): “O que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”. Ou, como concluiu Pedro Salinas em seu *Aprecio y defensa del lenguaje* (1944): “Dever de todo grupo histórico, de toda geração, é a transmissão enriquecida de sua herança”.



Mas para evitar a desafeição social, os tribunais, os sistemas bicamerais (tanto o Congresso como o Senado) devem ser revitalizados por meio de debates políticos atraentes, discussões sem hipocrisia, participação cidadã, comissões e órgãos de gestão ágeis, austeridade, correção nas formas..., pois as Câmaras “expressam a ideia da política como diálogo e da negociação como método de trabalho” (Pendás, 2019: 293). A instituição parlamentar é agora mais necessária do que nunca como centro e eixo da democracia representativa.

Em todo esse processo de conscientização pública e cidadã, **a universidade é uma pedra angular**. A maturidade de um povo se mede pela independência de seus indivíduos em relação ao que se espera de seus governos, capazes de escolher entre o bem e o mal com direito a errar, mas sem culpar ninguém.

No entanto, estamos instalados no que Hughes cunhou como “cultura da reclamação” somada à “cultura da desculpa” (Diz, 2018: 238), de raiz rousseauiana, razão pela qual a infantilização e a vitimização andam de mãos dadas. As crianças

perdidas da Terra do Nunca não fazem parte desses buscadores da verdade e da liberdade, nem participam daquilo que John Milton chamou, em *Areopagítica* (1644), de “esforço comunitário pela busca da Verdade” — aquele que, diante da “raça de enganadores”, vai de colina em vale e de vale em colina recolhendo pedaço por pedaço os fragmentos da verdade que ficaram espalhados.

Um cidadão Peter Pan não é educado na exigência dos deveres e, numa sociedade do “eu” e do “agora”, não admite adiar a recompensa; é um indivíduo sem empatia e sem autocritica; um cidadão que se move numa vulgaridade horizontal, em vez de no eixo vertical que procura a ascensão da humanidade para a excelência e evita a descida para a mediocridade. Um Estado que fomenta tais súditos terá *potestas*, mas nunca *auctoritas*, e a esperança reside sempre naqueles cidadãos com espírito crítico e personalidade individualizada e livre.

Na Universidade Camilo José Cela, acreditamos que o ensino superior deve formar seus alunos de maneira integral, para que não sejam apenas hábeis em todas as competências valorizadas pelo mercado, mas também utilizem essas competências para o bem comum, cultivando uma série de valores distintivos que podem ser agrupados em torno da busca da verdade, da apreciação da beleza e da expressão da bondade.

Segundo Howard Gardner, Prêmio Príncipe das Astúrias de Ciências Sociais e doutor *honoris causa* por esta Universidade em 2011, **a verdade, a beleza e a bondade são as virtudes sobre as quais se deve construir um currículo relevante para o século XXI**.

Referências:

- Diz, A. (2018). *La libertad como voz y silencio. Reflexiones liberales*. Caligrama.
- Pardo, J. L. (2011). *Estética de lo peor*. Ediciones Barataria.
- Pendás, B. (2019). *La sociedad menos injusta. Estudios de Historia de las Ideas y Teoría de la Constitución*. Iustel.
- Snyder, T. (2018). *Sobre la tiranía. Veinte lecciones que aprender del siglo XX*. Galaxia Gutenberg.
- Wallach Scott, J. (2022). *Sobre el juicio de la historia*. Alianza Editorial.

CONFIANÇA, EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO: TRÊS CHAVES DEMOCRÁTICAS PARA O MUNDO HISPÂNICO.



A falta de confiança limita os investimentos, reduz a produtividade e afeta negativamente a inovação.



POR **GIUSEPPE TRINGALI**

Vice-presidente do Conselho Assessor da IE Business School e da Mediaset Espanha, presidente da IE/EY Global Corporation Center e da Fundação Curarte.

Há três fatores-chave para um desenvolvimento positivo e democrático dos países: **a confiança, o empreendedorismo e a educação.**

Assim como ocorre em todos os países, no mundo hispânico a confiança dos cidadãos nas empresas e nas instituições públicas, bem como a educação também são determinantes. Para um mundo hispânico em transformação, é um caminho complexo, mas também uma grande **oportunidade.**

Para fortalecer a democracia e o desenvolvimento socioeconômico, **a confiança cidadã cria oportunidades; a confiança das empresas estimula o empreendedorismo, impulsiona iniciativas, crescimento econômico e geração de empregos;** enquanto a educação é responsável pela formação de **talentos e de um capital humano qualificado.**

Um primeiro desafio consiste em reverter a falta de confiança da população, que dificulta o crescimento das empresas, a inovação e a coesão social.

Segundo um relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), **nove em cada dez pessoas na América Latina desconfiam das outras pessoas**, e os níveis de confiança não passam de um quarto dos registrados nos países da OCDE. Essa baixa confiança limita os investimentos, reduz a produtividade, aumenta a informalidade no mercado de trabalho e afeta negativamente a inovação, a concorrência e a arrecadação de impostos.

No que se refere especificamente à confiança nas empresas, o mesmo relatório indica que **sua ausência reduz a competitividade do setor privado**.

UM PRIMEIRO DESAFIO
consiste em reverter a falta de
confiança da população.

As empresas que atuam em ambientes de alta confiança tendem a ser mais produtivas, têm melhor acesso às cadeias globais de suprimentos e oferecem melhores benefícios a seus trabalhadores. **Confiança, estabilidade e segurança jurídica formam uma tríade fundamental**.

Por outro lado, em contextos de baixa confiança, é mais comum que **as empresas exijam pagamentos antecipados e enfrentem dificuldades para acessar financiamento bancário**.

A concorrência empresarial também está associada a níveis mais elevados de confiança interpessoal dentro das empresas.

Para fortalecer essa confiança, que por sua vez influencia a confiança dos cidadãos, as **estratégias** que vêm sendo adotadas e que têm demonstrado impacto são claras.

- **Reforçar a transparência e a integridade nas operações empresariais e nos marcos regulatórios.** A probidade constitui a base do capital democrático de uma sociedade.
- **Reduzir as assimetrias de poder entre os atores econômicos**, promovendo igualdade de condições e acesso efetivo aos mecanismos legais.
- **Fortalecer instituições e agências reguladoras sólidas** que fiscalizem o cumprimento das normas e ofereçam segurança jurídica.
- **Fomentar práticas responsáveis nas empresas**, que incluam tratamento justo aos trabalhadores e compromisso com a comunidade.
- **Facilitar a participação cidadã e empresarial na supervisão e prestação de contas**, para aumentar o senso de responsabilidade e colaboração mútua.
- **Promover uma cultura de confiança** que englobe não apenas o setor privado, mas também os governos democráticos e a sociedade como um todo, uma vez que a confiança é um fenômeno social que se fortalece ou se fragiliza de forma conjunta nesses âmbitos. É o que, no Grupo Prisa, se denomina sustentabilidade democrática.





AS EMPRESAS

que atuam em ambientes de alta confiança tendem a ser mais produtivas, têm melhor acesso às cadeias globais de suprimentos e oferecem melhores benefícios a seus trabalhadores.

Nesse sentido, há iniciativas que têm contribuído para melhorar a confiança dos cidadãos e das empresas:

- **No Peru, a plataforma *La Transparencia es de Todos*, promovida pelo Organismo Supervisor das Contratações do Estado (OSCE)**, amplia a transparência na gestão pública permitindo que cidadãos consultem, em tempo real, contratos, licitações e fornecedores do setor público. A iniciativa tem contribuído para reduzir a corrupção e fortalecer a participação cidadã no controle dos recursos públicos.
- **No Chile, com a *Agenda Digital y Gobierno Abierto*, desde 2018 vem sendo implementada a política de *Gobierno Abierto*** que promove a transparência, o acesso à informação e a participação cidadã. A digitalização de trâmites e serviços agilizou a interação entre o Estado e a cidadania, fortalecendo a confiança nas instituições públicas.

Além disso, algumas empresas chilenas têm avançado na adoção de certificações de boas práticas trabalhistas e de sustentabilidade, contribuindo para o fortalecimento da confiança, tanto interna quanto externa.

- **No Uruguai, o *Sistema Nacional de Integridad*** constitui um modelo abrangente de promoção da transparência e de prevenção da corrupção em todos os níveis do setor público. O sistema inclui canais de denúncia, auditorias periódicas e acesso aberto a informações financeiras públicas. Essa estrutura posicionou o Uruguai como um dos países mais confiáveis da América Latina, com impactos positivos na confiança de empresas e cidadãos.
- **Na Colômbia, por meio dos Programas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC)**, alguns empresários e organizações foram implementados programas de sustentabilidade e participação comunitária, especialmente em setores afetados por conflitos e desigualdades. Iniciativas como *Todos por la Paz* visam a fortalecer a confiança através da construção de relações duradouras entre comunidades e empresas. A democracia constitui a base transversal que sustenta todas essas iniciativas orientadas à promoção de projetos que geram valor público.



Em conclusão, para reafirmar a democracia e fomentar o desenvolvimento, é fundamental **avançar na reconstrução da confiança cidadã, institucional e empresarial**, com medidas que assegurem transparência, equidade, participação e compromisso social em todos os setores.

Por último, a educação, que está na base de tudo e é essencial para a formação de talento. Atualmente, reconhece-se que a educação é decisiva para o fortalecimento da democracia, uma vez que **fomenta capacidades como a participação, a solidariedade, o respeito, o debate público, o pensamento crítico e a responsabilidade social**.

No mundo hispânico, particularmente na América Latina, a educação enfrenta desafios históricos como **a desigualdade e a descontinuidade de políticas**, mas também registra progressos na incorporação da educação para a democracia nas escolas, entendida como um processo transversal que inclui tanto o currículo quanto a cultura escolar e as estruturas institucionais.

Isso implica educar para o diálogo, a participação e a convivência e a paz social sempre com base em valores democráticos. Quanto à evolução recente e às tendências atuais, a educação no mundo hispâ-

nico também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com ênfase no bem-estar estudantil, na inclusão, na sustentabilidade e no uso de tecnologias digitais para preparar os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo.

Em 2025, são priorizadas inovações para melhorar a equidade e a qualidade educacional, e **a educação é vista como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento e a construção de sociedades mais justas e democráticas**.

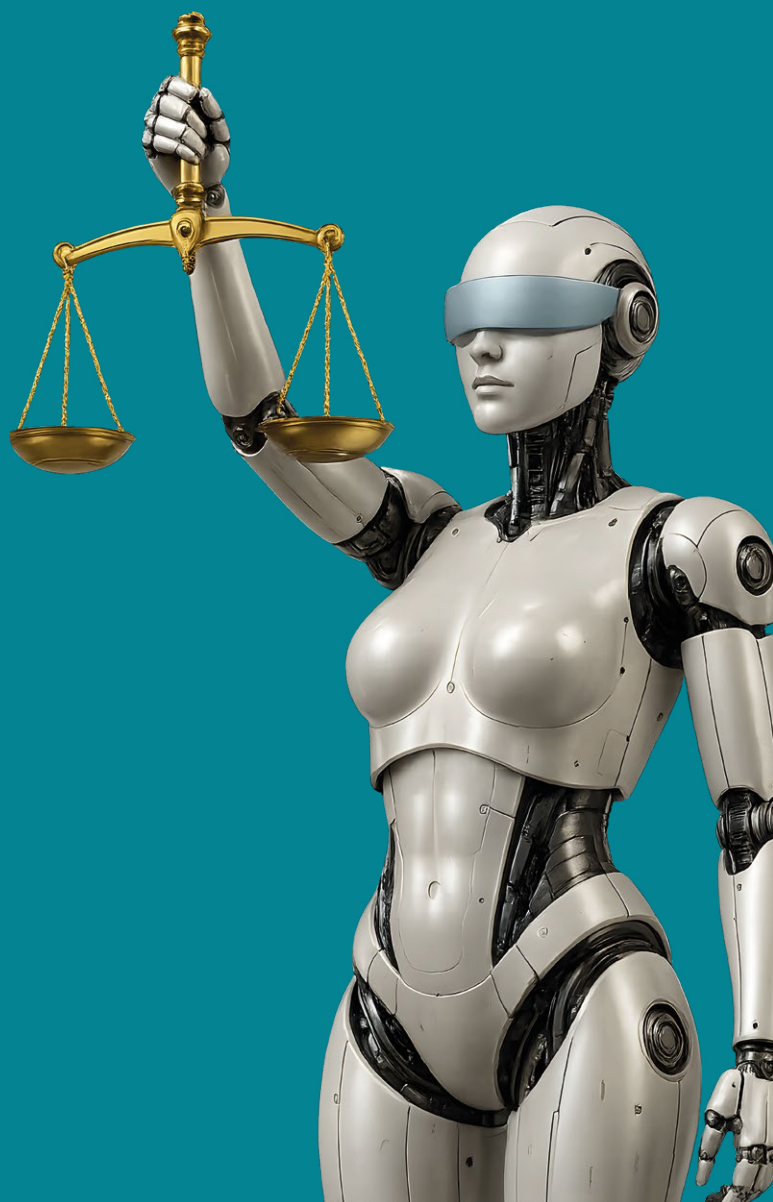
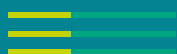
Em suma, a educação atual na maior parte do mundo hispânico está caminhando para um modelo que busca não apenas transmitir conhecimentos, mas também formar cidadãos críticos, participativos e responsáveis, pilares fundamentais para afirmar e fortalecer a democracia na região. O mundo hispânico, unido por uma língua maravilhosa que conecta mais de 500 milhões de pessoas, conta com grandes potencialidades e abundantes recursos naturais e humanos.

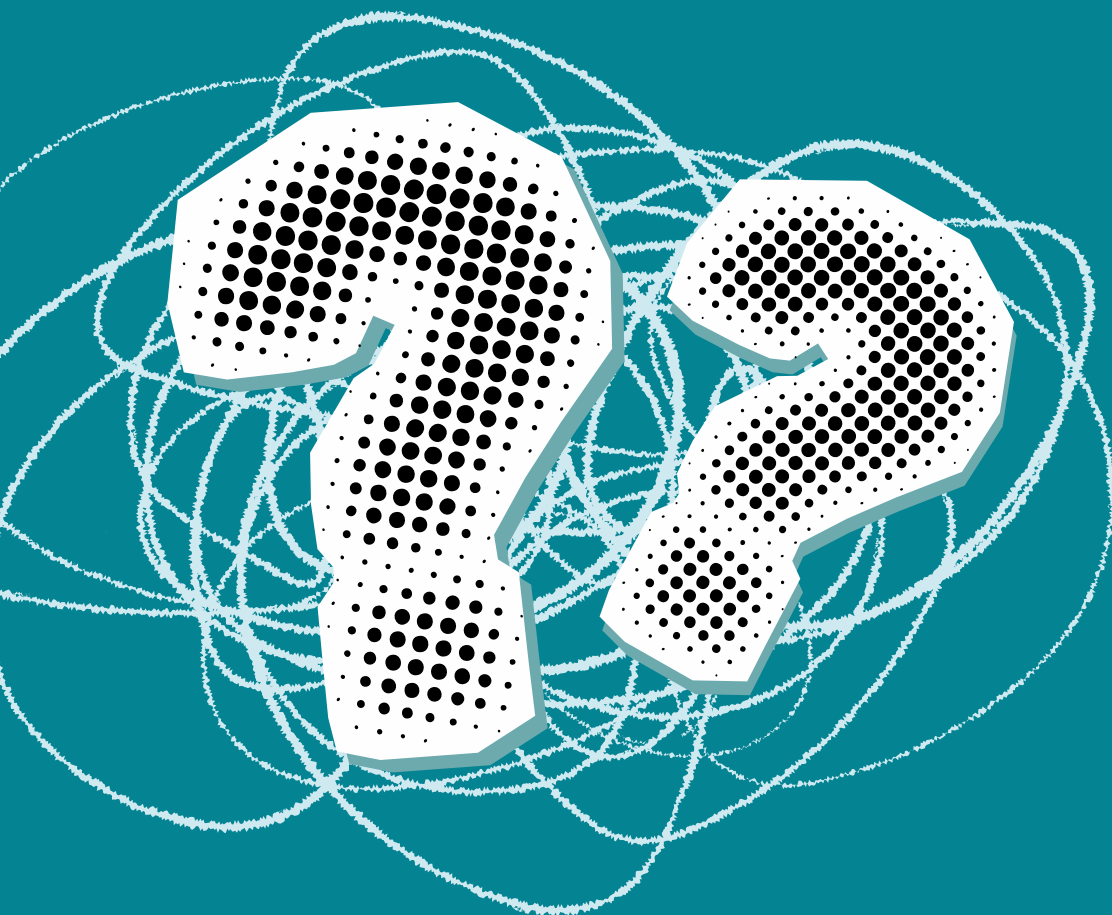
Uma maior confiança na institucionalidade, um aumento do espírito empreendedor e uma educação de qualidade crescente representam três grandes áreas de oportunidade para que assuma um papel mais relevante no novo cenário global.

A educação atual na maior parte do mundo hispânico está caminhando para um modelo que busca não apenas transmitir conhecimentos, mas também formar cidadãos críticos, participativos e responsáveis.



DEMOCRACIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: MAIS PERGUNTAS DO QUE RESPOSTAS.





POR OTTO GRANADOS ROLDÁN

Assessor para diversos organismos multilaterais, foi presidente do Conselho Assessor da OEI. No México, foi secretário de Educação Pública, entre outros cargos públicos.

Ao comparar o período que vai do final dos anos 1980 com a discussão atual sobre o estado da democracia, persiste uma aparente contradição que pode ser expressa nos seguintes termos: em geral, **os indicadores sociais, políticos e econômicos do mundo estão melhores agora do que há meio século. No entanto, o desencanto, a polarização e a autocracia aumentaram, enfraquecendo a confiança na democracia, nas instituições e na política.**

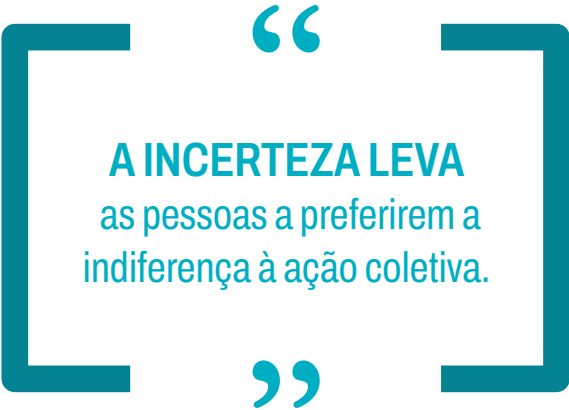
Ambos os extremos são evidentes, mas não explicam suficientemente as disfunções de ordem política e é necessário ir mais a fundo para

entender o cerne desse paradoxo. Parte dele inclui um componente — que ainda carece de uma compreensão adequada —, que é a revolução tecnológica e a inteligência artificial (IA) no exercício democrático.

Dada a relativa novidade do tema e a falta de evidências empíricas sólidas, é precipitado tirar conclusões definitivas. No entanto, a deterioração democrática não deve ser reduzida, de forma mecânica, apenas a alguns aspectos canônicos (a desigualdade ou a distribuição de renda), que, apesar de serem relevantes, não explicam tudo. As informações disponíveis sugerem que é necessário explorar outras hipóteses.

Partamos do princípio de que, tecnicamente, “o termo inteligência artificial se refere a um modelo criado para **resolver um problema específico ou fornecer um determinado serviço**” (Gates, 2023), mas a literatura acadêmica não decodificou com precisão como esse processo ocorre em áreas tão complexas como a política, a cidadania ou a tomada de decisões. É provável, como propôs Henry Kissinger (Luscombe, 2021), que “estejamos entrando em um novo período da consciência humana que ainda não compreendemos totalmente. O surpreendente da inteligência artificial é que se chega a uma conclusão correta, mas não se sabe por quê. Como seus processos são tão rápidos e satisfatórios, há uma preocupação de que os humanos acabem perdendo a capacidade de pensar, conceituar e refletir”.

Sob essa perspectiva, a relação entre a IA e a democracia pode ser analisada a partir de uma abordagem relacionada com os fatores educacionais, psicológicos e sociológicos que ilustram como, em diferentes países, **as transformações no ambiente** — revolução digital, urbanização, demografia — e os avanços democráticos também tiveram impacto na cultura cívica.



A INCERTEZA LEVA
as pessoas a preferirem a
indiferença à ação coletiva.

Hoje, as pessoas se preocupam mais com seus problemas e ansiedades do dia a dia do que com as “grandes questões” (como a democracia), e isso se manifesta de várias formas: uma parcela considerável da sociedade passou a ser cética em relação aos partidos, às ideologias e às práticas

tradicionais de fazer política. E, nos últimos tempos, as pessoas estão irritadas com a corrupção das elites; a classe média se tornou mais crítica, e há um setor da população com perfil antissistema que não encontra espaço político em lugar nenhum.

Para muitos cidadãos de diversos países ibero-americanos e da Europa Central, a memória histórica já não tem muito peso ou pensam que, pelos caminhos tradicionais, não há — ou não se vislumbra — um horizonte de futuro nem um projeto de país que una as pessoas em torno de um propósito comum, entre outras razões porque foi substituído por uma clara fragmentação social e política e por uma comunicação direta, sem mediação, fomentada pela explosão da tecnologia.

Somam-se a isso as falhas na educação democrática, que contribuíram para criar um cenário de **mal-estar, confusão e cansaço**, especialmente entre os mais jovens, para os quais a política ou o voto pouco ou nada significa. Ou seja, a forma como veem o mundo é outra: expectativas frustradas, individualismo, nihilismo, solidão e, como bem observou Carlos Peña (2021), um sentimento de anomia, em que os referenciais que antes ajudavam a dar sentido à vida cotidiana se perderam ou se tornaram irrelevantes. Isso conduz a novos padrões de comportamento coletivo, ao **surgimento de novas formas de mediação e a uma reorganização das prioridades das pessoas**.

Portanto, se os regimes democráticos sempre foram, por definição, sistemas sustentados por regras relativamente claras (voto ou participação), agora a incerteza diante do cenário caótico leva as pessoas a adotarem mecanismos de autodefesa, a se comportarem mais como indivíduos do que como sujeitos sociais, a se situarem nas margens do sistema ou mesmo fora dele, e a preferirem a indiferença à ação coletiva. Isso explica o surgimento de dilemas mais complexos.

Por um lado, subjazem fenômenos perigosos porque **a decepção incentiva demandas sociais mais difíceis**, estimula respostas políticas populistas e uma

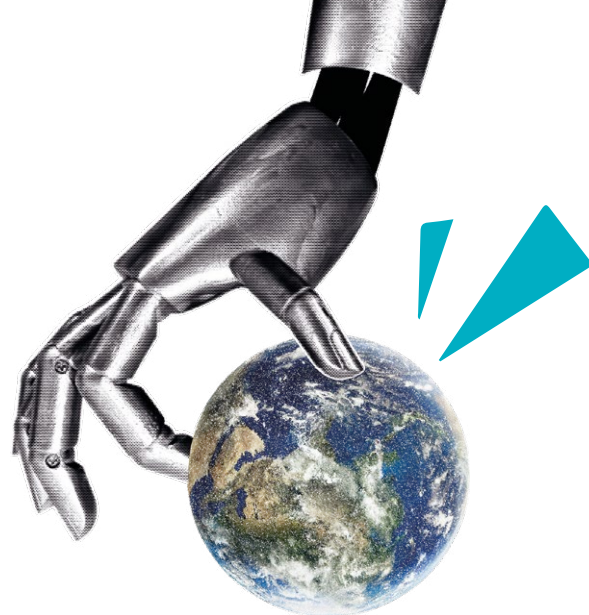
dissolução institucional que contribui para agravar o abuso de poder ou reverter os progressos alcançados. E, por outro, dilemas inéditos que revelam novas formas de interação e participação cidadã; uma vida pública que está passando por um processo crescente de “ruptura” com as formas de representação tradicionais, em que instituições e partidos perdem importância, e ganha força uma comunicação mais direta e horizontal que antecipa formas de expressão desconhecidas, entre elas a “democracia digital” ou até mesmo uma espécie de “algocracia”, uma democracia mediada por algoritmos, dados e IA.

Ou seja, como há categorias analíticas e motivações distintas que coexistem na sociedade e uma interação através das redes e da IA, as pessoas formam e expressam suas opiniões todos os dias, em tempo real, sobre qualquer assunto. E, com isso, exercem uma forma alternativa de escolha, muitas vezes irracional, de modo que, quando forem às urnas, se forem, apenas vão reafirmar um estado de espírito ou um preconceito que nem os dados concretos nem as evidências empíricas conseguirão mudar. Naturalmente, esse viés torna praticamente impossível um debate público minimamente civilizado, informado ou sensato.

Em outras palavras, na melhor das hipóteses, resta a estrutura democrática limitada ao aspecto eleitoral. Mas **a relação convencional entre os cidadãos e os atores políticos agora passa a ser mediada pela tecnologia**. E, eventualmente, tende a perder profundidade, deixando de lado esse processo de “pensar, conceituar e refletir”, como já foi mencionado.

Sob certo ponto de vista, isso pode minar a democracia, e as advertências nesse sentido são válidas. Mas a inteligência artificial também pode ajudar a amplificar a voz dos cidadãos e a melhorar a tomada de decisões públicas. E, de fato, isso já está acontecendo.

Após o Movimento Girassol de 2014 em Taiwan, país líder em tecnologia e por ser um dos mais democráticos do mundo, foi criada uma



plataforma online de código aberto, que permite aos cidadãos opinarem sobre qualquer assunto, bem como votarem e interagirem com as opiniões de outras pessoas. A ferramenta gera um mapa que ajuda a identificar quais propostas têm mais chances de obter consenso, que representam opiniões minoritárias e divergentes, influenciar os programas partidários e reduzir a polarização.

Em termos tecnológicos, essa opção “aumenta a largura de banda da democracia e conecta com muito mais pessoas” (Méndez, 2024).

Por fim, onde está o ponto de equilíbrio entre desenvolvimento tecnológico, IA e democracia? Como aproveitar a IA para recuperar a confiança pública? Por enquanto, não há respostas definitivas, mas esse debate veio para ficar e mudará as práticas políticas e democráticas. Disso sim podemos ter certeza.

Referências:

- Gates, B. (2023, Marzo). *The Age of AI has begun*.
<https://www.gatesnotes.com/The-Age-of-AI-Has-Begun>
- Luscombe, B. (2021, Noviembre). *Henry Kissinger's Last Crusade: Stopping Dangerous AI*.
<https://time.com/6113393/eric-schmidt-henry-kissinger-ai-book/>
- Ver también: Kissinger, H., Schmidt, E. & Huttenlocher, D. (2021). *The Age of AI: And Our Human Future*. Little, Brown and Company.
- Méndez, M. Á. (2024, Mayo). *Entrevista con Audrey Tang*.
https://www.elconfidencial.com/tecnologia/2024-05-27/audrey-tang-taiwan-ministra-digital-democracia-plurality_3889550/
- Peña, C. (2021). El malestar en la modernización: el caso chileno. En C. Peña y P. Silva (eds.), *La revuelta de octubre en Chile* (p. 42). Fondo de Cultura Económica.

LIBERDADE, PARA QUÊ?





POR RAMÓN JÁUREGUI
Presidente da Fundación Euroamérica.

Há uma velha anedota que ilustra bem o compromisso do socialismo espanhol com a democracia e a liberdade. No calor do debate ideológico que surgiu em todos os partidos da esquerda europeia devido ao triunfo da Revolução Soviética, uma delegação do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) se reuniu com Lenin em 1920 e, no decorrer da conversa, Fernando de los Ríos lhe perguntou quando os cidadãos russos recuperariam a liberdade. “Liberdade, para quê?”, foi a resposta do líder comunista, provocando a recusa do PSOE em entrar na organização internacional comunista Terceira Internacional, também conhecida como Internacional Comunista, e **motivou a cisão e a criação do Partido Comunista da Espanha (PCE)**. Fernando de los Ríos enriqueceu o relato desse diálogo com uma resposta que nos marcou para sempre: “Para quê? Liberdade para sermos livres”.

A relação entre a esquerda política e a democracia e a liberdade nunca foi completamente pacífica. Durante muito tempo, em muitos lugares, parte da esquerda considerava **a democracia** apenas como **um meio para alcançar uma sociedade mais justa**. Muitas experiências políticas sacrificaram a liberdade em nome da igualdade. Nesse processo, uma pretensa “democracia real” era usada para desacreditar a “democracia formal”, alvo frequente de críticas. Houve um tempo em que essa concepção instrumental da democracia, entendida como um meio para alcançar um ideal de igualdade, podia ser compreendida no contexto geopolítico da Guerra Fria e/ou dos países onde se lutava pela **dignidade** humana e pela **justiça** contra tiranias que negavam, com violência, os direitos humanos mais básicos.

Era o século XX e o muro caiu. Os golpes militares desapareceram, felizmente. O mito de Lenin desmoronou e já não há dúvidas sobre a crueldade do gulag nem sobre Stalin. No entanto, **as tentações autocráticas e antidemocráticas continuam muito presentes em certas esquerdas latino-americanas.** Ainda há três regimes políticos na América Latina que se proclamam de esquerda, mas oprimem seus povos, negando-lhes liberdade e democracia, e se perpetuam no poder por meio da repressão. Não é necessário nomeá-los.

Também devemos nos preocupar com certas tentações populistas de algumas propostas, que revestidas da chamada “democracia direta”, podem minar as bases do Estado de direito. Um exemplo disso, é quando o Executivo tenta driblar as câmaras legislativas após ter um projeto rejeitado e ameaça convocar um referendo para que os cidadãos o aprovem ou o rejeitem. Quem tem legitimidade para aprovar as leis é o Legislativo, não o povo, diretamente. O povo já escolheu seus representantes para essa função e utilizá-lo para driblar o Congresso é destruir uma das regras mais importantes do Estado de direito: **a separação de poderes e, neste caso, o papel do Legislativo.**

HÁ MUITAS FORÇAS
que conspiram contra a
democracia e este sistema
político é imperfeito.



Outro exemplo de tendência populista perigosa é escolher os juízes por meio de eleições supostamente democráticas, com um nível de participação inferior a 15% do eleitorado, a partir de listas elaboradas ou patrocinadas pelos partidos políticos. Isso prejudica e pode até destruir outro pilar do Estado de direito: **a independência do Poder Judiciário.** A justiça emana do povo, sim, mas sua legitimidade vem da independência de cada juiz para tomar decisões livres de qualquer pressão ou influência política ou social. Eleger os juízes não os torna mais independentes, ao contrário, torna-os menos porque são eleitos por uma minoria da população com base em propostas partidárias.

Sabemos perfeitamente que as fronteiras entre os poderes são difusas e conflituosas. Sabemos os problemas enfrentados pelos presidentes eleitos pelo povo que não contam com maioria parlamentar. É verdade que há juízes conservadores e que, às vezes, há abusos inquisitoriais e certa politização da justiça. **Em todas as democracias, há mídias polarizantes a serviço de projetos partidários.** Há manipulação digital da verdade. Há muitas forças



que conspiram contra a democracia e este sistema político é imperfeito. Sabemos de tudo isso, mas a esquerda política, devemos ser, justamente por isso, os principais defensores de suas regras e princípios. Não temos outro instrumento de ação política transformadora. Não há socialismo sem liberdade. **Não há igualdade social sem democracia. A democracia não é um meio, é um fim. E não existe “democracia real” sem “democracia formal”.**



Sabemos que a democracia é imperfeita, mas sem ela não há liberdade, direitos, cidadania, eleições livres, igualdade perante a lei, Estado de direito, direitos humanos, nem dignidade humana... Essas aspirações são a essência dos projetos sociais-democratas que, em minha opinião, é a melhor fusão entre liberdade e igualdade. A esquerda não pode se sustentar em ditaduras e na repressão do povo. Isso é autocracia e totalitarismo. Não há justificativa para a repressão e a perseguição das pessoas. **Nunca haverá razão suficiente para distorcer a vontade do povo em eleições fraudulentas.**



OUTRO EXEMPLO
de tendência populista perigosa
é escolher os juízes por meio
de eleições supostamente
democráticas. Isso prejudica e
pode até destruir a independência
do Poder Judiciário.

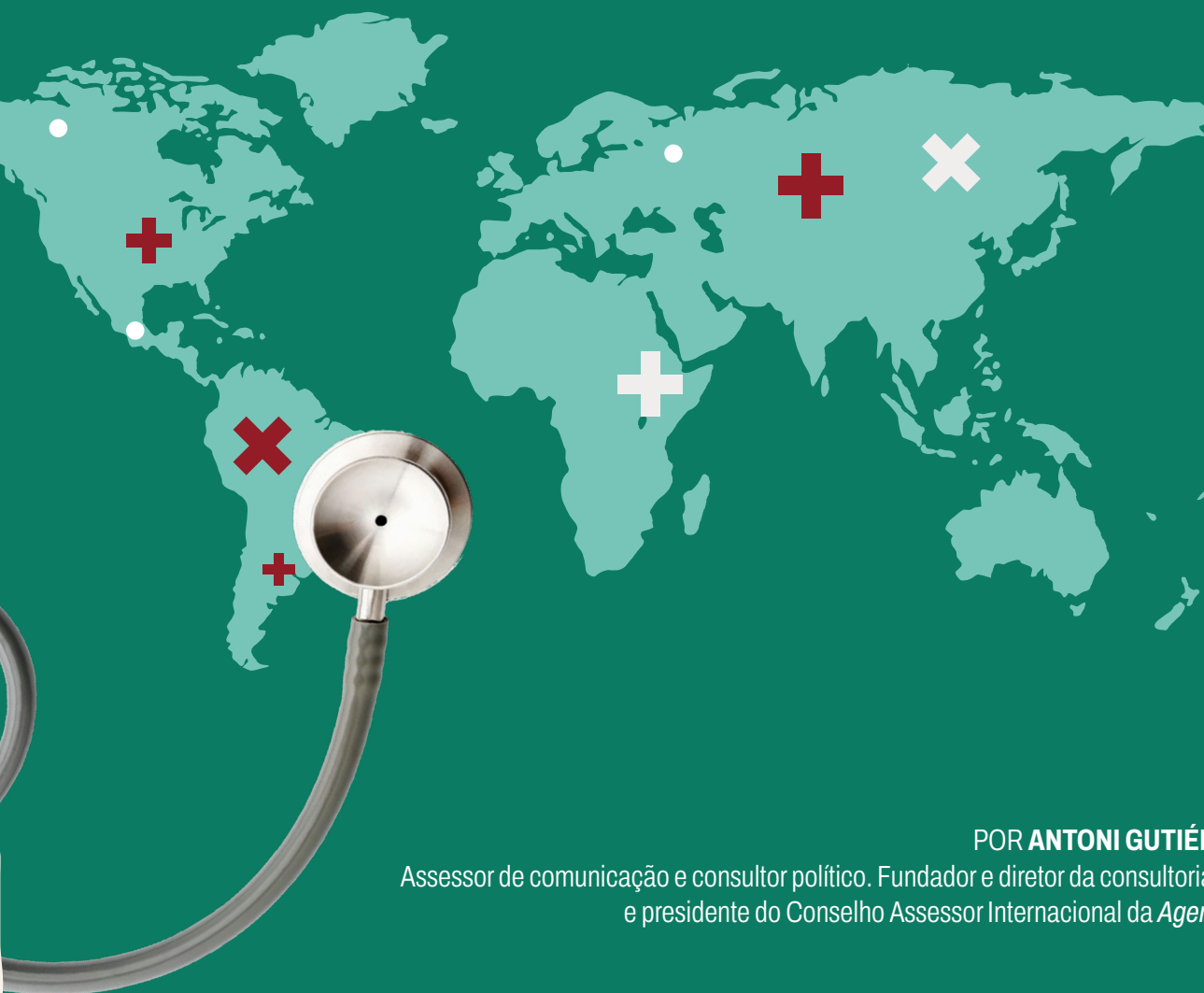
Infelizmente, muitas ameaças à democracia vêm de projetos extremistas e populistas da direita. Mas, na América Latina, mais do que em outros lugares, a esquerda precisa superar essas experiências totalitárias e provar seu compromisso com a liberdade e a democracia como lema de seu projeto político. E aí também estará a maioria de seus povos.

CONTRA O EXCESSO DE DIAGNÓSTICO: AÇÃO!



Podemos estabelecer analogias e paralelos entre a saúde física e a saúde democrática?





POR **ANTONI GUTIÉRREZ-RUBÍ**

Assessor de comunicação e consultor político. Fundador e diretor da consultoria Ideograma e presidente do Conselho Assessor Internacional da *Agenda Pública*.

Corremos um sério risco: o da **paralisia provocada pelo excesso de diagnóstico**. Na Psicologia e na Medicina, o excesso de diagnóstico é um problema amplamente reconhecido sobre o qual a comunidade científica vem alertando de forma recorrente. As consequências são graves e variadas: impacto econômico, saturação dos sistemas de saúde, efeitos psicológicos, excesso de medicação, ocultação das causas profundas e, principalmente, **subestimação dos fatores sociais, econômicos e ambientais que afetam a saúde das pessoas**. O livro *Overdiagnosed: Making People Sick in the Pursuit of Health* (2012), dos médicos Gilbert Welch, Lisa

Schwartz e Steve Woloshin, é uma forte advertência sobre esse mal contemporâneo.

E o que está acontecendo com a democracia? É possível estabelecer analogias e paralelos entre a saúde física e a saúde democrática? A democracia – e a crise que a acompanha – está sendo diagnosticada em excesso? Esse desgaste não está nos saturando? É bem provável. Muitas vezes, o excesso de dados, análises e rótulos usados para explicar o que está acontecendo, sem a devida atenção ao contexto, pode afetar de forma significativa a vida pública. Nesse aspecto, parece que também estamos *infectados*.

Há cada vez mais vozes e dados que nos alertam para um grave e profundo processo de deterioração democrática. O cientista político Larry Diamond fala em “recessão democrática”; a ensaísta Anne Applebaum afirma que o mundo democrático está “envelhecido, frio e cansado”; já Marta Lagos, fundadora do Latinobarómetro, também recorre a uma metáfora médica e fala em **“diabetes democrática”: uma doença que não mata imediatamente, mas é difícil de erradicar.**

AS CONSEQUÊNCIAS

são graves e variadas, principalmente, a subestimação dos fatores sociais, econômicos e ambientais que afetam a saúde das pessoas.



No entanto, os diagnósticos e acontecimentos mais recentes apontam para uma doença mais sistêmica, para uma possível metástase. Estamos, como sugere Richard Seymour, “diante do surgimento de um novo fascismo”? Segundo o jornalista e editor britânico Daniel Trilling, no livro *Disaster Nationalism* (2024), Seymour argumenta que temos tentado **entender a nova extrema-direita procurando as respostas nos lugares errados**. Os partidos, as plataformas políticas ou as figuras dos “homens fortes” oferecem apenas explicações parciais. O que realmente importa é o estado de ânimo que impregna tanto os setores extremistas quanto a corrente política dominante. “A nova extrema-direita é fascinada por imagens de desastre”, escreve Seymour, que cunhou a expressão “nacionalismo do desastre” para se referir à maneira como esses sentimentos reacionários se manifestam politicamente.

Recentemente, Donald Trump deu um passo além ao interpretar – e exagerar ao diagnosticar – politicamente o caos e o desastre que, segundo ele, assolam os Estados Unidos (sobretudo nas grandes cidades), apresentando-se como a solução: “Muita gente diz que talvez queiramos ter um ditador, mas sou apenas uma pessoa com muito bom senso. Dizem que sou um ditador, mas combato o crime”, gabou-se durante uma reunião de seu gabinete na Casa Branca. E acrescentou: “As pessoas dizem: se for assim, prefiro ter um ditador, mas não sou um ditador.”

Talvez tenha chegado a hora de passar à ação.

Só a ingenuidade ou a irresponsabilidade poderiam explicar essa nossa paralisia, resultado de uma combinação entre uma forte dose de perplexidade, um certo ceticismo autossuficiente e arrogante e um egoísmo localista e imediatista, ou mesmo de cumplicidade aberta por omissão ou inação.

Quando uma sociedade já não consegue distinguir entre neutralidade e imparcialidade (como, por exemplo, em Gaza), o fim está próximo.

Algumas pequenas ideias para passar à ação:

1. Reconstruir os rituais, as liturgias e os cenários democráticos. Em seu livro *O desaparecimento dos rituais* (2019), o filósofo Byung-Chul Han já advertia que, na sociedade contemporânea, os vínculos compartilhados vão se diluindo e, com eles, as estruturas que davam sentido e coesão à vida social. Essa perda não acontece de forma abrupta, mas como um desgaste silencioso, que avança sem resistência quando não somos capazes de nomeá-lo e enfrentá-lo.

É urgente uma agenda de “civismo democrático”. O civismo, frequentemente tratado como algo “brando” e superficial por muitos setores progressistas, é um bom antídoto contra a perda dos valores comunitários. Organizar, promover e difundir pequenas mudanças comunitárias não é

ingenuidade. É uma urgência, uma agenda. Reconstruir laços comunitários e valorizar pequenas mudanças fortalecem as pessoas e as levam a acreditar que as soluções para seus problemas também podem ser construídas de forma coletiva, com outros, com a participação dos demais.

2.

Comprar, cozinhar e comer juntos. O prazer de sentar à mesa para conversar, fazer planos e ouvir seja com vizinhos e vizinhas, seja com pessoas com as quais podemos compartilhar interesses ou necessidades, cria laços fortes que alimentam o espírito. O sucesso crescente das práticas políticas em torno da comida aponta um caminho a ser seguido. Algo semelhante ocorre com as iniciativas voltadas à alimentação saudável, responsável e sustentável. **Todas as ações realizadas à volta da mesa têm um maior nível de envolvimento**, que vai de cafés políticos em espaços mais confortáveis a encontros solidários para arrecadação de doações ou refeições populares. Independentemente do formato e de sua relação com o conflito social, todas essas iniciativas constroem laços profundos que podem ser fortalecidos e ampliados.

3.

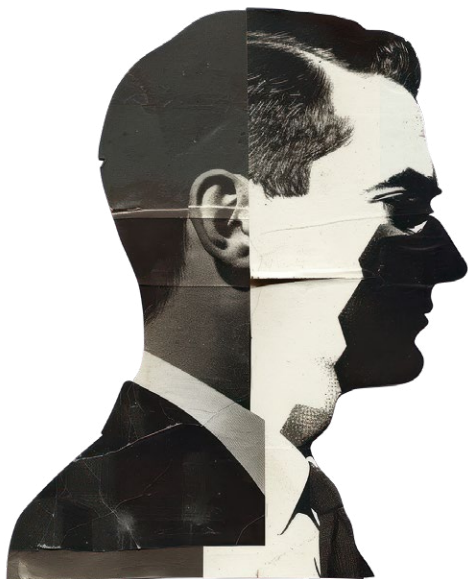
Reconstruir o espaço público. Em 1973, o sociólogo Mark Granovetter diferenciou “laços fortes” (relações próximas com familiares e amigos) de “laços fracos” (vínculos mantidos com vizinhos, colegas ou conhecidos). São justamente esses laços menos próximos, hoje cada vez menos frequentes, que desempenham um papel decisivo para **romper o isolamento produzido pela bolhas digitais** em que vivemos e para combater a solidão indesejada, um dos males de nosso tempo. Portanto, é urgente criar condições para que esses laços se fortaleçam em praças, feiras e eventos que favoreçam o encontro, bem como em práticas comunitárias — algumas ancestrais — como as *mingas*, no Equador, ou os *malones*, no Chile.

Limpar, regenerar e zelar pelo espaço público junto com outros vizinhos ou ativistas é fundamental. Onde começa, afinal, nossa casa? Só quando deixarmos de pensar que o que é “meu” começa apenas depois da porta de entrada será possível recuperar um sentido genuinamente coletivo. Como lembra o sociólogo Richard Sennett : **“precisamos recuperar a experiência da vida pública, do encontro direto com pessoas que não são como nós”.**

QUANDO UMA SOCIEDADE

já não consegue distinguir
entre neutralidade e
imparcialidade, o fim está
próximo.





A força das pequenas mudanças

Talvez a chave não esteja em uma grande virada, mas em pequenas mudanças. Em gestos que não buscam somente visibilidade midiática, mas compromisso real. Em políticas que não se restrinjam apenas ao curto prazo eleitoral, mas apostem em uma transformação social profunda. Em uma narrativa que não finja novidade, mas encare com honestidade os limites e as possibilidades do presente.

Porque quando tudo muda e tudo permanece igual, não se perde apenas a confiança na política, mas também a esperança no futuro. E, sem esperança, não há impulso coletivo, apenas resignação individual.

A política democrática não pode continuar funcionando como um cenário de mudanças permanentes de fachada. **Precisa de verdade, de raízes, de rumo. E, sobretudo, precisa ouvir para além do eco das próprias palavras.**

Despertar a consciência cívica é uma urgência. Resgatar o valor da exemplaridade pública, exigir integridade na gestão do que é comum, cultivar o respeito no dissenso e recolocar

a ética no centro são tarefas inevitáveis se não quisermos nos conformarmos com o lento colapso de nossas democracias. A degradação não é inevitável, mas é gradual. Só uma cidadania atenta e ativa é capaz de contê-la. É hora de prestar atenção, falar do que machuca e agir quando outros escolhem o silêncio. Não é nostalgia, é responsabilidade. Porque aquilo que não se cuida se deteriora. E o que se deteriora acaba desaparecendo.

A política, entendida como uma ferramenta de transformação coletiva, também se deteriora quando é reduzida a mero espetáculo ou a um campo de confronto estéril. A agenda progressista e radicalmente democrática não pode se limitar a ocupar espaço no debate público: **precisa produzir engajamento cívico e social nas comunidades.** Hannah Arendt já alertava: “A política se transforma em farsa quando perde o vínculo com a verdade”. E, nessa farsa, a cidadania perde seu papel ativo, seu compromisso, sua vocação para intervir.

Por isso, talvez seja hora de reduzir o excesso de diagnóstico e focar em um **plano de ação sistemático, sustentado e consistente** que não renuncie às grandes transformações, mas reconheça que, para chegar longe, é preciso dar passos curtos e constantes. Ampliar o círculo do “nós” e estender a mão fraternalmente a quem quiser caminhar junto.

É hora de prestar atenção, falar do que machuca e agir quando outros escolhem o silêncio. Não é nostalgia, é responsabilidade. Porque aquilo que não se cuida se deteriora. E o que se deteriora acaba desaparecendo.



ECONOMIA FEMINISTA NA AMÉRICA LATINA: REALIDADE E DESAFIOS PENDENTES.



A participação das mulheres no mercado de trabalho é fundamental para reduzir a pobreza e aumentar a produtividade.





POR **EUGENIA PERONA**

Professora e pesquisadora no Instituto de Economia e Finanças da Universidade Nacional de Córdoba.

Em grande parte do mundo ocidental, o século XXI tem sido marcado por uma crescente consciência sobre **a importância de valores sociais como a equidade, a inclusão, a diversidade e o cuidado com o meio ambiente**. No que diz respeito à desigualdade de gênero, houve avanços importantes na participação das mulheres no mercado de trabalho e no acesso a posições de liderança. No entanto, esse progresso ocorreu de forma desigual, com ritmos e características bastante distintos entre as diferentes regiões do mundo, o que indica que ainda há muito a ser feito.

A América Latina não ficou alheia a esse processo. No âmbito regional, a participação feminina no mercado de trabalho — isto é, a proporção de mulheres com quinze anos ou mais que estão

empregadas ou procuram trabalho ativamente — aumentou de 20% nos anos 1960 para 40% nos anos 1990, atingindo atualmente 53%, segundo dados da CEPAL. Essa evolução foi impulsionada por diversos fatores, entre eles o aumento do nível de escolaridade de meninas e mulheres, a redução das taxas de fecundidade, bem como as mudanças culturais associadas ao desenvolvimento econômico e à difusão e influência de novas normas de comportamento.

O avanço das **mulheres no mercado de trabalho** se manifesta não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. Hoje, é mais comum ver mulheres atuando em profissões que, no passado, eram majoritariamente reservadas aos homens.



Estudos recentes indicam que na América Latina cresce a presença feminina em cargos executivos e de liderança, bem como nas áreas de ciência e pesquisa, enquanto, no setor público, a maioria dos países já alcançou a paridade de gênero. Além disso, é significativo que a região registre uma proporção maior de mulheres que chegaram a ocupar cargos de presidente ou vice-presidente em comparação com outras partes do mundo.

Embora esse cenário aponte para uma evolução positiva, ainda persistem **desigualdades significativas**. Em primeiro lugar, a América Latina se caracteriza por sua grande extensão territorial e por uma marcada diversidade geográfica e cultural, o que se traduz em forte heterogeneidade, tanto entre os países quanto dentro de cada um deles. Enquanto o México e vários países da América Central apresentam participação feminina no mercado de trabalho abaixo da média regional, outras nações, como o Peru, o Uruguai e alguns países da América do Sul e do Caribe, registram índices superiores. Dentro de cada país, também se evidenciam desigualdades nas oportunidades e nas condições de trabalho enfrentadas pelas mulheres que moram em áreas rurais, em comparação com aquelas que residem em áreas urbanas, bem como as disparidades associadas ao nível de escolaridade.

Em segundo lugar, apesar de as mulheres latino-americanas terem hoje maior acesso ao mercado de trabalho, observa-se um **elevado grau de segmentação**, tanto vertical quanto horizontal. Muitas mulheres de famílias de baixa renda e com menor nível de escolaridade acabam trabalhando em ocupações precárias, de baixa qualidade e mal remuneradas. Já aquelas com maior nível de escolaridade, que atuam tanto no setor público quanto no privado, tendem a permanecer em posições de menor hierarquia, sendo minoritária a parcela que alcança cargos de direção e posições de liderança em empresas, órgãos governamentais e universidades. As mulheres também continuam sub-representadas em áreas tradicionalmente associadas a estereótipos masculinos, como a ciência, as finanças e a construção; enquanto sua participação se intensifica em setores ligados aos “cuidados”, como a educação e a saúde.

Em terceiro lugar, há um **atraso significativo em comparação com os países de alta renda**, onde a participação feminina no mercado de trabalho atinge, em média, a 70%. Além disso, a desigualdade de gênero na América Latina está entre as mais elevadas do Ocidente, já que a participação dos homens supera a das mulheres em quase 25 pontos percentuais. Essa situação se explica tanto pelas políticas públicas insuficientes quanto pelas normas culturais que continuam associando o papel da mulher às tarefas domésticas. De fato, as mulheres latino-americanas e caribenhas assumem a maior parte das tarefas não remuneradas do lar e de cuidado, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho. O emprego feminino na região, inclusive, apresenta um comportamento contracíclico: à medida que a renda per capita aumenta — como ocorreu na primeira década e meia do século XXI —, a participação feminina no mercado de trabalho diminui, pois, especialmente nos domicílios de baixa renda, o trabalho **da mulher é visto como uma contribuição secundária**.

“
LA PARTICIPACIÓN
das mulheres no mercado de
trabalho é fundamental.
”

Pelo anteriormente exposto, é necessário continuar ampliando e aprofundando as políticas destinadas à promoção da equidade de gênero na região. Entre as medidas propostas estão o **aumento da flexibilidade no trabalho, mais e melhores oportunidades de educação para as mulheres, a oferta de serviços de cuidado que reduzam a sobrecarga doméstica, a expansão dos serviços pré-escolares, o incentivo à participação de meninas e jovens nas áreas de ciência e tecnologia, a adoção de políticas de ação afirmativa nos setores público e privado e a difusão de modelos que reduzam os estereótipos de gênero**.



AS MULHERES TAMBÉM continuam sub-representadas em áreas tradicionalmente associadas a estereótipos masculinos.

Não se trata apenas de uma questão de justiça e equidade, mas também de um argumento econômico: inúmeros estudos demonstraram que a participação das mulheres no mercado de trabalho é **fundamental para reduzir a pobreza, aumentar a produtividade e contribuir com uma perspectiva diferente e criativa para a economia**. Além disso, no que se refere ao acesso a cargos de gestão e liderança, há evidências de que uma maior participação feminina tem **impacto positivo sobre as práticas éticas e a transparência no âmbito das organizações, bem como sobre a gestão financeira**. No setor público, por exemplo, uma maior presença de mulheres na tomada de decisões está positivamente correlacionada com o **aumento dos gastos sociais com saúde, educação e proteção ambiental**.

No entanto, será que basta aumentar a participação feminina no mercado de trabalho? Uma sociedade em que houvesse a mesma proporção de homens e mulheres em todos os cargos seria, realmente, mais igualitária? Segundo o enfoque da *economia feminista*, a questão não se resume à maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho nem à igualdade de oportunidades entre pessoas de diferentes gêneros. Trata-se, sobretudo, de **difundir valores feministas como base para a construção de uma sociedade mais justa e humanitária**. Nessa perspectiva, não é apenas a mulher que é desvalorizada ou marginalizada, mas também aspectos da vida tradicionalmente classificados como “femininos” – a empatia, o cuidado ou a cooperação – em contraste com atributos interpretados como “masculinos” – a força, a competitividade ou o cálculo egoísta.

Isso nos leva a refletir sobre o avanço das mulheres no mundo do trabalho a partir de uma perspectiva diferente. Um exemplo é o chamado “feminismo declamatório”, que se manifesta quando organizações ou comunidades recorrem a discursos retóricos em favor da equidade de gênero, mas que, na prática, não se traduzem em maior participação das mulheres ou de outras minorias, limitando-se a um efeito meramente cosmético.

Outro problema é que, especialmente em posições de liderança, o progresso das mulheres no mercado de trabalho muitas vezes ocorre por meio da incorporação de comportamentos, atitudes e valores tradicionalmente associados a atributos masculinos. No caso da América Latina, é amplamente conhecido que muitas mulheres que chegaram a cargos políticos importantes construíram sua trajetória pública a partir da imagem da líder forte, intransigente e dominante. Em outras palavras, o aumento da participação feminina não implica, necessariamente, a ampliação de valores e princípios feministas. Esse ponto merece destaque, já que no mundo atual – e a América Latina não é uma exceção – observa-se uma **tendência desumanizante**, que se expressa tanto no aumento do autoritarismo (de diferentes orientações políticas) quanto na rápida expansão de uma cultura tecnocrática, na qual se espera que máquinas e algoritmos venham, em algum momento, a substituir pessoas no mercado de trabalho e nos processos de tomada de decisões. Portanto, torna-se fundamental aprofundar políticas voltadas não apenas à ampliação da participação das mulheres, mas também à difusão de valores feministas e da chamada “ética do cuidado”, como pilares que contribuem para sustentar nossa identidade humana.



LULA, BUKELE E A ETERNA REELEIÇÃO.



Os que propõem mudar tudo para reescrever a história quase sempre têm a tentação de ficar no poder ou acaba ficando.



POR **PABLO URIBE RUAN**

Analista geopolítico e consultor em análise de riscos e dinâmicas políticas regionais, colaborador em diversos meios internacionais.

Lula afirmou, há pouco, que tem condições de disputar, em 2026, a Presidência pela quarta vez. O mandatário do Brasil, que governou o país por 10 anos e 8 meses em períodos não consecutivos, precisa de mais uma década para que o país deixe de ser **uma potência tímida vinculada à figura do líder do Partido dos Trabalhadores** (PT).

O caso de Lula nos lembra que deixar o poder é mais difícil do que conquistá-lo. Passou três décadas militando na sociedade civil até, finalmente, conquistar a Presidência, depois

de quatro tentativas. Nesse percurso, passou um período na prisão quando atuava como líder sindical e se opunha à ditadura militar (1964–1985). Porém, desde que chegou ao Palácio do Planalto construiu uma figura que hoje parece mais mítica do que propriamente política.

E não é um caso isolado. Nayib Bukele também se recusa a deixar o poder: quer continuar governando, sabe-se lá até quando e, para isso, alterou a Constituição. Assim como o brasileiro, Bukele é do tipo que **se considera imprescindível**, mesmo que a lei proíba a reeleição indefinida.



Veio à tona recentemente que Gustavo Petro também gostaria de voltar à Presidência da Colômbia, embora tenha se recusado a afirmá-lo publicamente. Entretanto, nos comícios, seus apoiadores costumam gritar: “reeleição, reeleição”. Como não pode concorrer à reeleição no próximo ano, quer convocar uma Assembleia Constituinte, que, no fundo, é uma tentativa de alterar as regras da reeleição. Sim, Petro quer voltar em 2030.

A lista é longa. Sem mencionar os ditadores de regimes autoritários da Nicarágua, de Cuba e da Venezuela, basta lembrar do caso de Evo Morales que, embora não seja muito diferente deles, tentou retornar ao poder pela quarta vez por vias institucionais, mas acabou barrado pelos tribunais bolivianos em um precedente judicial que marcou a política de toda a América Latina. Em 2024, o Tribunal Constitucional tornou Morales inelegível e disse que a reeleição “não é um direito humano”, como Evo defendia nas ruas da Bolívia, ignorando decisões da OEA e da Comissão de Veneza sobre o tema.

A reeleição, em qualquer país, não é um direito humano, mas tende a ser mais frequente na América Latina. Não é um fenômeno exclusivo da região – na França, por exemplo, muitos presidentes também são reeleitos – mas há casos que se repetem no contexto latino-americano e acabam virando tendência. **Se pode associar esta inclinação à reeleições ao hiperpresidencialismo, à fragilidade dos partidos e à polarização política**, e isso faz sentido. No entanto, há outro elemento que ajuda a explicar por que a reeleição exerce tanto fascínio: o **interesse por líderes**

personalistas. Os projetos de longo prazo nos assustam, mas esse receio diminui quando a proposta vem de alguém que quer fazer história, como Getúlio Vargas, e promete transformar tudo e redefinir o rumo das coisas em um país. Fascinados, já embarcamos nesse tipo de projetos: com Rosas ou Perón, com Haya de la Torre ou Fujimori, com Velasco, com Pérez Jiménez ou Chávez.

Os que propõem mudar tudo, e costuma invocar a revolução (a humana, a social ou a da ordem) para reescrever a história quase sempre têm a tentação de ficar no poder ou acaba ficando. Em vez de propor um projeto que pudesse ter continuidade com outro nome ou, idealmente, ser conduzido por um partido, Lula, assim como Bukele, preferiu seguir o caminho trilhado por Perón: insistir no bukélismo ou no lulismo e deixar de lado o PT ou o partido Nuevas Ideas, já sem poder.

Na mente do líder personalista, o poder não se transfere. Não pode, por exemplo, ser passado a Fernando Haddad, o eterno candidato do PT, que mais uma vez vê que o presidente do Brasil, Lula, quer disputar o cargo. De novo. Outra vez. De novo.

GUSTAVO PRETO
quer convocar uma
Assembleia Constituinte, que,
no fundo, é uma tentativa de
alterar as regras da reeleição.

A reeleição, em qualquer país, não é um direito humano, mas tende a ser mais frequente na América Latina. Esse movimento pode ser associado ao hiperpresidencialismo, à fragilidade dos partidos e à polarização política.



SERÁ QUE AS JUVENTUDES DE HOJE SÃO MENOS DEMOCRÁTICAS DO QUE AS GERAÇÕES ANTERIORES?





POR **ALEXANDRE PUPO**

Secretário-Geral da OIJ e consultor em Relações Internacionais para diversas ONGs e OIs;
foi assessor na Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil.

A pergunta, que intriga pesquisadores, organizações e governos, tornou-se uma questão prioritária diante dos dados mais recentes sobre a participação e a opinião política das novas gerações. A *Pesquisa Ibero-Americana de Juventudes* (2024), realizada pela Organização Internacional da Juventude para a Ibero-América (OIJ), em parceria com o Latinobarômetro e com o apoio do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), indica que **a adesão dos jovens à democracia é, em média, 9% menor do que a dos adultos.**

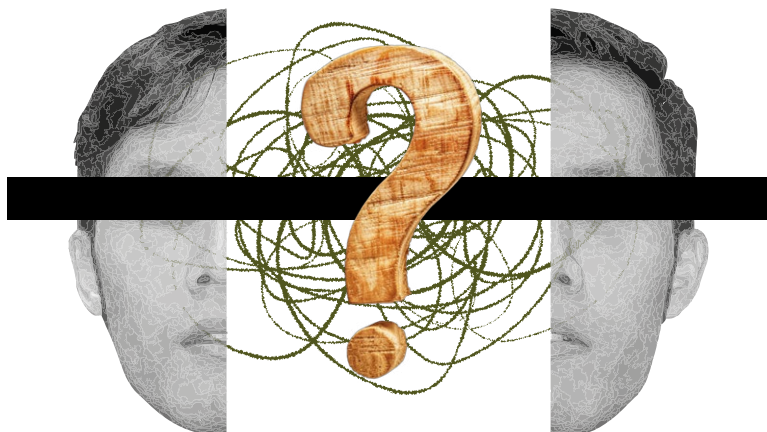
Este dado não reflete, necessariamente, que as juventudes estejam se aproximando da visão autoritária, mas aponta para mudanças profundas

na forma como percebem, avaliam e se relacionam com as instituições democráticas. Como consequência, compreender esta transformação exige observar o contexto econômico, social e cultural em que se desenvolve.

Nesse sentido, é essencial analisar o perfil das juventudes e entender suas transformações. Ao longo da história, desempenharam um papel estratégico na defesa, institucionalização e consolidação do estado de bem-estar dos sistemas democráticos. Hoje, esta tarefa se tornou ainda mais complexa, pois estamos em um período marcado por **rápidas transformações tecnológicas, múltiplas crises e uma forte incerteza global.**

Se adotarmos a classificação mais utilizada em nossa região — que considera jovens as pessoas entre 15 e 29 anos — constatamos que os mais jovens dessa faixa etária nasceram após a crise financeira de 2008. Por outro lado, os mais velhos chegaram ao mundo quando a maioria dos países ibero-americanos já tinha concluído seus processos de transição democrática.

Portanto, a experiência geracional dos jovens de hoje é radicalmente diferente. Para a maioria deles, **a democracia não foi uma conquista pela qual tiveram que lutar**. Pelo contrário, sempre esteve presente como pano de fundo, fazendo parte do “cenário natural” em que cresceram.



“
É ESSENCIAL
analisar o perfil das
juventudes e entender suas
transformações. Ao longo
da história, desempenharam
um papel estratégico.

”

Este fator ajuda a explicar por que as referências das gerações anteriores — como a censura, a repressão política ou a ausência de liberdades civis — **não estão tão presentes no imaginário atual**. E também por que a democracia, para as juventudes, muitas vezes é associada às frustrações e desigualdades de um sistema econômico que, na prática, não oferece perspectivas de futuro.

Segundo a *Pesquisa Ibero-Americana de Juventudes* (OIJ, 2024), cerca de **dois terços dos jovens ibero-americanos afirmam estar “pouco” ou “nada satisfeitos” com o sistema democrático em seus países**. Isso revela uma percepção baseada na ideia de que as instituições não estão cumprindo o que prometem, dando lugar a uma geração marcada por promessas não cumpridas. Esse descompasso abre espaço tanto para questionamentos legítimos quanto para a atração por discursos extremistas.

O cenário econômico e social reforça essa insatisfação. Um diploma universitário já não é garantia de um emprego estável e protegido. Os salários muitas vezes não cobrem o custo de vida necessário para formar uma família. Da mesma forma, comprar uma casa se tornou um objetivo quase inatingível, e a aposentadoria parece ter se tornado um privilégio reservado a nossas mães, pais, avós e avôs.

Na Espanha, por exemplo, só 15,2% dos jovens saíram da casa dos pais — a porcentagem mais baixa do segundo semestre desde 2006. Essa realidade se repete, com variações, em vários países ibero-americanos, o que evidencia a **dificuldade que os jovens enfrentam para conquistar a plena autonomia**, redefinindo, assim, o conceito de emancipação juvenil.

Então, como esperar que as juventudes defendam com entusiasmo uma democracia que não construíram, da qual não têm referências concretas do que havia antes e que, no presente, não garante as condições materiais para realizarem seus sonhos?

Reimaginar a democracia é uma tarefa que deve incluir as novas gerações

Esse processo não é um simples ajuste institucional, mas sim uma transformação que leva em conta novas realidades, linguagens e formas de participação. Hoje, aproximadamente metade da juventude não se sente incluída nas decisões públicas e acha que a classe política **ignora os problemas que mais a afetam**.

Diante disso, para avançar nesse processo, é necessário considerar pelo menos dois elementos centrais. Em primeiro lugar, a relação dessa geração com o mundo digital. Trata-se da primeira geração nativa da internet, que nunca conheceu um mundo sem redes sociais, aplicativos e comunicação instantânea.

Enquanto quem tem mais de trinta anos vivenciou a transição do mundo analógico para o digital, os jovens atuais já nasceram conectados. Desde muito cedo, suas relações sociais, suas fontes de informação e até mesmo suas formas de engajamento político são mediadas pelas plataformas digitais. É nesse ambiente que constroem suas comunidades, mas também onde estão expostas à **desinformação, aos discursos de ódio e à manipulação algorítmica**.

A democracia precisa se atualizar para o mundo digital

Regulamentar esse ambiente, garantir direitos e responsabilidades, proteger crianças, adolescentes e jovens, e democratizar o acesso à tecnologia são tarefas urgentes. Isso exige **ações coordenadas do Estado, investimentos em competências digitais e uma presença mais efetiva dos governos nas plataformas que moldam a opinião pública**.

Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que o espaço digital não substitui totalmente a experiência presencial, o que nos leva ao segundo elemento: **a necessidade de reconstruir o tecido social no mundo físico**.

A democracia se fortalece diariamente junto com as instituições, as associações de bairro, os coletivos culturais, os sindicatos, os partidos e os movimentos sociais. No entanto, apenas 28% dos jovens acham que os partidos políticos representam seus interesses, e só 38% participam de coletivos comunitários, culturais ou educacionais.



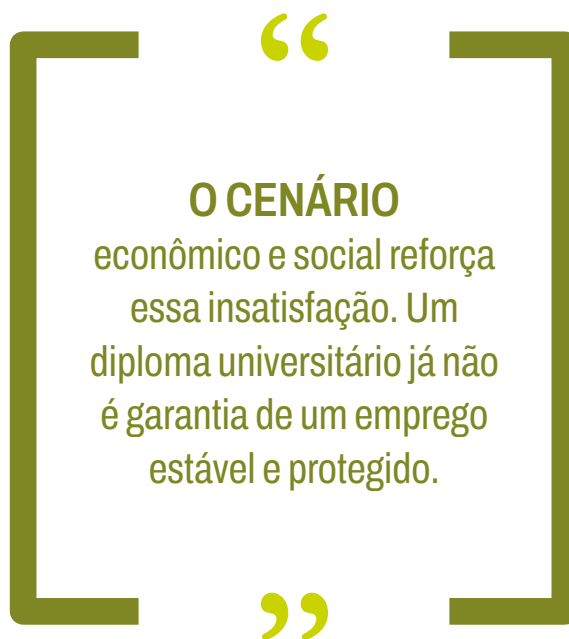
Se os algoritmos priorizam conteúdos que geram certa polarização e conflito, a vida comunitária presencial exige **diálogo, cooperação e empatia**. Experiências como ser voluntário em situações de desastres, em mutirões de construção de moradias e em refeitórios comunitários mostram que as juventudes podem se comprometer de forma concreta e solidária, quando têm acesso a espaços onde possam participar.

Essas discussões estão no centro da mais recente iniciativa da OIJ. Após a cúpula “Democracia Sempre”, convocada por líderes como Pedro Sánchez, Lula, Orsi, Petro e Boric, foi a organização responsável por criar um Observatório Multilateral da Juventude contra o Extremismo. O objetivo é compreender, por meio de dados e análises comparativas, como as novas gerações se relacionam com a democracia e de que forma podem ser parte ativa de sua renovação. Essa missão envolve governos, organizações juvenis e especialistas, que devem buscar **estratégias comuns para toda a Ibero-América**.

Nesse sentido, é fundamental entender o papel das juventudes na sustentabilidade de nossas democracias. Mas não basta compreender: é preciso **convidar e integrar esses e essas jovens na construção de soluções**.

As juventudes não vão defender um regime que não lhes oferece nem uma vida digna no presente nem esperança de um futuro melhor.

Para garantir o futuro do regime democrático, é necessário se abrir para **novas formas de participação e distribuição do poder**, assumindo compromissos reais com a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade.



Assim, em um mundo marcado por crises ambientais, econômicas e geopolíticas, o futuro da democracia **dependerá de sua capacidade de reimaginar a esperança e as oportunidades**. E essa tarefa só será possível se as juventudes forem reconhecidas não como uma ameaça ou um problema, mas como protagonistas da transformação de que tanto precisamos.

Hoje, aproximadamente metade da juventude não se sente incluída nas decisões públicas e acha que a classe política ignora os problemas que mais a afetam.



VENEZUELA, AUTORITARISMO DO SÉCULO XXI.



O desmonte da democracia venezuelana já dura um quarto de século, mas ainda persistem mecanismos de resistência.





POR **LUZ MELY REYES**

Fundadora e diretora do Efecto Cocuyo, membro do Conselho do Prêmio Gabo e do Instituto Reuters, colunista e analista em diversos meios internacionais.

A democracia venezuelana tinha 40 anos quando Hugo Chávez, tenente-coronel que havia fracassado em uma tentativa de golpe de Estado, chegou ao poder pelo voto. Era 1998, e sua revolução, baseada na ideia de refundar a República, conquistava a maioria das pessoas, pelo menos enquanto ainda era uma promessa. 25 anos depois, a Venezuela é uma das três ditaduras do continente e um exemplo alarmante de como uma democracia pode ser desmontada por dentro, valendo-se de diversos recursos. Um deles: o voto.

Como um regime com características autoritárias, mesmo tendo origem eleitoral, evolui para uma ditadura? Em determinados círculos acadêmicos, ainda se debate sobre como classificar o sistema venezuelano. De modo geral, há consenso de que não se trata de **um regime democrático**, percepção que se consolidou após a fraude massiva nas eleições de julho de 2024. Embora a

palavra “ditadura”, com todo peso que possui no imaginário coletivo, seja a que melhor o define, as nuances surgem ao compará-lo com outros regimes semelhantes. Essa dificuldade – e o descompasso entre sentir a opressão, com a perda de liberdades que antes eram habituais, e as categorias científicas – pode estar relacionada com a própria natureza do fenômeno: **é um autoritarismo do século XXI**.

Esse tipo de sistema não começa necessariamente com uma intervenção armada nem lança mão da coerção logo de início. Pelo contrário, utiliza um método conservador: aproveita o descontentamento gerado pela ineficiência da democracia e pelo descrédito dos partidos políticos, constrói apoios, coopta as elites e amplia o controle das instituições. “Quando o poder se concentra sem qualquer freio ou contrapeso, o resultado inevitável é o regime autoritário”, afirma o historiador venezuelano Pedro Benítez.

Benítez lembra que, há meio século, a Venezuela era uma das três únicas democracias na América Latina, ao lado da Costa Rica e da Colômbia. Hoje, porém, é uma das três ditaduras do continente. “O que aconteceu com a Venezuela? Por que um país que parecia tão promissor, que tinha conseguido construir uma democracia, desmoronou?”, questiona retoricamente.

A jornalista Catalina Lobo Guerrero relata em seu livro *Los restos de la revolución* (Aguilar, 2021) como o Poder Judiciário foi um dos alvos centrais do controle institucional durante o processo de desmonte da democracia venezuelana. Já a jornalista espanhola Beatriz Lecumberri chama atenção para outro elemento importante para ter em conta: **a revolução sentimental, que faz parte do manual de qualquer populista para garantir apoio**. No caso da Venezuela, enquanto Chávez vencia eleições, não havia necessidade de roubá-las.

Mas, depois que o vínculo emocional se rompeu — “de tanto ser usado” — seu sucessor, Nicolás Maduro, passou a usar táticas autoritárias tradicionais. A Venezuela virou uma máquina de expulsão de cidadãos (com mais de nove milhões de pessoas forçadas a migrarem em apenas dez anos), uma máquina de tortura (com mais de 800 presos políticos; em 2024 havia mais de 2.000) e um cenário de fraude eleitoral, como aconteceu em julho de 2024. Como qualquer regime que tenta se perpetuar no poder sem apoio popular, o de Maduro **recorre ao terror**.

Um dos primeiros pilares da democracia a se tornar alvo — ainda durante o mandato de Chávez — foram a mídia privada e o jornalismo. Depois de um período de lua de mel e um golpe de Estado que o tirou do poder por três dias, em 2002, Chávez passou a atacar a mídia privada. Para justificar o ataque, prometeu democratizar o espectro radioelétrico, promoveu leis que restringiam a propriedade, criou um sistema de mídia alternativo e, pouco a pouco, passou a estabelecer uma hegemonia comunicacional. Em um país profundamente polarizado, foi instalado um mecanismo que induzia à autocensura, que culminou com o fechamento

da rede de televisão RCTV em 2007. A tomada da indústria jornalística continuou, após a morte do presidente, com outro recurso habitual: **a compra de jornais por grupos alinhados ao governo e a aprovação de normas que criminalizavam a liberdade de expressão**. Em 2017, uma Assembleia Constituinte ilegal aprovou a Lei Contra o Ódio, que se tornou o principal instrumento de judicialização. Um caso emblemático foi o processo contra os bombeiros Ricardo Prieto e Carlos Varón, detidos em 2018 por gravar o passeio de um burro dentro do quartel onde trabalhavam, nos Andes venezuelanos. O vídeo viralizou e foi interpretado como um deboche a uma visita do presidente Maduro, que à época era apelidado de “Maburro”. Os dois bombeiros foram acusados de incitação ao ódio.



Outra das grandes estruturas desmontadas foi o sistema eleitoral. Esse talvez seja um exemplo paradigmático, pois o **chavismo investiu recursos para montar uma plataforma tecnológica que garantisse a integridade do voto**. Em 1999, após a convocação de uma Assembleia Constituinte, foi criado o Poder Eleitoral. Mais uma vez, a promessa era mais democracia.

No entanto, em 2009, a reeleição indefinida foi aprovada por meio de uma emenda constitucional. Não há evidências de que Chávez não tenha vencido as eleições das quais participou até 2012, quando concorreu pela terceira vez, já gravemente doente com câncer. Mas também não há dúvidas sobre a vantagem eleitoral que tinha, que incluía mecanismos de controle social. Isso evoluiria para o chamado “carnê da pátria”, um sistema que reúne os dados da maior parte da população adulta e permite a **mobilização de eleitores identificados nas bases de dados do governo**.

O Observatório Global de Comunicação e Democracia situa a ruptura da democracia eleitoral no período de 2015–2020, quando o chavismo perdeu o voto popular e a oposição conquistou as três maiorias da Assembleia Nacional (AN). Mesmo assim, o governo não reconheceu, na prática, essa vitória e impediu que a AN funcionasse plenamente.

Embora Benítez questione a ideia de que a democracia se resume apenas ao ato de votar, para os venezuelanos, o voto é uma tradição muito arraigada. Em 1999, quando alguns já alertavam para o caráter autoritário de Chávez, era comum ouvir nas ruas: “Fomos nós que o colocamos no poder, e somos nós que vamos tirá-lo.” Essa convicção de que o voto poderia mudar o rumo do país desmoronou com a fraude de 28 de julho de 2024. A própria solidez do sistema de votação automatizado — no qual Chávez havia investido para afastar suspeitas de fraude — forneceu evidências de que Maduro não havia sido o vencedor.

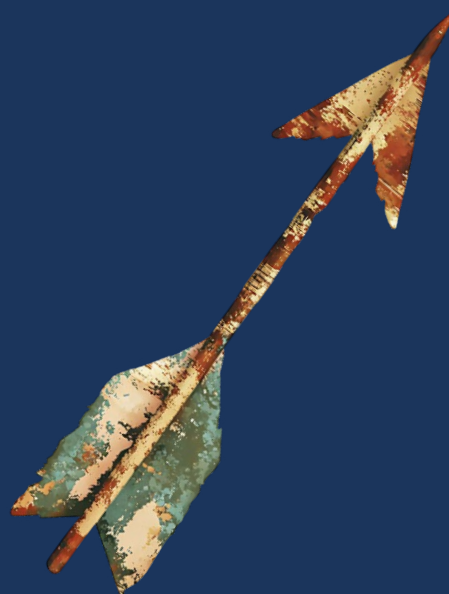
Por que Maduro permitiu as eleições? Entre outros motivos, porque acreditou na tese de que, mobilizando eleitores presentes em suas bases de dados e inibindo o voto da oposição, poderia ganhar, mesmo que todas as pesquisas mostrassem que Edmundo González Urrutia – candidato praticamente desconhecido – contava com o apoio da líder María Corina Machado. Mas pode haver uma explicação mais simples. No artigo *Cómo Maduro robó el voto en Venezuela*,

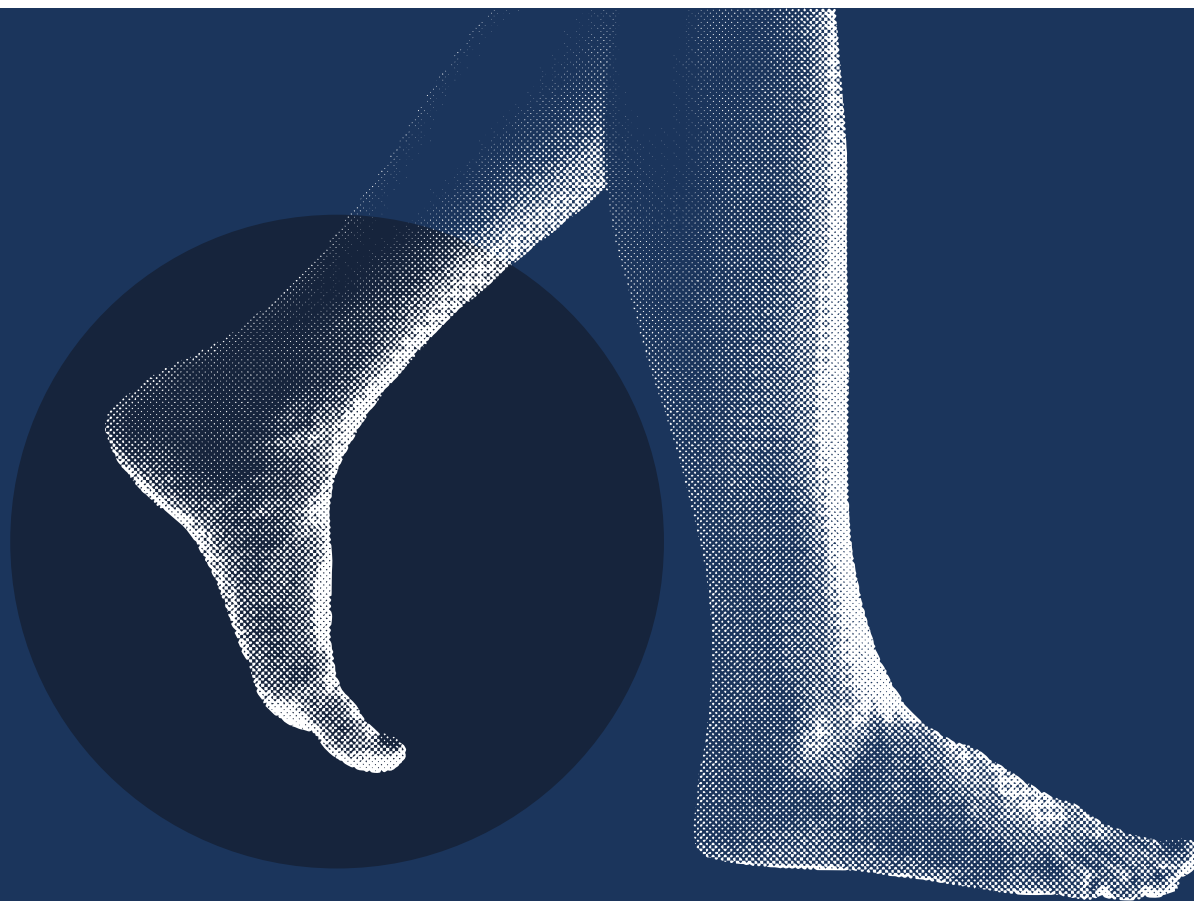
os cientistas políticos Dorothy Kronick e Javier Corrales argumentam que a lealdade dos militares é o que dá a Maduro a segurança para se manter no poder. Mais de um ano após a fraude, e em um momento em que a Venezuela enfrenta uma escalada de tensões com os Estados Unidos — que enviaram forças militares ao Caribe e classificaram o *Cartel de los Soles* (referência a militares venezuelanos ligados ao narcotráfico) como uma organização terrorista — essa lealdade parece continuar intacta.

“
OUTRO ELEMENTO
importante para ter em conta:
a revolução sentimental,
que faz parte do manual
de qualquer populista para
garantir apoio.
”

O desmonte da democracia venezuelana já dura um quarto de século. Apesar da combinação de táticas para controlar a população, os mecanismos de resistência ainda persistem. Talvez isso tenha a ver com os 40 anos anteriores, que permitiram o exercício do poder democrático. Mas **o processo venezuelano também é um alerta para a fragilidade da democracia** e para o fato de que a autocratização pode ser relativamente fácil em contextos em que se combinam descontentamento, práticas populistas e o poder das armas.

INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA LATINO-AMERICANA: CALCANHAR DE AQUILES OU FORTALEZA INTERIOR PARA A DEMOCRACIA.





POR **ROGELIO NÚÑEZ**

Doutor em História Contemporânea da América Latina e professor universitário, é pesquisador sênior não residente do Real Instituto Elcano.

A conjuntura atual de crise da democracia na América Latina — e no mundo — pode ser explicada, em grande parte, pela **crescente ineficácia das instituições democráticas** em responder às demandas cidadãs. Uma dinâmica que permite **o surgimento de líderes iliberais que aproveitam esse calcanhar de Aquiles da institucionalidade democrática para alimentar o descontentamento dos cidadãos.**

América Latina: majoritariamente democrática e institucionalmente frágil

É uma região que, apesar de tudo, continua sendo majoritariamente democrática. Como

lembra Carlos Pagni, as recentes crises enfrentadas pela Argentina teriam acabado, entre 1930 e 1976, em golpes de Estado, “mas conseguimos resolvê-las de outra forma: dentro dos canais institucionais..., um motivo de comemoração do ponto de vista histórico”.

No entanto, são democracias de baixa qualidade institucional. Manuel Alcántara alerta para esse mau funcionamento das instituições, o que provoca uma “ambivalência democrática: a ideia de que, embora as instituições formais da democracia (eleições, separação de poderes, sistemas partidários) continuem existindo, seu funcionamento real é afetado por dinâmicas que enfraquecem sua qualidade... As regras do jogo democrático costumam ser frágeis, facilmente manipuláveis por líderes com aspirações hegemônicas”.

Os regimes iliberais se amparam nessa fragilidade institucional para se legitimarem.

Para Nicolás Maduro, “a democracia ocidental está esgotada”. Por sua vez, Nayib Bukele persegue os opositores, governa em estado de emergência permanente, consegue a reeleição ilimitada e se gaba de seu autoritarismo: “Não me importo de ser chamado de ditador. Prefiro isso a ver salvadorenhos sendo mortos”.

Sobre isso, Andrés Malamud identifica quatro razões para os eleitores apoiarem esses líderes antidemocráticos: “Primeiro, priorizam os resultados em detrimento dos direitos... Segundo, as pessoas tendem a preferir narrativas simplificadas... Terceiro, o fosso entre o povo e as elites aumentou... Quarto, foi desencadeada uma reação cultural (contra) a imposição de valores progressistas que as pessoas comuns consideram alheios à tradição”.

SÃO DEMOCRACIAS
de baixa qualidade
institucional.

O ataque às democracias também vem dos governos democráticos. Na Argentina, Javier Milei adota uma retórica repleta de insultos contra a oposição. Para Joaquín Morales Solá, essa postura remete aos alertas feitos por Hannah Arendt: “Quando o ódio se torna a norma do discurso público, a violência é sua consequência inevitável”.

No México, a recente eleição de juízes fez com que os principais tribunais do país ficassem sob o controle do partido governista. Enrique Krauze ressalta: “O partido Morena detém um poder absoluto que as urnas não lhe deram. O que fez com esse poder? Destruir... o Estado de Direito, a separação de poderes, a própria República”.

Democracias disfuncionais

O problema das democracias na América Latina tem estado, historicamente e até os dias atuais, na criação de instituições eficazes e na formação de cidadania.

No Brasil, por exemplo, a relação entre os poderes Legislativo e Executivo, estruturada desde os anos oitenta no modelo de “presidencialismo de coalizão”, entrou em decadência. Marco Aurélio Nogueira sublinha que esse modelo já não funciona porque “é um tipo de presidencialismo que “impede” o governo de governar, ou o obriga a governar mal”.

Sobre a ausência de cidadania, Fernando Bafeientos destaca que não “foi dada muita atenção à cultura política democrática, que requer uma cidadania atenta e engajada, porém o melhor indicador não é a participação eleitoral, mas sim o compromisso com a democracia, e este é mais difícil de perceber”.

Sem cidadania e sem instituições fortes e eficientes, a legitimidade nos países latino-americanos tem se sustentado apenas no crescimento econômico, que agora deixou de existir: a região atravessou uma segunda década perdida (2014-2023) e já caminha para uma terceira. Alberto Vergara, ao analisar o caso do Peru, aponta que a única legitimidade que sustentava o modelo desapareceu. Afirmar ainda que “Os peruanos já não recebem benefícios nem mesmo do único setor que funcionava razoavelmente bem. Era um país sem justiça (nem legal nem social), mas pelo menos pingava um pouquinho de dinheiro... A questão é que já faz uma década que não geramos riqueza em um ritmo capaz de reduzir a pobreza ou afetar a desigualdade”.



Rumo a uma pós-democracia?

Esta situação de “democracias cansadas” abre caminho para um novo período, o da “pós-democracia”, que pode acabar degenerando em sistemas iliberais (Manuel Alcántara). Mas não se trata de uma profecia autorrealizadora. É possível evitar que essa fase de pós-democracia se torne uma época de expansão dos autoritarismos. **É um momento de recriação democrática.** Alcántara destaca que a chave está em “fortalecer a democracia na região..., recuperar a confiança social, renovar os partidos, garantir a prestação de contas e defender a independência das instituições... A estratégia de democratização baseada exclusivamente em eleições regulares e em sua estrutura formal, sem levar em conta uma falha estrutural muito grave no que diz respeito à fragilidade e, em muitos casos, à ausência do Estado como um conjunto institucional complexo, está condenada ao fracasso”.

As democracias fracassam quando são ineficientes na hora de combater a insegurança, promover a estabilidade econômica, a governabilidade e a coesão social. Também fracassam por sua incapacidade ou conivência no enfrentamento da corrupção. Martín Tanaka adverte que “perdemos o ímpeto e o compromisso de desenvolver iniciativas mais eficazes para combater a corrupção. Houve uma mudança política substancial, e agora o foco parece estar em uma espécie de “garantismo”, que prioriza os direitos dos suspeitos e indiciados, em vez de evitar a proliferação da corrupção”.



O FUNCIONAMENTO

real das instituições é afetado por dinâmicas que enfraquecem sua qualidade... As regras do jogo democrático costumam ser frágeis.



Nesse contexto, alguns debates antigos — como o do mais ou menos estado — ficaram obsoletos. Franz Flores ressalta que “sem um Estado forte não há projeto neoliberal, libertário, estatista ou socialista que possa ter sucesso. Enquanto o Estado estiver à mercê de grupos que operam na ilegalidade, nenhum projeto econômico ou político será viável... Hoje, o desafio está na construção de um Estado forte; se depois será grande ou pequeno, é um detalhe secundário”.



Também está ultrapassada **a dicotomia entre “ter mão firme” e “não ter mão firme” no combate à insegurança**. Rodrigo Pérez de Arce defende que é preciso “exigir que os sistemas democráticos sejam capazes de combater o crime organizado sem renunciar ao devido processo legal, à presunção de inocência e ao controle judicial dos poderes executivos... A alternativa não é escolher entre segurança ou direitos, mas reinventar formas de persecução que reforcem, em vez de minarem, os valores democráticos”.

Em resumo, essas democracias assediadas e cansadas têm, em sua própria institucionalidade — reformada e atualizada —, a fortaleza interior para resistir ao desafio dos autoritarismos. Sobre isso, Andrés Malamud argumenta que é preciso unir novamente dois

termos que hoje estão separados: liberalismo e democracia. Embora possa soar contraintuitivo, as democracias devem aprender com seus inimigos —os populismos demagógicos— não para imitar suas tendências autoritárias, mas para canalizar o mal-estar social. Malamud ressalta que “para sobreviver, a democracia liberal precisa entregar resultados, não apenas prometer. A empatia e a proximidade não são conceitos demagógicos; são geradores de confiança. As reformas na América Latina devem atender tanto às necessidades materiais quanto às simbólicas, combinando justiça com recuperação econômica, em vez dos compromissos legalistas. Quando a democracia se torna território exclusivo das elites, frustra sua essência: ser um governo do povo. E quando é reduzida a um ritual de eleições sem resultados, falha em seu principal objetivo: ser um governo para o povo”.

Artigos citados:

Alcántara, M. (2015, 13 de agosto). *Cuando la calidad del político es poco relevante*. Latinoamérica21.

<https://latinoamerica21.com/es/cuando-la-calidad-del-politico-es-poco-relevante/>

Arellano, Á. (2025, 2 de abril). *Así funcionan las nuevas supermayorías en América Latina*. Letras Libres.

<https://letraslibres.com/politica/asi-funcionan-las-nuevas-supermayorias-en-america-latina/02/04/2025/>

Bafientos, F. (2025, 16 de junio). *La urgente necesidad de reinventar la democracia*. Latinoamérica21.

<https://latinoamerica21.com/es/la-urgente-necesidad-de-reinventar-la-democracia/>

Granés, C. (2025, 3 de julio). *La mutación autoritaria de Petro*. ABC.

<https://www.abc.es/opinion/carlos-granes-mutacion-autoritaria-petro-20250703134150-nt.html>

Krauze, E. (2025, 9 de julio). *Poder, ¿para qué?* La Nación.

<https://www.lanacion.com.ar/opinion/poder-para-que-nid09072025/>

Malamud, A. (2025, 7 de agosto). *Can liberal democracy adapt before it unravels?* Americas Quarterly.

<https://www.americasquarterly.org/article/liberal-democracy/>

Morales Solá, J. (2025, 6 de julio). *Una política convertida en basural*. La Nación.

<https://www.lanacion.com.ar/opinion/una-politica-convertida-en-basural-nid06072025/>

Nogueira, M. A. (2025, 28 de junio). *O presidencialismo inoperante*. O Estado de S. Paulo.

<https://www.estadao.com.br/opiniaao/marco-aurelio-nogueira/o-presidencialismo-inoperante/?srsltid=AfmBOorcDA-2GDBnoFD9gAnEuHaAhCOqo50EKZ2MpMb5hV-OP-kZYmP>

[lio-nogueira/o-presidencialismo-inoperante/?srsltid=AfmBOorcDA-2GDBnoFD9gAnEuHaAhCOqo50EKZ2MpMb5hV-OP-kZYmP](https://www.estadao.com.br/opiniaao/marco-aurelio-nogueira/o-presidencialismo-inoperante/?srsltid=AfmBOorcDA-2GDBnoFD9gAnEuHaAhCOqo50EKZ2MpMb5hV-OP-kZYmP)

Pachano, S. (2025, 14 de julio). *Amenaza continental*. El Universo.

<https://www.eluniverso.com/opinion/columnistas/amenaza-continental-nota/>

Pagni, C. (2025, 25 de marzo). *La democracia, frente a otros riesgos*. La Nación.

<https://www.lanacion.com.ar/politica/la-democracia-frente-a-otros-riesgos-nid25032025/>

Pérez de Arce, R. (2025, 4 de abril). *Bukele, Trump y la democracia sin respuestas*. El País.

<https://elpais.com/chile/2025-04-04/bukele-trump-y-la-democracia-sin-respuestas.html>

Rodríguez Yebra, M. (2025, 16 de julio). *Amenazas para el liberalismo del ojo por ojo*. La Nación.

<https://www.lanacion.com.ar/politica/amenazas-para-el-liberalismo-del-ojo-por-ojo-nid05072025/>

Sosa-Villagarcía, P., Inacio, J., & Arce, M. (2025, abril). *The rise of legislative authoritarianism*. Journal of Democracy.

<https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-rise-of-legislative-authoritarianism/>

Tavares, M. H. (2025, 2 de julio). *Sem mágicas no Brasil real*. Folha de S. Paulo.

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/maria-herminia-tavares/2025/07/sem-magicas-no-brasil-real.shtml>

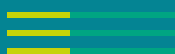
Vergara, A. (2025, 1 de junio). *Ciudadanos sin ni michi*. La República.

<https://larepublica.pe/opinion/2025/06/01/ciudadanos-sin-ni-michi-por-alberto-vergara-hnews-12191>

**As democracias fracassam quando
são ineficientes na hora de combater a
insegurança, promover a estabilidade
econômica, a governabilidade e a
coesão social.**



MIGRAÇÃO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: FAZER MEMÓRIA PARA NOS RECONHECERMOS NO OUTRO.



A democracia também exige decisões soberanas que reconheçam, de fato, a mobilidade como um direito humano.





POR **EILEEN TRUAX**

Jornalista e colunista internacional. Professora de Jornalismo Literário da Universidade Autônoma de Barcelona.

A América Latina sabe o que é migrar. Desde a chegada de italianos e alemães ao Cone Sul após a Primeira Guerra Mundial, das vítimas da perseguição nazista que encontraram refúgio na Argentina e no Brasil, ou dos exilados da Guerra Civil Espanhola acolhidos pelo México e pelo Chile, nós, latino-americanos, soubemos abrir os braços e encontrar naqueles que chegam o que temos em comum, aquilo que nos une. Mas não apenas isso. Também aprendemos a reconhecer os talentos e os saberes que as migrações trazem consigo, transformando-os em parte de nossa vida cotidiana e prosperidade: o apoio ao empreendedorismo de pequenos e grandes comerciantes recém-chegados, a incorporação de intelectuais estrangeiros à academia e à vida cultural, e a fusão de tradições culinárias, para citar apenas alguns exemplos, são provas dessa integração.

No final do século XX, essa capacidade de solidariedade com os que se viram obrigados a fugir ficou evidente também dentro da própria região. Os deslocamentos e exílios provocados por regimes ditatoriais, conflitos armados e crises econômicas, que deram origem a migrações regionais, fizeram com que, para muitos de nós, “América Latina” deixasse de ser apenas uma ideia e se tornasse uma realidade. A família colombiana que abriu um negócio na Venezuela, o casal salvadorenho que se instalou em Honduras, ou os professores do Chile e da Argentina que começaram a dar aulas nas universidades mexicanas **se tornaram parte habitual em nossa vida, em nossa realidade.**

Tanto as migrações do início do século quanto as mais recentes partilham uma característica comum: os países que recebiam pessoas deslocadas o faziam em nome da democracia. Aqueles que se viram forçados ao exílio pelo fascismo, pela ditadura ou pela guerra foram acolhidos por governos que defendiam os valores democráticos da liberdade e da igualdade. **Acolher quem fugia para salvar a própria vida era um gesto que enobrecia a sociedade que o praticava e criava laços entre as nações, que eram celebrados e cultivados com esmero e convicção.**

É difícil identificar o momento exato em que as narrativas sobre exílio, acolhimento e migração começaram a mudar na região até chegarmos aonde estamos. Mas o caminho que nos trouxe até aqui passa por uma mudança profunda na geopolítica mundial. Se, no final do século passado, a migração era compreendida como um fenômeno relacionados a acordos econômicos, trabalhistas e de mão de obra — e, no caso do asilo, à proteção de direitos —, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, **as políticas migratórias passaram a girar em torno da segurança, e as fronteiras se transformaram em territórios de controle sobre os corpos.** A América Latina, seguindo o exemplo da Europa, adotou práticas restritivas de mobilidade estabelecidas pelos Estados Unidos e, em sintonia com os interesses desse país, consolidou a ideia de que “nos proteger” significava não só apontar o outro como ameaça, mas também promover sua exclusão.

Essa nova narrativa, que transforma a alteridade em ameaça, soma-se ao fortalecimento de um conceito de identidade nacional alimentado por processos históricos de discriminação e colonialismo, e que **resulta em um pertencimento excludente.**



“
OS DESLOCAMENTOS
e exílios provocados
por regimes ditatoriais,
conflitos armados e crises
econômicas, que deram
origem a migrações regionais,
fizeram com que, para muitos
de nós, “América Latina”
deixasse de ser apenas uma
ideia e se tornasse uma
realidade.

”

A partir do poder, popularizam-se políticas migratórias que criminalizam. Assim, as pessoas migrantes não apenas ficam presas em limbos territoriais — o deserto, o Darién —, mas também nesse lugar simbólico de “outros”, um *eles* permanente, enquanto a cidadania local, o “nós”, que se percebe cada vez mais vulnerável — já não acolhe, já não recebe. Diante do vazio da solidariedade coletiva, aposta-se na proteção e na blindagem individual.

Nossas democracias perdem o sentido quando deixam de reconhecer os direitos inalienáveis do indivíduo: acesso à alimentação, educação, saúde, trabalho digno e proteção contra a violência. Respeitar esses princípios implica uma obrigação ética e jurídica dos Estados de proteger todas as pessoas que buscam oportunidades, independentemente de seu status migratório; ignorar esses direitos não é apenas desumano, mas também incoerente com os valores democráticos que nossos governos ainda dizem defender.

A democracia também exige decisões soberanas que reconheçam, de fato, a mobilidade como um direito humano. A existência da chamada “fronteira vertical” dos Estados Unidos — os mecanismos de controle da mobilidade humana estendidos pelo México e América Central há mais de uma década, com a conivência de seus governos —, bem como as políticas de externalização da gestão migratória, como os Acordos de Terceiro País Seguro, enfraquecem a autonomia regional e os laços históricos entre nossos países. Mais do que isso: privam-nos da possibilidade de acolher e valorizar os talentos e saberes que, durante décadas, teceram nossa identidade latino-americana, fortalecendo nosso potencial coletivo e nossa capacidade de construir juntos um futuro comum.



COMPREENDER

as motivações que levam uma pessoa a migrar é abrir a porta para a empatia e a solidariedade, das quais, como sabemos por experiência, nossas sociedades são plenamente capazes.

Cada pessoa migrante faz parte de um ciclo completo — “o conto completo”, como dizia García Márquez. Para além da narrativa do trânsito, que criminaliza, domina telejornais e gera imagens virais, a migração deve ser entendida como partida, chegada, integração, contribuição e, em

muitos casos, retorno ou reconfiguração de uma ou mais comunidades. Migrar não é um instante: é um processo que exige ver as pessoas em sua humanidade integral e em todo o seu espectro.

Migrar é um ato de coragem e esperança e em nossos países sabemos bem o que isso significa. Compreender as motivações que levam uma pessoa a migrar — uma vida melhor, segurança, saúde, liberdade — é abrir a porta para a empatia e a solidariedade, das quais, como sabemos por experiência, nossas sociedades são plenamente capazes.

A história da América Latina é um lembrete constante de que **o que nossos povos têm em comum é maior do que suas diferenças**. O que ocorre hoje na região em matéria migratória nos desafia a repensar nossas democracias, nossas fronteiras e também nossas narrativas. Se existe uma democracia latino-americana, esta precisa **fazer um exercício de memória histórica e recuperar a confiança na diversidade como força social**. Somente nos reconhecendo no outro podemos construir sociedades capazes de resistir aos discursos de ódio, abraçar a diversidade e gerar políticas que reflitam a riqueza humana que nos constitui. Porque, na América Latina, migrar nunca foi um problema: **tem sido uma oportunidade de construir e crescer juntos**.



O ARGUMENTO CONSERVADOR A FAVOR DA REGULAMENTAÇÃO DAS DROGAS.



Em vez de sustentar um mercado clandestino de drogas, a regulamentação oferecerá rastreabilidade, controles de pureza e penalidades claras.





POR **MICHAEL WEINTRAUB**

Especialista em Criminalística e Violência Política, doutor em Governo por Georgetown. Pesquisou conflitos armados na Colômbia e publicou nas principais revistas internacionais de ciência política e estudos de conflito.

Em plena temporada de eleições presidenciais, os candidatos se perguntam como melhorar a Colômbia, um país que pagou o preço mais alto pelas consequências negativas da **falta de regulamentação dos mercados globais de drogas**. Então, é lógico pensar que a questão sobre como mitigar esses efeitos deveria estar no centro das campanhas. Nesse sentido, uma das principais propostas foi justamente a regulamentação.

A regulamentação dos mercados globais de drogas não é uma causa exclusivamente liberal, também pode se apoiar em princípios conservadores. Embora costume ser associada a ideias como a autonomia individual e os direitos humanos, há razões profundamente conservadoras para avançar nessa direção. Dentro do pensamento conservador convivem duas tradições distintas - uma libertária e outra centrada na família e na ordem social - e ambas oferecem **fortes argumentos** a favor da regulamentação.

Mercados e responsabilidade individual

O conservadorismo libertário confia nos mercados como mecanismos de coordenação descentralizada e valoriza a responsabilidade individual. Um mercado regulamentado de drogas, por exemplo, permitiria que os preços, as licenças e a rotulagem fossem usados para **reduzir os riscos associados ao consumo e melhorar a qualidade dos produtos**. Em outras palavras, em vez de sustentar um mercado clandestino – invisível, violento e sem garantias – a regulamentação ofereceria **rastreabilidade, controles de pureza e penalidades claras**.

Essa mesma abordagem defende que a prisão não é uma resposta razoável para aqueles que decidem consumir substâncias psicoativas, pois as estatísticas mostram que apenas uma fração dos usuários de drogas desenvolve padrões problemáticos; a maioria não. Para os primeiros, seria melhor adotar medidas de **saúde pública e acompanhamento**, em vez de punições criminais; já para os segundos, uma decisão pessoal não justificaria, em hipótese alguma, um **castigo automático e desproporcional**.

Família, ordem e respeito à lei

Se o primeiro pilar do conservadorismo é a confiança nos mercados, o segundo é a defesa da família e da ordem social. A guerra contra as drogas dilacerou o tecido social ao encarcerar pessoas por crimes relacionados às drogas: em 2023, mais de 17.000 colombianos cumpriam penas por crimes desse tipo, o que significa que milhares de crianças estão crescendo sem pais e famílias estão sendo desfeitas devido a políticas punitivas ineficazes. Proteger a família implica, portanto, **investir em prevenção e tratamento, em vez de destruir lares**. Também é uma maneira de reestabelecer a autoridade do Estado.



DENTRO DO PENSAMENTO

conservador convivem duas tradições distintas e ambas oferecem fortes argumentos a favor da regulamentação.

A proibição subsidia o crime organizado, que controla mercados e financia grupos armados. É inadmissível que o Estado renuncie ao monopólio da força e da regulamentação econômica, especialmente de um mercado tão robusto e resiliente. Regulamentar as drogas – assim como o álcool é regulamentado hoje – é uma **estratégia para recuperar a soberania e garantir que as normas sejam cumpridas e respeitadas**. Não podemos ignorar o quanto pode ser corrosiva uma lei que ninguém respeita. Quando o Estado insiste em normas que são sistematicamente violadas, perde legitimidade. O respeito à lei não é conquistado com discursos moralistas, e sim com regras que possam ser cumpridas, supervisionadas e mantidas ao longo do tempo. A regulamentação, por sua vez, permite **reconstruir essa legitimidade institucional, com marcos legais claros, mecanismos de controle eficazes e um pacto social mais realista sobre como enfrentar o consumo problemático de substâncias**.

O RESPEITO

à lei não é conquistado com discursos moralistas, e sim com regras que possam ser cumpridas, supervisionadas e mantidas ao longo do tempo.

Em resumo, regulamentar significa aplicar **princípios conservadores** – confiança nos mercados, na ordem, na família e nas instituições – para enfrentar um problema que não desapareceu com proibições vazias. Não é por acaso que figuras centrais do pensamento conservador, como a revista *National Review* ou Milton Friedman (Prêmio Nobel e defensor do livre mercado) defenderam **a legalização ou a regulamentação como um caminho coerente com a responsabilidade individual e o respeito à lei**. Portanto, está mais do que na hora de a direita incorporar a pauta da regulamentação das substâncias psicoativas.

Do ponto de vista fiscal e da eficiência institucional, a proibição tem sido ineficiente e onerosa: no mundo, **bilhões são gastos em operações policiais, processos judiciais e encarceramentos que não reduziram o consumo**. O *World Drug Report 2025* do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) mostra que **o número de usuários aumentou**, apesar dos gastos recordes com apreensões. A regulamentação permitiria que esses recursos fossem redirecionados para o combate a crimes realmente graves – homicídios, extorsões, sequestros – e arrecadaria impostos com a comercialização de substâncias que hoje são ilegais e que poderiam ser usados para melhorar escolas, unidades de saúde ou programas de segurança locais. Em tempos de escassez orçamentária, essa é uma questão de prioridades e de eficiência na gestão do Estado.



NOVOS MODELOS SOCIAIS E DE GOVERNANÇA: UMA PROPOSTA PARA REFUNDAR O ESTADO A PARTIR DA ÉTICA E DA CIDADANIA.





POR PABLO ULLOA

Defensor do Povo da República Dominicana e presidente da Federação Ibero-Americana do Ombudsman.

Em algum momento de nossa história recente – e quase sem percebermos – a **política perdeu a confiança das pessoas**. Não devido a uma grande traição, mas por uma soma de pequenas ausências. O Estado deixou de estar presente onde mais era necessário: nos bairros, nas fronteiras, na infância sem amparo. **E quando o Estado se afasta, a democracia se torna retórica, não garantia.**

Esse desencontro não é exclusivo de um país. Atravessa toda a Ibero-América como uma fenda invisível: mais de 47% da população considera que seus governos **não resolvem** os problemas básicos dos cidadãos (Latinobarómetro, 2023).

Diante dessa crise de legitimidade, não bastam discursos nem reformas cosméticas. O que se requer é uma **refundação ética do Estado**, uma baseada na cidadania e voltada para a dignidade.

A Ouvidoria do Povo na República Dominicana percorreu cada recanto do país. O que escutamos nos bairros, campos e comunidades rurais não foram apenas queixas. Foram **diagnósticos populares**. Aonde o Estado não chega, a comunidade se organiza. Onde o mercado falha, surge a solidariedade. Onde não há lei, a dignidade resiste. Essas vozes nos revelaram a face humana de uma crise que exige novos modelos sociais e **novas formas de governança**.

Como escrevi em *Por el bien común*, “não basta garantir direitos: é preciso garantir presença. E a presença do Estado não é medida por prédios, mas pela confiança.” **Refundar o Estado é devolver ao povo aquilo que nunca deveria ter perdido: sua capacidade de influenciar, seu direito de ser ouvido e seu poder de transformar.**

A partir dessa experiência, proponho **três chaves** para pensar o futuro institucional em chave democrática.

1. Proximidade institucional

A democracia não se resume ao voto. É a presença cotidiana do Estado. Em 2026, instalaremos Casas dos Direitos nas dez regiões do país: espaços de formação, orientação jurídica e participação cidadã onde a Constituição deixará de ser um texto distante para se tornar um **instrumento vivo**. Serão salas de aula cívicas, centros de mediação, workshops de escuta.

Em uma região onde a informalidade no mercado de trabalho supera 50% e mais de 30% dos jovens estão fora da escola ou do mercado de trabalho (OIT, 2023), o Estado precisa deixar de ser uma sombra e **se tornar um parceiro**.

2. Governança colaborativa

O modelo vertical fracassou. As lideranças sociais, os sindicatos, as universidades, as associações de moradores e as igrejas não são atores periféricos, mas sim **o tecido vital de nossas democracias**.

A OCDE alerta que “os Governos que promovem processos de cocriação alcançam políticas mais sustentáveis e legítimas” (OCDE, 2022). Precisamos passar **da obediência à colaboração, do clientelismo à corresponsabilidade**.

3. Ética pública e cultura constitucional

Nenhuma transformação será verdadeira se não mudarmos nossa forma de conviver. Por isso, lançamos um programa-piloto nas escolas públicas com uma pergunta que ecoa: “Para que serve a Constituição se sou pobre?” Porque **se a democracia não proteger os mais vulneráveis, não é democracia, é um simulacro**.

Como afirmo no livro: “A ética não é um enfeite institucional: é a coluna vertebral da justiça social”.

Neste tempo frágil, refundar o Estado não é destruí-lo. É reconstruir sua legitimidade a partir de baixo. Do bairro, da sala de aula, do parque, do hospital. Não se trata de novos organogramas, mas sim de um **novo pacto de convivência**.

Como escreveu Bobbio, a democracia não é definida apenas por seus processos, mas também **pelos objetivos que busca alcançar**. E o principal objetivo de todo Estado democrático é um só: **a dignidade humana**.

Referências:

- Ulloa, P. (2025). *Por el bien común: hacia un estado de bienestar para todos*. Ed. Defensor del Pueblo.
- OCDE (2022). *La Protección y la Promoción del Espacio Cívico: Fortalecer la alineación de estándares y lineamientos internacionales*. OECD Publishing, Paris.
<https://doi.org/10.1787/d234e975-en>
- OIT. (2023). *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo 2023: El valor del trabajo esencial*. Organización Internacional del Trabajo (OIT).
<https://www.ilo.org/es/publications/flagship-reports/perspectivas-sociales-y-del-empleo-en-el-mundo-2023-el-valor-del-trabajo>
- Latinobarómetro. (2023). *Estudio Latinobarómetro 2023*. Corporación Latinobarómetro: Oleada 2023 - Versión agregada.
<https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2023>.

Diante dessa crise de legitimidade, não bastam discursos nem reformas cosméticas. O que se requer é uma refundação ética do Estado, uma baseada na cidadania e voltada para a dignidade.



UMA DEMOCRACIA CONFUSA.





POR **PATRICIO FERNÁNDEZ**

Colunista e painelistas em diversos meios internacionais, foi fundador do *The Clinic* e coordenou a Comissão de Comunicações, Informação e Transparência da Constituição do Chile.

A preocupação com a forma como os sistemas democráticos estão se degradando por dentro está se espalhando pelo Ocidente. A frase de Norberto Bobbio “nada é mais nocivo para a democracia que o excesso de democracia” parece estar se tornando realidade... Pelo menos se entendermos a democracia como um conjunto de instituições constituídas no fim do século XVIII para superar a ordem monárquica e criar um sistema de governo no qual a vontade dos cidadãos é administrada por elites de diferentes tipos e origens, capazes de representar e modular seus diversos interesses.

Com a Primeira Guerra Mundial, as monarquias europeias caíram, mas o século XX foi marcado por **novos regimes totalitários e ditaduras** de diferentes naturezas. A década de 1990 começou com a queda do Muro de Berlim e da Cortina

de Ferro, que coincidiu, no Chile, com o fim da ditadura de Pinochet. Como se isso não bastasse, a internet surgiu com a promessa de se tornar uma grande praça pública, onde uma interconexão sem precedentes consolidaria “o fim da história e o último homem”, deixando para trás as lutas ideológicas que marcaram a Guerra Fria. Fukuyama não considerou que, uma vez derrotado o comunismo, o capitalismo e as democracias liberais teriam que enfrentar suas próprias dificuldades nesta nova fase histórica, após três décadas de uma *pax* virtuosa, marcada pela **expansão do consumo, do acesso à informação e pelo desejo coletivo de participar nas tomadas de decisões**. Muito mais lúcido foi o dissidente húngaro Árpád Göncz, que, na véspera do funeral de Imre Nagy, em junho de 1989, disse a Timothy Garton Ash: “Fico feliz por ter vivido para ver o fim desta catástrofe – referia-se ao comunismo – mas quero morrer antes que comece a próxima.”



Se algo marcou a “explosão social” ocorrida no Chile no final de 2019 foi o **discurso antielite**, um certo espírito carnavalesco que rompia as estruturas de autoridade. Diversos grupos sociais se viram emocionalmente envolvidos, cada qual a seu modo. Durante os meses em que durou, houve saques em todo o Chile e os espaços públicos foram destruídos, mas também houve a maior manifestação cidadã de que se tem registro no país: mundos antes invisíveis ganharam visibilidade, demandas latentes vieram à tona; pessoas de todos os tipos exibiram suas particularidades com orgulho. Muitos empresários admitiram ter ido longe demais, e uma energia democratizante, que pressionava pela revisão de nosso pacto social, ganhou tanta força que, no plebiscito de 25 de outubro de 2020, quase 80% votaram a favor de uma nova Constituição, elaborada por um órgão especialmente eleito para esse fim, sem a participação do Congresso.

Fiz parte dessa assembleia constituinte. Filha da revolta, parecia a oportunidade perfeita para atualizar nossa democracia. Pouquíssimos membros de partidos políticos foram eleitos para elaborá-la. Das 155 cadeiras, 103 ficaram com independentes, muitos deles integrantes de movimentos sociais, defensores de alguma causa (ecológica, feminista, indígena ou outras formas de indignação). “O povo unido avança sem partidos!”, gritavam muitos no plenário.

Os eleitores optaram por alguém que se parecesse com eles, e não por projetos **coerentes e viáveis**. A ideia de que, finalmente, os historicamente excluídos participariam na definição de nosso principal pacto social despertou o sonho de uma democracia sem precedentes. O desejo de revanche, porém, prevaleceu sobre a disposição para o diálogo, e quem chegou para reivindicar uma vida marcada por desprezos acabou desprezando aqueles a quem considerava responsável por sua marginalização. Longe de criar um ambiente construtivo, **prevaleceu a desqualificação**. Em vez de procurar compreender o outro, predominou a autorreferência. Na dispersão existente, repleta de excentricidades, no lugar de priorizar a construção de um projeto comum, diferentes vozes estridentes se apoiaram mutuamente. **Sabiam reclamar, mas não construir.**

O fracasso foi retumbante. 62% rejeitaram a proposta constitucional. O que aconteceu renderia vários livros e milhares de estudos. Durante o tempo em que vivi esse processo, mais de uma vez pensei em Moby Dick como metáfora da democracia, aquela baleia que deixa uma multidão de mortos e feridos entre aqueles que a perseguem, e que, mesmo coberta de arpões e cicatrizes, continua inalcançável.

“

A VONTADE
dos cidadãos é administrada
por elites de diferentes
tipos e origens, capazes de
representar e modular seus
diversos interesses.

”

A experiência deixou claro que, em determinado momento, os movimentos sociais podem conseguir a representatividade que os partidos políticos perderam, mas **não são capazes de oferecer a governabilidade que proporcionam**.

Depois veio outro processo constituinte de natureza oposta, desta vez conduzido por partidos políticos e liderado pela extrema-direita. A reação prevaleceu e passou dos limites também, mas ninguém se lembra disso. Comparado à enorme dimensão do primeiro e sua frustração — o maior revés da esquerda chilena desde o golpe de Estado —, o segundo passou quase despercebido. Hoje, os mesmos republicanos liderados por José Antonio Kast que não conseguiram levar adiante aquela segunda tentativa, mesmo tendo todas as condições para isso, podem vencer a próxima eleição.

caótica. Como ainda não imaginamos substituir os partidos como estratégia de organização política, só nos resta lamentar seu **enfraquecimento** — que paradoxalmente coincide com uma tendência à multiplicação — e desejar que melhorem sua presença na comunidade, sua capacidade de expressar seus anseios, seu funcionamento interno... Mas talvez não voltem a ser o que eram.

O principal problema da liberdade de expressão não é mais a censura, mas sim sua **manipulação**. Aqueles que buscam controlar a informação passaram de controlar o que é dito nos meios de comunicação a distorcer a verdade dos fatos que tentam estabelecer. Hoje, em nome da liberdade de expressão, atacam e desprezam o jornalismo. Nas redes sociais, grupos raivosos de pessoas se enfrentam. Quando e como a lei chegará a esse *faroeste*?



AQUELES QUE BUSCAM
controlar a informação passaram
de controlar o que é dito nos
meios de comunicação a
distorcer a verdade dos fatos que
tentam estabelecer.

Esses são apenas alguns exemplos de que **não é olhando para trás que vamos proteger a democracia que está por vir**. O *Leopardo* lembra da importância de aceitar as mudanças necessárias para que aquilo que tentamos projetar não morra preso as suas próprias formalidades, mas, nestes tempos de transição e desencontro, **o velho resiste e o futuro custa a chegar**.

Atualmente, no Chile, todos os partidos políticos representam uma parcela ínfima da população. Já não são o que eram: aquelas organizações intermediárias sem as quais os indivíduos que compartilhavam uma visão de sociedade não conseguiam se fazer ouvir, porque quase todos já têm celulares que permitem, pelo menos, a ilusão de participar de grandes fóruns; que, aliás, não é necessariamente mais fantasiosa do que participar de uma assembleia partidária, embora muito mais



No Chile, passamos do desejo de ampliar a democracia ao anseio por ordem em muito pouco tempo. Alguns chamam isso de “ressaca”. O fantasma de Pinochet voltou a assombrar. Não literalmente, mas aquela pulsão autoritária que justificou o golpe de Estado de 1973 reaparece, agora sob uma forma menos dramática. A explosão social, a Convenção e a Unidade Popular acabaram, de certo modo, se confundindo em um jogo inconsciente, não explícito, como um eco fantasmagórico que retorna transfigurado diante do medo de novas ameaças de descontrole. A ideia de caos (tema recorrente no discurso de Pinochet) que aparece como justificativa para o endurecimento das medidas. Kast quer nos convencer de que o Chile está vivendo essa situação hoje, que estamos arruinados, que os criminosos estão prestes a se apropriar de tudo, que a corrupção institucional está desenfreada, que os valores nacionais estão ameaçados, que Boric entregará um país em frangalhos. **Promete um governo de emergência para um país cheio de desafios pendentes, mas longe da calamidade.**

“
TODOS OS CANDIDATOS
concordam que as questões
mais preocupantes são a
segurança e o crescimento
econômico.
”

Para completar o cenário de fantasias, distorções e equívocos, sua contraparte é Jeannette Jara, uma comunista em um momento em que o comunismo

está morto, uma comunista incômoda que vai contra a corrente de seu partido, que, em sua linha oficial, enviou condolências pela morte do “camarada” Kim Jong-il, lamentou a queda de Bashar al-Assad, mantém viva a defesa do regime cubano e evita condenar Nicolás Maduro. Uma comunista que representa a mais ampla coalizão de partidos de centro e de esquerda desde o retorno à democracia, mas com menos apoio popular do que nunca. Atualmente, o problema da esquerda chilena não são os anseios revolucionários, mas sim a falta de ideias novas e convincentes, a **ausência de entusiasmo e a falta de fé em si mesma.**

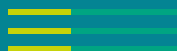
Fala-se em polarização, mas a verdade é que a sociedade não está tensionada. Politicamente, há mais desânimo que fúria, mais desconfiança que combatividade. Os discursos estridentes dominam o espaço público, mas raramente aparecem nas conversas privadas. Todos os candidatos concordam que as questões mais preocupantes são a **segurança e o crescimento econômico**. Assuntos que, há apenas três anos, estavam no centro do debate nacional (um novo pacto com a natureza, os direitos das mulheres, a valorização da diversidade, os direitos sociais etc.) desapareceram da agenda.

Se na eleição de Gabriel Boric muitos votaram nele no segundo turno para impedir a vitória de Kast, é muito provável que agora muitos votem em Kast para evitar que Jara vença. O sentimento “contra” pesa mais que o “a favor”. O estranho é que não se nota muita preocupação no ar. Até ontem, o republicano era visto como um perigo insuportável e hoje parece ser aceito quase como um fato consumado. Racionalmente, muitas pessoas o consideram nefasto, mas comentam isso com uma tranquilidade que contrasta com o que pensam. Se Boric não foi o revolucionário que temiam, ninguém toca no assunto; talvez Kast também não seja o reacionário que aparenta. Os discursos bombásticos já não causam impacto. A impressão é que **ninguém acredita muito em nada e que a política do dia a dia virou um jogo de máscaras.** Tomara que não tenhamos uma surpresa amarga quando quem vencer a presidência decidir tirá-la.

A impressão é que ninguém acredita muito em nada e que a política do dia a dia virou um jogo de máscaras. Tomara que não tenhamos uma surpresa amarga quando quem vencer a presidência decidir tirá-la.



CULTURA E DIREITOS PARA UMA IBERO- AMÉRICA MAIS SUSTENTÁVEL.





POR **RAPHAEL CALLOU**

Diretor-geral de Cultura da OEI, foi diretor da OEI Brasil e liderou o Museu de Arte do Rio.

Em um mundo em transformação, a cultura reafirmou seu papel estratégico no fortalecimento da democracia, da inclusão e do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, Barcelona se tornou, em setembro passado, palco de uma série de marcos decisivos para o futuro das políticas culturais: a XXII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Cultura, o 3º Diálogo Ministerial do Grupo de Amigos para a Ação Climática Baseada na Cultura e a Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2025).

Nesse sentido, o impacto desses espaços interligados reflete a convergência de três dimensões complementares: **a cooperação regional, a projeção global e o compromisso com a**

sustentabilidade com base na cultura. Em conjunto, consolidam uma visão ibero-americana que coloca a cultura no centro das agendas públicas e das estratégias de desenvolvimento.

Para a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), a XXII Conferência Ibero-Americana representou um ponto de inflexão ao reafirmar que **não existe desenvolvimento pleno nem justiça social sem direitos culturais.** Desde sua criação, há 76 anos, a **OEI tem atuado de maneira consistente em favor da cultura ibero-americana, de sua riqueza e de sua diversidade, direcionando seus esforços para consolidar a cultura como estratégia de desenvolvimento e integração regional, mas, sobretudo, como um direito.**

No âmbito da Conferência, os Ministérios da Cultura ibero-americanos decidiram atualizar a Carta Cultural Ibero-Americana, aprovada em 2006 pelos chefes de Estado e de governo e reconhecida como principal instrumento da cooperação cultural regional. Esta revisão, longe de ser um simples procedimento técnico, representa um compromisso político para incorporar novas dimensões de justiça cultural: **a igualdade de gênero, o fortalecimento da diversidade linguística, os direitos digitais e a relação entre cultura, clima e sustentabilidade**. Em essência, significa reconhecer que **a cultura não apenas reflete quem somos, mas também molda as formas como convivemos, criamos e participamos da vida pública**.

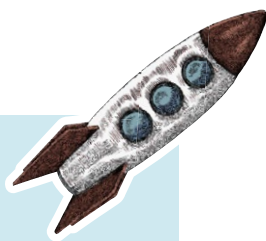
Como destacou o secretário-geral da OEI, Mariano Jabonero, durante seu discurso na Conferência, a cooperação cultural ibero-americana vive um momento de grande destaque no cenário político e social. Neste contexto, a OEI, junto com os ministérios da Cultura mencionados, defendeu que, por sua ampla contribuição para o desenvolvimento, a cultura precisa de um **objetivo específico de desenvolvimento sustentável que seja capaz de refletir seu impacto real na agenda internacional e consolidar seu papel como pilar essencial das políticas públicas contemporâneas**.



Além dos consensos alcançados na Conferência Ministerial, Barcelona também sediou o 3º Diálogo Ministerial do Grupo de Amigos para a Ação Climática Baseada na Cultura (GFCBCA, em sua sigla em inglês), uma coalizão internacional que reúne mais de 70 Ministérios da Cultura de diversos países, sob a presidência *pro tempore* do Brasil e dos Emirados Árabes Unidos, com o apoio da OEI. O encontro culminou com a adoção da Declaração Ministerial “A cultura como motor da ação climática”, que reconhece **a cultura como um ativo fundamental para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas**.

“
A COOPERAÇÃO
cultural ibero-americana
vive um momento de grande
destaque no cenário político
e social.”

Isso reforça que não pode haver soluções sustentáveis sem direitos culturais e que a sabedoria, a criatividade e os conhecimentos tradicionais dos povos são parte fundamental da resposta global à crise climática. Para a OEI, essa convergência entre cultura e clima representa um dos maiores desafios – e oportunidades – de nosso tempo: **colocar a cultura no centro da transição para modelos de desenvolvimento mais justos, inclusivos e sustentáveis, alinhados às estratégias globais de ação climática**.



A OEI

tem atuado de maneira consistente em favor da cultura ibero-americana, de sua riqueza e de sua diversidade, direcionando seus esforços para consolidar a cultura como estratégia de desenvolvimento e integração regional, mas, sobretudo, como um direito.



Encerrando este ciclo, a MONDIACULT 2025, a Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável, reuniu, em Barcelona, mais de 160 delegações, sob a liderança desta organização e da Espanha. A Declaração Final também reivindicou o reconhecimento da cultura como **dimensão estrutural do desenvolvimento sustentável** e defendeu a criação de um objetivo específico de desenvolvimento sustentável para a cultura, reafirmando os princípios da Declaração do México (2022) e alinhando-se com as prioridades expressas na Declaração da XXII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Cultura.

Assim, Barcelona se consolidou como o ponto de encontro entre a agenda ibero-americana e a agenda global, onde os países da região projetaram uma voz coletiva em defesa dos direitos culturais, da sustentabilidade e da justiça social. Este espírito de diálogo e cooperação reafirma **a vitalidade da comunidade cultural ibero-americana como um espaço vivo, solidário e capaz de gerar consensos, impulsionar políticas compartilhadas e contribuir de maneira decisiva para os grandes debates internacionais.**

As declarações resultantes de Barcelona, tanto a da Conferência Ibero-Americana de Cultura, quanto a do GFCBCA e da MONDIACULT 2025, convergem para a mesma mensagem: a cultura não pode ser reduzida a um papel secundário nas políticas de desenvolvimento. Exige um reconhecimento estrutural, institucional e orçamentário compatível com seu impacto real na vida das pessoas.

Em tempos de desinformação, polarização e crise climática, seu papel é ainda mais relevante: **fortalecer o pensamento crítico, cultivar a empatia e criar espaços de encontro onde o diálogo, a memória e a criatividade se tornem ferramentas de coesão e ação coletiva.**

Por isso, a OEI reitera seu compromisso com a promoção dos direitos culturais como direitos humanos, com o fortalecimento da cooperação ibero-americana e a construção de um novo pacto global que garanta o reconhecimento da cultura como dimensão essencial do desenvolvimento humano e sustentável.

RODRIGO PAZ E A GUINADA BOLIVIANA.



O MAS teve 20 anos para fortalecer as instituições públicas, mas as deixa bastante enfraquecidas, com uma justiça corrupta em que ninguém confia.





POR EDMUNDO PAZ SOLDÁN

Escritor boliviano. Professor de Literatura Latino-Americana na Universidade Cornell e colunista em diversos meios internacionais.

Depois de meses marcados por tensões e confrontos, em meio a especulações de que as eleições poderiam ser suspensas e a uma crise inflacionária que corroeu boa parte dos avanços alcançados nos últimos 20 anos, o povo boliviano foi duas vezes às urnas e **o desfecho acabou sendo menos dramático**. Antes das 22h do dia 12 de outubro, data do segundo turno, já se sabia que Rodrigo Paz (Santiago de Compostela, 1967), filho do ex-presidente Jaime Paz Zamora, era o novo presidente do país, e por volta da meia-noite, seu principal adversário, Tuto Quiroga, reconheceu o resultado. A Bolívia, após duas décadas de populismo estatal, **inicia o caminho rumo a uma nova ordem**.

Duas semanas antes da votação de agosto, Paz, candidato do PDC (Partido Demócrata Cristão), aparecia em quinto lugar nas pesquisas, com 5% das intenções de voto. A partir daí, sua ascensão foi contínua. Houve várias razões para isso: apesar de suas propostas serem claramente de um candidato de direita – ou, ao menos, de centro-direita (“capitalismo para todos”, foi seu *slogan*) – suas respostas evasivas sobre o papel dos Estados Unidos, do FMI e da DEA no país, e sobre a possibilidade de levar Evo Morales à justiça, permitiram que uma parcela significativa de eleitores indecisos, que costumavam apoiar o projeto populista do MAS, acabasse votando em Paz como a melhor opção diante da rigidez ideológica representada por Quiroga.

Seu candidato a vice-presidente, o cochabambino Edmand Lara, ajudou a conquistar esses votos. O carismático ex-policia, muito ativo no TikTok, visto como próximo dos setores populares e defensor do combate à corrupção, chegou até a ofuscar Paz com declarações impulsivas e agressivas (há três anos, em meio ao entusiasmo libertário, Lara venceu uma enquete sobre quem poderia ser o “Milei boliviano”). As políticas de identidade também funcionam na Bolívia, e votar em alguém “que vem de baixo e é um de nós” – nas palavras de uma comerciante indígena – faz todo sentido.

Não é momento de grandes celebrações. Paz, que tomará posse no dia 9 de novembro, herda um país em crise devido à péssima gestão do presidente Luis Arce, conhecido como o arquiteto do modelo econômico vigente desde que Morales assumiu o poder em 2006. O MAS teve papel fundamental no crescimento da classe média, no fortalecimento de setores da burguesia chola e na entrada de setores marginalizados no poder; ao mesmo tempo, Morales **aumentou os gastos públicos, desperdiçou capital político com projetos de curto prazo ou ineficientes, e enveredou por um caudilhismo que o levou a ignorar a própria Constituição promulgada por seu partido e, beneficiando-se de uma década de preços altos de produtos do gás e do petróleo, não preparou o país para o fim do boom econômico.** Um projeto hegemônico que refundou o país como um Estado plurinacional, que contou com o apoio de dois terços do eleitorado no final da primeira década do século, impulsionado por um crescimento anual de cerca de 5% (um dos maiores do continente), chegou às eleições pressionado por uma forte disputa interna entre Arce e Morales: seu candidato obteve apenas 3% dos votos, e o partido ficou praticamente sem representação na Assembleia Legislativa.

O MAS teve 20 anos para fortalecer as instituições públicas, mas as deixa bastante enfraquecidas, com uma justiça corrupta em que ninguém confia. Por outro lado, o avanço da mineração ilegal poluente e do desmatamento evidencia o fracasso do “bem viver”, o plano de desenvolvimento alternativo ao capitalismo

apresentado por Morales em 2006 como uma nova forma de relação entre o boliviano e a natureza, baseada em saberes ancestrais.

“
NÃO ACREDITO
em subsídios; o gás foi
nacionalizado e não há gás,
o diesel foi subsidiado
e não há diesel.

José Luis Lupo

O primeiro desafio de Paz é **estabilizar a economia debilitada.** Há recessão, e Arce gastou boa parte das reservas. A inflação não perdoa, e produtos de primeira necessidade como a carne bovina ou o frango não param de subir (“as pessoas compram carne moída e osso, praticamente já não vendemos carne”, disse uma vendedora do mercado municipal, em Santa Cruz, a um jornalista do *El Deber*). Abastecer o país com gasolina e diesel, um problema que começou no ano passado e se tornou crônico, é urgente para a cadeia produtiva: cidadãos comuns e caminhoneiros enfrentam longas filas semanais, e a cadeia produtiva sofre o impacto (a produção agropecuária precisa de 35 milhões de litros de diesel por mês, mas em outubro só foram distribuídos 8 milhões).

Paz também precisa decidir de onde conseguir financiamento para comprar combustível, seja do criticado FMI ou de alguma outra fonte que demande menos custo político. Além disso, deve



avaliar se mantém o subsídio à gasolina e ao diesel, um tema sensível no país. Esse subsídio é a principal causa do endividamento, mas sua retirada pode provocar instabilidade social imediata.

Paz prometeu um capitalismo descentralizado, com 50% dos lucros para o Estado nacional e os outros 50% para as regiões. A proposta não é nova no continente e, em outras experiências, esbarrou nos limites fiscais. O presidente eleito também ganhou apoio ao criticar o chamado “Estado tranca”, garantindo **menos regulamentação e um sistema tributário mais justo para formalizar grande parte dos 85% da população que vive na informalidade**. Sua primeira reunião importante foi com os empresários de Santa Cruz, aos quais ofereceu maior abertura comercial e segurança jurídica. A entrada em sua equipe de José Luis Lupo, ex-candidato a vice na chapa de Samuel Doria Medina (líder de direita que liderava as pesquisas até junho), reforça a percepção de uma guinada rumo a um neoliberalismo moderado (“Não acredito em subsídios; o gás foi nacionalizado e não há gás, o diesel foi subsidiado e não há diesel”, disse Lupo durante a campanha).

Paz tendrá que resolver su relación con Evo Morales. El exlíder del MAS, exiliado interno en su reducto del Chapare en Cochabamba, es un prófugo de la justicia que todavía tiene alrededor del 20 % de apoyo duro. Evo se ha arrogado el triunfo del PDC (pese a que llamó a votar nulo, sus votantes de decantaron por Paz), no ha dejado de lado sus ambiciones políticas y es capaz de desestabilizar al país: ya ha denunciado a Paz como neoliberal y ha dicho que resistirá a sus políticas. Para quienes ven a Paz como «un caballo de Troya» del masismo, este mismo ha dicho que «la justicia va a caer sobre aquellos que tengan que cumplir ante la justicia... a Evo el Estado no le aplicó el rigor de la norma... Siendo gobierno nosotros, si hay justicia, esa justicia tendrá que actuar».



O PRIMEIRO DESAFIO

de Paz é estabilizar a economia debilitada.

“Espero que a Bolívia volte ao mundo e que o mundo volte à Bolívia”, disse também Paz, garantindo que as relações com os Estados Unidos serão restabelecidas. Por enquanto, a COB (Central Operária Boliviana) declarou estado de emergência, assegurando que rejeitará a descentralização da educação e da saúde. A ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América), uma organização de dez países latino-americanos e caribenhos de orientação de esquerda, suspendeu a Bolívia da aliança e chamou Paz de “pró-imperialista e colonialista”, após o presidente eleito anunciar que não convidaria para sua posse países que não tivessem “a democracia como princípio”, entre eles Cuba, Venezuela e Nicarágua (principais aliados da Bolívia durante os anos do MAS). Dito isso, **a guinada da Bolívia está clara; o rumo, nem tanto.**



A UNIDADE E O ACORDO SOCIAL, O ÚNICO CAMINHO NA DEMOCRACIA.



POR CÁNDIDO MÉNDEZ RODRÍGUEZ

Membro de conselhos assessores e patronatos de diversas fundações, foi secretário-geral da UGT Espanha por 22 anos, além de presidente da Confederação Europeia de Sindicatos, deputado do Congresso e parlamentar andaluz.

Jean Jaurès, histórico dirigente socialista e filósofo francês, em um artigo intitulado “Sindicalismo e Socialismo”, publicado em 1905 no jornal *L'Humanité*(1), citou a seguinte frase: “Já que nos negam todos os direitos, nos negamos a trabalhar”. Estas palavras expressam a vontade do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) – Kaustsky e Bernstein – **de reagir, por meio de uma greve geral, à violência política que, à época, correspondia à tentativa dos poderes públicos de retirar do proletariado alemão o direito de votar para o Reichstag.**

Os sindicatos alemães adotaram uma postura mais cautelosa, relata Jaurès, e, sem renunciar ao ideal de uma transformação profunda, optaram

por lutar por “condições de vida mais dignas”. Declararam ainda: “que construíram, com muito esforço, uma grande organização operária, que essa força continua crescendo e permitirá ao proletariado negociar com o capital em melhores condições, impondo acordos coletivos favoráveis aos trabalhadores”. Em resumo, “na Alemanha, o partido era mais “revolucionário” do que os sindicatos”.

Além disso, nessa época, o SPD contava com 81 cadeiras no Reichstag após as eleições de 1903, e na “Alemanha, os sindicatos operários representavam uma força enorme: um milhão de trabalhadores organizados que pagavam regularmente suas contribuições”.

¹ O trecho entre aspas pertence ao livro *Movimiento obrero y sindicalismo*, de Jean Jaurès, publicado pela Yulca Editorial em janeiro de 2016, especificamente nas páginas 32-33.



Por outro lado, na Espanha, o primeiro deputado operário, fundador da UGT-E e do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Pablo Iglesias, foi eleito em 1910. Naquele momento, o sindicalismo, com esforço e sacrifício, buscava mudar uma **relação de trabalho marcada por uma profunda desigualdade, tanto de fato quanto de direito**, rompendo o silêncio imposto e conquistando o direito à voz. Com isso, o movimento operário passou a se expressar livremente para **defender a dignidade e a justiça da classe trabalhadora e de suas famílias**.

Para o socialismo espanhol, entendido em sua dupla dimensão, a social-democracia e o sindicalismo alemão, muito mais avançados, eram uma referência muito importante. Não por acaso, Pablo Iglesias, junto com seu enteado Juan Meliá, publicou, em 1909, uma tradução para o espanhol de *A doutrina socialista*, de Kautsky.

Desta forma, com essas pinceladas históricas, procuro evidenciar o árduo caminho rumo ao progresso social. **O movimento operário é o filho indesejado, mas inevitável, da Revolução Industrial**, e reflete o dilema constante entre a confrontação e o uso de uma força mais moderada para avançar, contribuindo para o fortalecimento das instituições democráticas e do pacto social. A meu ver, esta segunda opção, a revolução gradual, valha o paradoxo, social-democrata, foi a que acabou prevalecendo.

Nas democracias constitucionais que reconhecem a liberdade sindical, o exercício do direito de greve e a negociação coletiva, já **não há uma oposição dramática entre a greve e o diálogo**. Ambos podem ser entendidos a partir da seguinte ideia: a greve abre caminho para o diálogo, e o diálogo nasce da greve.

Por sua vez, na Dinamarca, cujo modelo de flexigurança baseado, sobretudo, em um elemento intangível – a confiança entre empresários e trabalhadores – é uma referência europeia em matéria de modelo social. O chamado Compromisso de Setembro de 1890 marcou o momento em que uma sequência de greves e lockouts abriu espaço para uma **nova etapa de diálogo e acordos sociais**, mantida, com altos e baixos, até hoje.

Na Espanha, o grande avanço alcançado desde a Transição até hoje deve muito ao diálogo social, principalmente sua dimensão menos conhecida, que, sem dúvida, é a mais eficaz. Trata-se da negociação dos milhares de acordos coletivos de trabalho assinados periodicamente entre sindicatos de empregados e sindicatos patronais, que têm papel **fundamental na melhoria da renda, do emprego, da produtividade e do desenvolvimento econômico de nossa sociedade**.

“
NA DINAMARCA,
uma sequência de greves e
lockouts abriu espaço para
uma nova etapa de diálogo e
acordos sociais mantida até
hoje.

O acordo coletivo é um instrumento essencial para a distribuição de renda na empresa e, em termos gerais, tem um impacto redistributivo maior do que o imposto de renda. Os pactos sociais também têm sido importantes, pelo menos na Espanha, para dar continuidade às reformas permanentes de nosso sistema público de previdência, garantindo a solidariedade intergeracional e dinheiro suficiente para o futuro.

Assim, os desafios atuais têm tal dimensão e profundidade que nenhum país consegue enfrentar sozinho, **tornando indispensáveis a unidade e o pacto social para superá-los**. Isso implica que é necessário manter a coesão em torno do projeto europeu e firmar grandes acordos para conduzir a dupla transição verde e digital, proteger o modelo social europeu e definir o papel da União Europeia. Afinal, representamos apenas 6% da população mundial diante dos grandes colossos, Estados Unidos e China, e convivemos com uma Rússia cada vez mais hostil.

Seria ingênuo ignorar que, em grande parte das cidades europeias, cresce a busca por soluções simplistas propostas por partidos de extrema-direita, que se alimentam do medo e da incerteza. Esses partidos também procuram se fortalecer incentivando a rejeição ao outro e encontram terreno fértil nos problemas de emprego, renda e moradia que atingem principalmente os jovens e, para muitos deles, a palavra “esperança” já não tem sentido.

Diante desse cenário, as transições verde e digital precisam, necessariamente, estar conectadas e alinhadas à garantia de trabalho digno. Cabe à democracia estabelecer um **triângulo virtuoso entre descarbonização, digitalização e trabalho com direitos garantidos**, dentro do objetivo D3. A partir daí, será possível construir um amplo acordo de diálogo social capaz de devolver a esperança às sociedades europeias. Nesse processo, a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu devem participar e compartilhar responsabilidades, junto com o *Business Europe*, a patronal europeia, a ETUC-CES e o sindicato europeu.

“
ENCONTRAM
terreno fértil nos problemas
de emprego, renda e
moradia que atingem
principalmente os jovens e,
para muitos deles, a palavra
“esperança” já não tem
sentido.

”

COP30: O MOMENTO DA IBERO-AMÉRICA DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA.



Não existe uma solução única para mitigar as mudanças climáticas. Na verdade, é preciso somar esforços, um quebra-cabeça formado por múltiplas peças que se encaixem para alcançar um objetivo comum.





POR **ÁLVARO RÁEZ FERNÁNDEZ**

Responsável jurídico da Secretaria-Geral da OEI.

No coração da Amazônia brasileira, teve início a Conferência das Partes (COP30) em Belém. Neste evento, no qual está em jogo o futuro do clima global, a Ibero-América quer demonstrar que **desenvolvimento e sustentabilidade podem caminhar juntos**.

Realizar a Conferência no pulmão do planeta é um chamado urgente carregado de simbolismo e representa uma oportunidade única para a região fortalecer sua presença no principal espaço de tomada de decisões climáticas. Mas essa oportunidade também traz uma responsabilidade inadiável: **compreender que a riqueza de nossos ecossistemas é a base de nosso futuro**. Dito isso, precisamos reconhecer, se quisermos prosperar como civilização, que toda nossa atividade (econômica, social, cultural e até

pessoal) depende da saúde de nosso planeta. Temos o dever e o desafio moral não só de nos adaptarmos, mas também de reverter essa crise com soluções regenerativas que garantam nossa sobrevivência.

Não existe uma solução única para mitigar as mudanças climáticas. Na verdade, é preciso somar esforços, um quebra-cabeça formado por múltiplas peças que se encaixem, pouco a pouco, para alcançar um **objetivo comum**, como assinala o ambientalista Paul Hawken em seu livro *Drawdown* (2017). Para isso, é fundamental acreditar no poder das histórias e entender que grande parte de nosso fracasso ocorreu devido a nossa falta de imaginação. No entanto, ideias brilhantes não bastam para frear as mudanças climáticas: sem financiamento, a imaginação não sai do papel.

Diante do pessimismo, não devemos perder a esperança. A implementação de projetos como o Energytran (*Eulac for energy transition*), liderado pela Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e financiado pela União Europeia, demonstra como **podemos transformar a adversidade em oportunidade e encontrar soluções e iniciativas inovadoras que defendam uma transição energética justa, sustentável e inclusiva.**

Este projeto conta com a colaboração do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha (CSIC), além de doze parceiros, entre universidades e centros de pesquisa europeus e latino-americanos. Após dois anos de atividade, a conclusão é simples: a transição energética não pode se limitar à produção de energia renovável; também implica **conscientizar a sociedade sobre a importância de garantir acesso equitativo à energia para toda a população mundial.**

“
NÃO EXISTE
uma solução única para
mitigar as mudanças
climáticas.
”

Não podemos esquecer que mais de 600 milhões de pessoas no mundo vivem sem eletricidade, segundo um estudo recente realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e esse fator, por si só, multiplica a pobreza. Em muitos lugares do planeta, a falta de acesso à energia elétrica é tanto um problema energético quanto uma questão de desigualdade.



Em comunidades onde mulheres e meninas assumem as tarefas domésticas, a ausência de energia ou de água encanada limita tempo, educação e autonomia. Uma solução tão simples quanto um painel solar ou uma bomba de água movida a energia solar pode transformar completamente essa realidade. **A energia do sol (infinita, limpa e gratuita) torna-se assim a ferramenta mais democrática que existe.** Com ela, meninas podem ir para a escola, famílias podem cultivar seus próprios alimentos e mulheres podem empreender. É o efeito dominó da energia renovável: uma pequena placa solar pode ser o ponto de partida para transformar uma vida, uma comunidade e, em última instância, o futuro do planeta.

A empatia deve ser nossa bússola na hora de agir diante das injustiças geradas pela crise climática. Nossa capacidade de **compreender, refletir e tomar medidas** em favor de quem sofre não nos enfraquece, ao contrário, nos fortalece como humanidade.

Tudo isso nos leva a uma COP30 na qual se devem assumir acordos pautados por convicção e solidariedade com os mais vulneráveis, que enviem um sinal de esperança para o futuro. Como afirma o presidente da COP30, André Aranha Corrêa do Lago, na *Oitava Carta da Presidência* dirigida à comunidade internacional: “A COP30 deve ser a COP da adaptação. Ambição e ação em adaptação serão essenciais para que, em Belém,

possamos avançar em três prioridades: fortalecer o multilateralismo, aproximar as mudanças climáticas à vida cotidiana das pessoas e acelerar a implementação climática.”



O FINANCIAMENTO
climático continuará orientando o debate na busca de um novo mapa que corrija os desvios de um percurso ainda cheio de desigualdades.

Embora alguns questionem sua efetividade, o **multilateralismo** tem sido **um dos motores silenciosos dos maiores avanços nas políticas climáticas desde a última década do século passado**. Fortalecê-lo não é uma opção, mas uma necessidade para que possamos percorrer juntos o caminho que ainda nos espera. O multilateralismo conseguiu frear a projeção de um aumento catastrófico de 4°C na temperatura média global até 2050, reduzindo-a para cerca de 2,5 °C. Ainda assim, estamos longe da meta ambiciosa de não ultrapassar a barreira de 1,5°C, estabelecida no Acordo de Paris e negociada na COP21 de 2015. Marcos dessa ordem mostram que a cooperação internacional pode mudar o rumo da humanidade.

A OEI, como organização intergovernamental internacional, reafirma o compromisso firme com uma ação climática justa e inclusiva que garanta um futuro sustentável para todos. Por esse motivo, o governo brasileiro, por meio da Secretaria Extraordinária para a COP30 (SECOP), firmou um acordo de cooperação com a OEI para garantir

as condições para o diálogo entre os países e a logística que tornarão possíveis as negociações climáticas em Belém durante esta Conferência.

Dentro da COP, na *Green Zone* (Zona Verde), a OEI estará presente com seu stand *Ibero-América Viva*. **Será um espaço dinâmico de escuta ativa e celebração da diversidade**, voltado a potencializar as vozes de nossa região, especialmente aquelas tradicionalmente marginalizadas, como a dos povos originários (com suas múltiplas realidades que refletem a riqueza de seus saberes tradicionais, bem como os diversos desafios que enfrentam), a das comunidades periféricas e a da juventude, que terá um destaque especial.

A *Ibero-América Viva* nasceu como uma aliança entre vozes ancestrais e contemporâneas que buscam regenerar (não apenas sustentar) os ecossistemas e as comunidades. É um compromisso de avançar juntos rumo a um futuro comum sem deixar ninguém para trás.

Além disso, **o financiamento climático continuará orientando o debate** na busca de um novo mapa que corrija os desvios de um percurso ainda cheio de desigualdades. Entretanto, no fundo, o financiamento climático não deveria ser objeto de discussão. Como afirmou António Guterres em seu discurso de abertura da Cúpula dos Líderes, no âmbito da COP29: “O financiamento climático não é caridade, é investimento; e tomar medidas não é uma opção, é obrigação.” Nesse sentido, a Ibero-América tem potencial para ser a referência global de integração sustentável de que o planeta precisa.



A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL EM CONTEXTOS DE CRISE DEMOCRÁTICA.



POR ENRIQUE GIL BOTERO¹

Secretário-Geral da COMJIB, foi ministro da Justiça e do Direito, presidente do Conselho de Estado e comissionado da CIDH na Colômbia.

A fortaleza da democracia depende, em grande parte, **da solidez e da independência do Poder Judiciário**. Na América Latina, as crises democráticas costumam ter uma raiz comum: a fragilidade dos órgãos do Judiciário e a incapacidade dos juízes de agirem sem pressões políticas. A independência judicial não é um luxo institucional, mas **a pedra angular** do Estado de Direito.

Dessa forma, a democracia não pode sobreviver sem juízes independentes que garantam a eficácia dos direitos e **limitem o abuso de poder**.

Democracia e Estado de Direito: uma união indissolúvel

Desde suas origens, a democracia e o Estado de direito estão intimamente ligados. Enquanto a primeira se ocupa do exercício do poder político, o segundo regula esse poder e o submete a normas e princípios. O filósofo Elías Díaz definiu essa relação como a “institucionalização jurídico-política da democracia”, isto é, a **transformação dos valores de liberdade, igualdade e solidariedade em normas obrigatórias**.

¹ As citações pertencem ao livro Movimento operário e sindicalismo (EN ITÁLICO), de Jean Jaurés, publicado pela Yulca Editorial em janeiro de 2016; e especificamente às páginas 32-33.

Um sistema democrático autêntico deve se sustentar em três pilares: **a proteção dos direitos e das liberdades, a separação de poderes e a legitimação do poder baseado na vontade popular**. Neste esquema, o juiz, especialmente o juiz constitucional, ocupa uma posição privilegiada por ser o último guardião da Carta de Direitos e o intérprete supremo dos limites do poder.

Durante o século XIX, essa figura legal foi concebida como mera transmissora da lei. Montesquieu a definiu como “a boca que pronuncia as palavras da lei”. No entanto, essa visão mecanicista se tornou insustentável. As normas não são fórmulas fechadas, mas princípios que exigem interpretação. Assim, o juiz contemporâneo não se limita a aplicar a lei, também **a completa, a adapta e, quando necessário, a submete ao crivo da Constituição**.

O juiz como guardião da Constituição

O controle da constitucionalidade é a manifestação mais clara do papel político do juiz dentro do Estado de direito. Embora o precedente mais conhecido seja o caso *Marbury x Madison* (1803), no qual o juiz John Marshall consagrou a supremacia constitucional, o princípio de que o Direito está acima do poder é muito mais antigo.



O modelo norte-americano de controle judicial se espalhou para a Europa, onde o jurista Hans Kelsen (2001, p. 11) desenhou, em 1920, o sistema de controle concentrado, confiando a um tribunal constitucional a tarefa de zelar pela coerência da ordem jurídica. Em contraposição a essa visão, Carl Schmitt (1931, p. 21) temia que essa atribuição levasse à “ditadura dos juízes”. Contudo, a história demonstrou o contrário: **a independência judicial é a melhor garantia contra qualquer forma de tirania, inclusive a da maioria**.

Afinal, ninguém pode ser juiz da própria causa: o controle constitucional exige um Poder Judiciário **autônomo, neutro e independente**.

Mais tarde, o modelo kelseniano foi progressivamente adotado pela Europa e pela América Latina. Na Colômbia, a Constituição de 1991 instaurou uma Corte Constitucional com amplos poderes para exercer tal controle, combinando elementos do sistema europeu com a tradição do *judicial review* norte-americano. Nesse processo, por meio da ação de tutela e do controle da constitucionalidade, os juízes colombianos foram protagonistas da expansão e proteção dos direitos fundamentais.

Os juízes como garantidores do princípio democrático

A experiência latino-americana demonstrou que os juízes são os **pilares fundamentais** da democracia. Na Colômbia, por exemplo, as Altas Cortes desempenharam um papel decisivo na defesa do Estado de Direito.

A Seção Criminal da Corte Suprema processou congressistas vinculados ao tráfico de drogas e ao paramilitarismo, o que reafirmou que a justiça pode, e deve, agir inclusive contra os poderosos. O Conselho de Estado, por sua vez, protegeu o princípio democrático ao fiscalizar a legalidade dos atos administrativos e garantir a transparência

eleitoral. Cada uma dessas ações demonstra que a justiça não interfere na política: **a purifica e a fortalece.**

Um caso emblemático de independência judicial foi a decisão da Corte Constitucional, em 2010, que **declarou inconstitucional o referendo destinado a permitir uma segunda reeleição presidencial.** Apesar da popularidade do presidente e da maioria parlamentar que o apoiava, o tribunal atuou com **absoluta autonomia, lembrando que nesse sistema político o poder tem limites.** Sobretudo, essa decisão resguardou os princípios da alternância, do equilíbrio entre os Poderes e da igualdade política, evitando uma perigosa concentração de poder.

Portanto, a independência judicial define o destino da democracia.

“
O JUIZ
contemporâneo não
se limita a aplicar a lei,
também a completa,
a adapta e, quando
necessário, a submete ao
crivo da Constituição.”

As dimensões da independência judicial

A independência judicial é construída sobre dois valores fundamentais: **a imparcialidade e a autonomia.** Como destacou o jurista Perfecto Andrés Ibáñez (1997), trata-se de uma *metagarantia*: a condição que torna possíveis todas as outras garantias do juiz.

Nesse sentido, há **três dimensões** complementares da independência judicial:

1. **Externa, que protege a magistratura das pressões dos outros Poderes do Estado.**
2. **Interna ou particular, que garante que cada juiz possa decidir livremente, sem interferências hierárquicas ou temor de punições.**
3. **Fática, que pressupõe que os magistrados estejam resguardados de pressões provenientes de atores sociais, econômicos ou criminosos.**

Essas dimensões exigem um apoio institucional. Além disso, uma carreira judicial sólida e certa estabilidade funcional, autonomia administrativa e orçamentária são condições indispensáveis para que a justiça cumpra sua missão. Sem essas garantias, a independência se torna uma ficção.

Como adverte Ernesto Garzón Valdés (2002), a função do Poder Judiciário em uma democracia é garantir a estabilidade do sistema político, e isso **só é possível se os juízes agirem de forma imparcial e permanecerem alheios aos interesses do poder.**

A crise democrática e a ausência de independência judicial

Como vimos anteriormente, quando a justiça está subordinada ao poder político, a democracia entra em crise. Da mesma forma, as interferências do Poder Executivo ou do Poder Legislativo nas decisões judiciais enfraquecem a confiança dos cidadãos e rompem as regras do jogo democrático. Casos como a dissolução do sistema judiciário durante o regime de Fujimori no Peru, ou as manipulações na nomeação de magistrados durante o governo Menem, na Argentina, são **lembranças dolorosas** desse fenômeno.

Na América Latina, o desafio é duplo: consolidar a independência institucional e reconstruir a imagem moral do juiz. Com frequência, **a sociedade percebe a justiça como corrupta**, o que corrói a legitimidade do sistema. Por isso, além das reformas legais, é necessária uma profunda transformação ética.

O juiz deve conceber sua função como uma **missão moral, guiada pela virtude, pela retidão e pelo desapego do poder**. As “relações perigosas” com a política – como as denominou Ibáñez – são incompatíveis com a dignidade da justiça. Às Cortes Superiores não devem chegar apenas os melhores juristas, mas também os mais virtuosos.

Conclusão

O Poder Judiciário é a âncora da democracia.

Sem juízes independentes, imparciais e éticos, os direitos se tornam retóricos, e a Constituição uma letra morta. Em tempos de crise democrática, o juiz não se limita a aplicar a lei: a defende contra os abusos de poder.

Assim, a independência judicial não deve ser entendida como uma prerrogativa dos juízes, mas como **uma garantia dos cidadãos**. Protegê-la é preservar a própria democracia.

Referências:

- Kelsen, H. (2001). *La garantía jurisdiccional de la Constitución*. Trad. de Rolando Tamayo y Salmoran. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Schmitt, C. (1931). *La defensa de la Constitución*. Traducción de Manuel Sánchez. Editorial Labor.
- Ibáñez, P. A. (1997). Nuevas dimensiones de lo judicial: Legalidad, jurisdicción y democracia, hoy. *Estudios de derecho judicial*, 6, 9-38.
- Garzón, E. (2002). El papel del poder judicial en la transición a la democracia. *Jueces para la democracia*, 45, 45-52.

A sociedade percebe a justiça como corrupta, o que corrói a legitimidade do sistema. Por isso, além das reformas legais, é necessária uma profunda transformação ética.



A CULTURA COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE.





POR **FEDERICO BUYOLO**

Diretor Cultural da Fundação Ortega-Marañón.

Em um momento em que a pós-verdade se disfarça de mentiras interessadas, em que a insatisfação social nos conduz à retrotopia de “que tudo no passado era melhor”, e no qual o futuro é temível e incerto, é fundamental partirmos de definições claras e inequívocas: **a cultura é a condição que torna possível a democracia.**

No entanto, não podemos esquecer que, diante da decadência das ideologias e do esvaziamento da política – que abandona o pensamento crítico e a razão pública, somados à perda de confiança da cidadania –, **a cultura vem sendo apropriada** por aqueles que têm como objetivo levar a democracia liberal ao fracasso. Há quem pretenda substituir esse sistema político, responsável pela

construção de um Estado social e de direito, por uma sociedade focada no eu em vez do nós. Desta forma, a cultura passa a ser vista como entretenimento que promove a desconexão política e abre caminho para um niilismo social. Além disso, não pode ser usada como arma em uma disputa que não é cultural, mas sim **ideológica**.

A democracia, para ser defendida, precisa ser **ampliada**. A cultura é o instrumento que nos permite criar narrativas que nos identificam e nos impulsionam a construir o modelo social que desejamos. **A arte é a expressão das ideias, a transformação simbólica dos anseios e das perguntas que nos ajudam a avançar como sociedade democrática.**

Em um momento em que se questiona o papel da democracia e das instituições públicas, é importante lembrar que “a política é a arte de governar um espaço público compartilhado e repleto de contradições”, como lembrou o ex-presidente espanhol Felipe González. **As contradições são superadas por meio do diálogo e do consenso**, a partir da compreensão de que vivemos e convivemos em espaços comuns e de que o futuro só existe se estiver ancorado na **igualdade, na liberdade e na solidariedade**.

Hoje, quem alimenta os populismos e a sociedade da pós-verdade — isto é, da mentira — coloca em dúvida se os valores fundamentais da Revolução Francesa — que se tornaram a base do espírito iluminista das novas democracias — podem, de fato, caminhar juntos. Nada mais distante da realidade. Nenhuma democracia moderna pode se sustentar sem esses três princípios irrenunciáveis e inseparáveis: uma equação social perfeita.

“
A POLÍTICA
é a arte de governar um
espaço público compartilhado
e repleto de contradições.”

José Ortega y Gasset escreveu em *Missão da Universidade* que a cultura é “o sistema de ideias vivas que cada época possui”. A cultura é mais do que entretenimento: é a base de onde surgem as **sociedades democráticas e avançadas**. É o instrumento com o qual se constroem as narrativas que sustentam os valores cotidianos da sociedade e, portanto, do presente e do que está por vir. Também é o objetivo final: a forma como imaginamos, narramos e transformamos o futuro em realidade. Por isso, é **uma condição indispensável** para o fortalecimento da democracia.



Além disso, se entendemos a democracia como um saber distribuído na sociedade, precisamos fazer com que cultura se torne a inteligência coletiva que nos ajuda na construção de um pacto social global para a região, sustentado pela Carta Cultural Ibero-Americana. **A diversidade cultural da região é o melhor legado para imaginar o futuro**. Uma herança que representa a vitalidade das tradições como expressão da história e da cultura compartilhada, do potencial criativo e do talento de um povo que aspira a ser referência em valores que fazem da democracia um exemplo de convivência.

Partimos de uma boa base que inclui, por exemplo, as políticas culturais do Chile ou do Uruguai, que reconhecem a cultura como dimensão do bem-estar social; a iniciativa coletiva que criou laboratórios de inovação cidadã, a Rede Ibero-Americana de Animação com os Prêmios Quirino; e os projetos Ibero-museus e Ibermedia como mecanismos de cooperação.

A cultura, e portanto a democracia, não se constrói contra nada nem ninguém. **É formada a partir da liberdade das ideias, da igualdade de oportunidades para todas as pessoas e da solidariedade como ética pública**, que indica que só a partir de uma visão compartilhada é possível imaginar o futuro.



As ameaças são muitas. Os desafios, infinitos. Os problemas, talvez impossíveis de abarcar. Ainda assim, há uma certeza inexorável: quando caímos no individualismo, no “eu contra você” ou na adesão cega a discursos que negam a realidade e difundem valores que não nos representam como sociedade, caminhamos para o caos social.



O FUTURO

só existe se estiver ancorado na igualdade, na liberdade e na solidariedade.

Este é o momento de saber que somos nós que decidimos nosso futuro ibero-americano comum. E que agora, mais do que nunca, é necessário **criar espaços de diálogo, de consenso e, inclusive, de discordância negociada.**

Este é o momento de retomar os valores essenciais que permitiram o avanço das sociedades da região. Reconhecer que a tecnologia é indispensável e que cabe à cultura o papel de humanizá-la.

Este é o momento de fortalecer as instituições com esses valores que fazem da democracia um espaço comum para todos. É hora de deixarmos de ser coadjuvantes de um enredo escrito por outros e assumirmos o papel de protagonistas de nossa própria narrativa.

“

A CULTURA

é formada a partir da liberdade das ideias, da igualdade de oportunidades para todas as pessoas e da solidariedade como ética pública.

”

O dilema humano passa por compreender que os imaginários coletivos são construídos na democracia e estão a serviço dela. A cultura não oferece respostas prontas, mas tem a capacidade de nos fazer as perguntas certas, criar espaços para as ideias, imaginar o futuro e **transformar a arte na expressão de nossos anseios, sonhos e valores compartilhados.**

Sem arte não há criatividade. Sem criatividade não há narrativa. Sem narrativa não há cultura. Sem cultura não há democracia. Sem democracia não há futuro.

APOIAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO LOCAIS É PROTEGER A DEMOCRACIA.



A falta de informação local enfraquece a democracia, sobretudo porque dificulta a fiscalização sobre o governo e abre caminho para a corrupção.



POR **DORA MONTERO CARVAJAL**

Editora da Mongabay Latinoamérica e presidenta e sócia fundadora do Consejo de Redacción; chefe de Emissão e repórter de Investigação nas *Notícias RCN*; foi editora-chefe do *El Espectador* na Colômbia.

Há alguns dias, escrevi um artigo sobre a morosidade do inquérito do assassinato de um jornalista ocorrido em 2022, em um pequeno município colombiano. A vítima, Mardonio Mejía, era responsável por uma rádio comunitária e levava ao ar, diariamente, um programa de rádio com as principais informações de San Pedro, sua cidade, e dos arredores. Muitos dos 5 mil habitantes da região ouviam o programa regularmente. Enquanto trabalhava com as fontes para escrever o artigo, o depoimento de um entrevistado chamou especialmente minha atenção: apenas uma semana após o crime, ao realizar uma visita de campo em San Pedro, ele se surpreendeu com o silêncio que tomava conta daquele lugar conhecido por sua tradição musical. Ao pedir uma explicação, contaram que, com a morte de Mardonio, **a única emissora local tinha saído do ar.**

Um choque de realidade: o que acontece com uma comunidade quando desaparece o único meio de comunicação que mantinha os moradores informados?

O caso de San Pedro não é único. Histórias semelhantes se repetem em várias partes do mundo, já que ataques contra jornalistas e meios de comunicação muitas vezes resultam em mortes. Em cidades pequenas, porém, a situação muda completamente, pois **a mídia e os jornalistas mantêm uma relação muito próxima com a população**, tornando-se peça-chave para aproximar os cidadãos dos assuntos públicos. Por isso, o rompimento dessa relação afeta seriamente a democracia.

O jornalismo local permite que os moradores de áreas rurais se informem sobre questões de sua comunidade. Em algumas cidades, por exemplo, as mensagens transmitidas pelas **rádios comunitárias** são a única forma de acompanhar a situação das estradas, as obras públicas ou as ações de saúde. Em municípios ribeirinhos, as emissoras informam os moradores sobre alertas de cheia de rio, deslizamentos provocados por fenômenos naturais e sobre o que acontece em outras partes do país.

“
A MÍDIA
e os jornalistas mantêm
uma relação muito
próxima com a população,
tornando-se peça-chave
para aproximar os cidadãos
dos assuntos públicos. Por
isso, o rompimento dessa
relação afeta seriamente a
democracia.

”

Infelizmente, por diversos motivos, o jornalismo local está passando por uma crise estrutural. Um estudo conduzido pela Fundação Gabo sobre os ecossistemas de notícias locais em cinco países da América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru) revelou que mais de 65% dos territórios não contam com jornalismo local, o que significa que, na maioria das comunidades **a atividade jornalística é restrita, não conseguiu se consolidar de maneira estável ou é exercida em condições precárias.**

Fala-se muito sobre a difícil situação econômica da mídia, mas muito pouco sobre o que significa sobreviver fazendo jornalismo local. **A publicidade está cada vez mais escassa e, em muitas ocasiões, é usada como ferramenta de controle.** Essa pressão econômica, por sua vez, favorece a autocensura e leva ao desaparecimento de veículos de comunicação. “A ausência de notícias é uma péssima notícia.” É o que aponta a revista *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS), com base em estudos que demonstram que **a falta de notícias locais alimenta a polarização, diminui a participação eleitoral e dificulta a fiscalização sobre o governo.**

Em algumas localidades, a mídia local é usada para convocar a população a decidir sobre planos de desenvolvimento ou a participar de audiências públicas em que são debatidas questões complexas e fundamentais que afetam sua vida, como consultas prévias ou autorizações para a instalação de novas empresas. Essa participação em decisões sobre o futuro da comunidade é, muitas vezes, facilitada pelas emissoras, que dão espaço a diferentes vozes e permitem, inclusive, dialogar com autoridades públicas, conhecer suas ações e cobrar transparência. De fato, o papel da comunicação local também pode ser visto como **uma forma de combater a corrupção.**





Quando se trata de assuntos eleitorais, a questão se torna mais grave. Esses meios de comunicação ajudam as comunidades a entender o que está em jogo nas eleições locais e podem, inclusive, capacitar a população para participar das votações. No entanto, também são um espaço que acaba dando margem para atividades ilícitas. Na Colômbia, com o recrudescimento da violência, grupos armados ilegais buscam impor um controle cada vez maior sobre a vida local, e o uso estratégico da informação é fundamental nesse sentido. Para isso, recorrem à intimidação e à ameaça.

Sem a mídia local, como os eleitores das áreas rurais estão se informando? Cada vez mais, pesquisadores concordam que **as mídias sociais** chegam a preencher esses vazios informativos, polarizando o ambiente político das comunidades.

A falta de informação local enfraquece a democracia, sobretudo porque dificulta a fiscalização sobre o governo e abre caminho para a corrupção. Portanto, estamos falando de um vazio que as redes sociais não conseguem preencher. Optar por se informar exclusivamente pelas mídias sociais e abandonar os meios de comunicação

locais expõe a população a **uma avalanche de conteúdos, em que se torna difícil distinguir o que é verdadeiro do que é falso ou enganoso.**

Além disso, a agenda das comunidades passa a disputar espaço com as decisões das grandes plataformas. Somam-se a isso a violência e a vulnerabilidade econômica, exploradas por políticos interessados em manipular a informação.

É indesejável, em qualquer circunstância, que em nível local se concretize o que Bernardo Díaz Nosty chamou de “hipótese da democracia degradada”, segundo a qual a imprensa apostaria no mercantilismo para sobreviver e gerar lucros, degradando assim a democracia. Talvez o principal antídoto para isso, bem como contra a desinformação e a polarização, seja justamente a mídia local.



A FALTA DE INFORMAÇÃO
local enfraquece a democracia,
sobretudo porque dificulta a
fiscalização sobre o governo e abre
caminho para a corrupção.

A questão que permanece é: como criar condições adequadas para o exercício do jornalismo local de maneira estável e sem restrições? Acredito que a resposta esteja em um esforço coletivo para protegê-lo e fortalecê-lo. Então, resta a pergunta: quem está disposto a fazer isso?

UE-MERCOSUL: UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E UMA NOVA ETAPA PARA A ESPANHA.



Para ambos os blocos, a integração e a cooperação são fundamentais para aumentar a competitividade e o bem-estar de seus países.





POR RAMÓN CASILDA BÉJAR

Assessor de Economia e Negócios Internacionais, especializado na América Latina; economista e mestre em Administração e Direção de Empresas pelo ICADE. Autor de ampla obra econômica, destacam-se seus livros sobre banca, internacionalização e economia latino-americana.

O Acordo de Associação entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) representa um marco inédito ao propor a criação da maior área de livre comércio do mundo. O tratado estabelece a abertura comercial para a maior parte dos produtos, com a eliminação progressiva de tarifas em mais de 90% dos casos, o que deve ampliar significativamente o comércio entre os dois blocos, que juntos somam um PIB superior a 20 trilhões de euros e cerca de 720 milhões de habitantes.

O Mercosul é fruto de um longo processo de integração inter-regional na América Latina. Sua origem está, em grande medida, na experiência acumulada em iniciativas anteriores, como a Associação Latino-Americana de Integração

(ALADI), assim como ocorreu com a União Europeia que surgiu a partir da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

O Mercosul foi formalmente criado em 1991, em um contexto em que o modelo econômico de industrialização baseado na substituição de importações já não era viável. Durante a década de 1980, conhecida como a “década perdida”, a América Latina enfrentou a crise da dívida externa, que evidenciou a insustentabilidade do protecionismo. Ainda assim, esse modelo conseguiu que, entre 1950 e 1980, a taxa média de crescimento do PIB da região atingisse 5,5%. No entanto, como destaca o economista José Antonio Ocampo, esse ritmo de crescimento não se repetiu, pois desde 1990 a média caiu para 2,5%.

Ocampo ressalta que, nas últimas décadas, as agendas progressistas promovidas por governos de esquerda em grande parte da região não conseguiram consolidar um crescimento econômico sustentado. Diante disso, fica claro que **os países latino-americanos precisam buscar um novo modelo de desenvolvimento, que vá além do extrativismo e da chamada armadilha da renda média, para avançar em direção a níveis mais altos de prosperidade.**

Esse novo modelo de desenvolvimento pode ter início com o acordo UE-Mercosul, cuja estrutura está baseada em três pilares: **política, comércio e cooperação**. O primeiro visa um **diálogo político e de cooperação** que promova e fortaleça uma parceria estratégica entre dois blocos que compartilham interesses e valores. O segundo pilar busca **a liberalização gradual do comércio**, incluindo compras públicas e fluxos de capital, além da convergência regulatória em áreas-chave como a concorrência e os direitos de propriedade intelectual. Por sua vez, o pilar de cooperação está orientado para a **colaboração institucional e econômica** com o fim de consolidar a integração e fortalecer as capacidades de ambos os blocos.



Quanto às oportunidades que se abrem para a Espanha, o acordo marca o início de uma nova etapa, já que contempla **a eliminação progressiva de tarifas**. Trata-se de uma oportunidade inédita para diversificar as relações comerciais, compensar o impacto das tarifas impostas pelos Estados Unidos e consolidar a presença espanhola em mercados estratégicos da América Latina, como os do Mercosul.

OS PAÍSES
latino-americanos precisam
buscar um novo modelo
de desenvolvimento para
avançar a níveis mais altos de
prosperidade.

O setor agroalimentar espanhol recebe o acordo após meses de incerteza devido às tensões comerciais com os Estados Unidos, que impuseram uma tarifa geral de 15% sobre as exportações europeias. Nesse contexto, abre-se um cenário mais favorável. Até agora, a presença espanhola nesses mercados era limitada: em 2024, as exportações agroalimentares e pesqueiras para a Argentina somaram apenas 48 milhões de euros (0,1% do total), enquanto as importações alcançaram 1,34 bilhão de euros. No caso do Brasil, as exportações totalizaram 355 milhões (0,5% do total), enquanto as importações alcançaram 2,65 bilhões de euros. Já o Uruguai recebeu 42 milhões de euros em exportações espanholas, mas exportou para a Espanha 87 milhões de euros no mesmo setor.



A MODERNIZAÇÃO da parceria estratégica abre novos caminhos em inovação, tecnologia e sustentabilidade.

Apesar dessa balança comercial negativa, os empresários espanhóis veem um **horizonte favorável**. Entre os produtos com maior potencial estão o vinho, o azeite, as frutas, as bebidas destiladas e os produtos cárneos. O acordo também oferece oportunidades em setores como o das **energias renováveis**, um campo promissor para as empresas espanholas, que estão aptas a participarem desses projetos. Além disso, a modernização da parceria estratégica abre novos caminhos em **inovação, tecnologia e sustentabilidade**, impulsionando o comércio e os investimentos e promovendo sociedades mais sustentáveis e inclusivas.

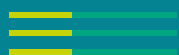
A Espanha, quarta maior economia da União Europeia, reúne condições singulares para se afirmar como elo entre o Mercosul e a UE, apoiada em sua história, na língua e nos laços culturais que a ligam à região. Trata-se de um papel que não se consolida por simples herança histórica, mas que requer liderança ativa para ser efetivamente assumido. Isso exige **visão, estratégia e vontade política**, ou seja, audácia, tenacidade e capacidade de decisão. Uma das chaves está em transformar os laços históricos e linguísticos em ativos econômicos e geopolíticos por meio da construção de parcerias que respondam às oportunidades e aos desafios em curso.

Tanto para a União Europeia quanto para o Mercosul, a integração e a cooperação são fundamentais para ampliar **a competitividade, o bem-estar e a transmissão do crescimento econômico entre os países**. A consolidação desse processo implica um compromisso político firme entre os membros, reforçando a robustez do acordo.

A contagem regressiva para a assinatura do acordo já começou. Embora dependa da superação do último obstáculo, o desfecho está próximo e, segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o resultado será positivo. Essa decisão histórica está prevista para ocorrer em Brasília ou em Foz do Iguaçu, no dia 20 de dezembro de 2025, no âmbito da LXVII Cúpula de Presidentes do Mercosul. O encontro coincidirá com o encerramento da Presidência *Pro Tempore* do Brasil e dará início a uma nova etapa, marcada por **relações mais intensas e frutíferas entre os dois blocos**.



ENTREVISTA A PILAR DEL RÍO.



“A democracia não
está em crise, as
sociedades sim”.





Veja entrevista completa:



POR MARÍA BENSADÓN

Diretora de Publicações e Comunicação Interna, OEI.

Pilar del Río chega à Biblioteca Nacional da Espanha em uma manhã agradável de outubro, caminhando tranquilamente, trazendo no rosto um sorriso franco. Fala devagar, mas com convicção. **Jornalista, tradutora e presidente da Fundação José Saramago**, há mais de uma década se dedica a preservar o legado do Nobel português e, ao mesmo tempo, tem uma causa própria: **a defesa da palavra, da cultura e da empatia como motores de uma sociedade mais justa.**

Logo no início da conversa, faz questão de agradecer a iniciativa do projeto *Ibero-América em Democracia*, promovido pela Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI). “Fortalecer a democracia é um processo que não tem fim, porque a democracia nunca é perfeita. Parabéns por promover um espaço que convida à reflexão coletiva.” Assim começa uma conversa que, mais do que uma entrevista, tem o tom leve de um bate-papo e nos leva a **refletir sobre a humanidade.**

Pergunta: Obrigada, Pilar. Antes de entrar nos temas que vamos abordar, gostaria de lhe perguntar: como Pilar del Río se define em poucas palavras?

Resposta: É difícil responder a isso. Em um documento posso escrever o que consta no passaporte: jornalista, 75 anos, nascida em Sevilha, com nacionalidade portuguesa. Mas isso diz pouco. Talvez diga mais o fato de ter um filho e ser a mais velha de quinze irmãos. Nasci em uma época em que o mais importante, para escapar da tristeza, era servir aos outros. É assim que me defino: uma pessoa que está ao serviço do outro. Trabalhei como jornalista, sempre atuando com militância no jornalismo. Hoje, a partir de uma instituição cultural, preservo a memória e o legado de José Saramago. Mas tudo continua guiado pela mesma vocação: servir. Se não for para servir, o projeto não me interessa.

“
TENTAMOS
seguir adiante, mas não é
fácil manter uma postura ética
e humana de alguém para
quem nada nem ninguém era
indiferente.”

P: Queria falar justamente sobre esse legado. A senhora é jornalista, escritora, tradutora e cuida da memória de José Saramago, desse “continua-me” que lhe pediu no documentário *José e Pilar*...

R: “Que responsabilidade! E que maldade”, eu lhe dizia. No mesmo documentário, com seu senso de humor, ele comentou: “Não gostaria de estar no lugar da Pilar quando eu estiver morto.”

Respondi: “Então não morra.” Saramago tinha uma personalidade muito forte, com uma enorme capacidade de observação. Analisou seu tempo e refletiu sobre o futuro. Era um intelectual e um humanista. Continuar seu legado é muito difícil, seja para uma pessoa ou mesmo para uma instituição. Tentamos seguir adiante, mas não é fácil manter uma postura ética e humana de alguém para quem nada nem ninguém era indiferente.

«SE NÃO FOR PARA
SERVIR, O PROJETO NÃO
ME INTERESSA».

P: Minha pergunta talvez fosse mais pessoal: onde começa a Pilar e onde termina o José? Ou é algo indivisível?

R: José Saramago é o autor de sua obra, e isso está claro. Pilar é, simplesmente, mais uma pessoa que promove essa obra para que seja conhecida e os conceitos humanos que ele defendia continuem presentes na sociedade e nas instituições. Digamos que, se ele foi pai e mãe de uma determinada forma de estar no mundo, eu estive no momento da concepção. É isso que dá sentido ao que faço e me define: é aí que se encontram a obra de Saramago, a cultura e o pensamento, e o meu próprio trabalho.

P: Falando da obra de Saramago, que obras recomendaria para quem ainda não leu nenhum de seus livros, especialmente para entender o pensamento dele sobre o ser humano?



R: *Ensaio sobre a Cegueira* define muito bem o nosso tempo. Depois de escrever *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, Saramago viveu uma profunda revolução interior. Ter investigado as origens da nossa civilização, que é a civilização cristã, e os conflitos que o fator Deus foi gerando ao longo do tempo — guerras, sacrifícios pessoais, torturas, dogmatismos, martírios — afetou-o profundamente, até que um dia disse: “Estamos cegos. Cegos que, vendo, não veem.” Foi então que escreveu *Ensaio sobre a cegueira*. Esse livro nos retrata hoje: estamos à beira de uma hecatombe e não entendemos que apenas nós, cidadãos, podemos nos salvar. Mais adiante, escreveu *Ensaio sobre a lucidez*, em que o tema é a responsabilidade. Nesse livro, em que aparecem jovens em momentos decisivos, parece dizer: “você são importantes, assumam a própria lucidez, não se deixem uniformizar nem desanimar.” Por isso, recomendo a leitura dos dois: *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a Lucidez*.

P: Um explica como está a sociedade; o outro, o que podemos fazer. Por isso, não gosto de falar em “crise” da democracia, porque acredito no valor das palavras e na importância de ter cuidado com o discurso. Mas que valores devemos resgatar para fortalecer a democracia? O que os jovens podem fazer?

R: Também não gosto de falar em “crise da democracia”. Coitada da democracia... Quem está em crise somos nós, as sociedades. Achamos que, só porque há eleições, há democracia, e nem sempre é assim. A democracia é o governo do povo, para o povo e com o povo, mas muitas vezes delegamos nossas responsabilidades, permitindo que outros — não eleitos ou eleitos por meio de campanhas manipuladoras — administrem sem prestar contas. E assim surgem as guerras, como se os seres humanos não importassem, e milhares de mortos se tornam “coisas que acontecem”. Na democracia, todos os seres humanos importam. Para haver democracia, precisamos de mais cultura, mais educação, mais responsabilidade. Devemos frear lógicas que nos reduzem a números e lembrar que cada um é único, com consciência e responsabilidade. Só com cidadãos conscientes e comprometidos a democracia será o melhor sistema possível.



P: Essa ideia de frear, de ouvir o outro, me lembra o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, que fala da sociedade do cansaço e da falta de comunicação real.

R: Exatamente. Vivemos uma solidão angustiante, que não é criativa. Estamos cercados por milhares de contatos, mas não há comunicação de corpo e alma, como se tudo fosse artificial. Antes, nos povoados, as mulheres conversavam durante horas no final do dia; se conheciam, se apoiavam. Não se sentiam sozinhas. Não estou dizendo que temos que nos sentar novamente à porta de casa, mas que precisamos recuperar a comunicação direta, o olhar, os projetos em comum. Precisamos conviver, ler, conversar olhando-nos nos olhos. Podemos tornar o mundo um lugar melhor. E se alguém achar isso utópico, pior para essa pessoa: em uma sociedade onde as pessoas se reconhecem, onde há pluralidade, respeito e encontro, há espaço para todos e podemos tentar realizar o desejo de ser felizes.

P: Essa empatia de que fala, essa frase que Saramago e a senhora repetem em várias ocasiões: “O outro tem direito de se afirmar”, parece ter se enfraquecido. Nesse sentido, como instituições como a Fundação Saramago ou a OEI podem fomentar sociedades mais empáticas?

R: Quando a OEI organiza encontros e leva autores, artistas ou músicos de diferentes países, demonstra que, mesmo com nossas diferenças culturais, temos projetos que nos aproximam e mostram as convivências possíveis. Precisamos

dar mais visibilidade às boas notícias, como as que a OEI gera. A mídia repete as más notícias; insistamos nós nas outras, em falar do concerto da orquestra que emocionou tanta gente, nos projetos que constroem esperança e convivência. Detesto o ódio e vivemos cercados por discursos de ódio, inclusive proclamados por governos ou por meios de comunicação poderosos. Temos que encontrar vacinas contra a sociedade do ódio que alguns querem construir.

“
EM UMA SOCIEDADE
onde as pessoas se
reconhecem, onde há
pluralidade, respeito e
encontro, há espaço para
todos e podemos tentar
realizar o desejo de ser felizes.”

P: Mas, com a internet e as redes, não teríamos mais possibilidades de divulgar boas notícias?

R: Estamos dominados pelos algoritmos, mas podemos, sim, ser ativistas sem nos render.

P: Que papel a cultura e a troca entre culturas desempenham nesse contexto de fragmentação?

R: A cultura nos torna iguais. Graças à literatura, à pintura, à música, conhecemos o outro. Sabemos como vivia o avô de García Márquez ou quais eram os sonhos de Cortázar. A cultura nos ensina que, independentemente da cor da pele, todos queremos ser felizes. Se há cultura, há respeito. E havendo respeito, não haverá invasões nem expulsões de imigrantes, nem exploração do próximo. A cultura é a base das relações humanas.



P: Todos os dias, quando vê as notícias, o que acha que Saramago diria? Que frases dele vêm à mente?

R: O que ele dizia tantas vezes é o que me vem à minha mente: “Estamos loucos”. Saramago morava em Lanzarote, uma ilha situada entre a Ibero-América, a Espanha, Portugal e a África. Para ele, simbolizava uma ponte. Defendia que a Bacia Cultural e Econômica do Atlântico Sul deveria existir, sendo decisiva hoje, assim como a Bacia do Mediterrâneo foi em seu tempo. O Atlântico Sul é jovem, diverso, rico em idiomas e culturas, e em recursos essenciais para o desenvolvimento. Espanha e Portugal poderiam aproximar a Europa da região americana, não como colonizadores, mas, enfim, como iguais. Em aliança, o Atlântico Sul, ou seja, América, do Rio Grande à Patagônia, Portugal, Espanha e alguns países da África, poderia formar uma potência humanística, econômica e cultural forte, não invasora, diferente e autônoma em relação a outras potências. Esse é um sonho bonito que não devemos esquecer.

P: Concordamos plenamente. Na OEI, também apostamos nessa cooperação Sul-Sul e nas indústrias culturais. Mas me diga, a cultura é um direito?

R: É um dever.

P: Como os direitos humanos. A senhora costuma dizer que os direitos humanos não são um favor, mas uma responsabilidade individual.

«TODOS OS SERES HUMANOS IMPORTAM».

R: A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi uma conquista histórica, mas foi assinada pelos Estados, não pelas pessoas. E os Estados às vezes “saem de férias.” Por isso, precisamos assumi-la como algo nosso. Na Fundação José Saramago promovemos a ideia de uma Declaração de Deveres Humanos: cada pessoa tem a obrigação de defender este documento maravilhoso e garantir seu cumprimento. Os direitos humanos devem estar acima das leis do mercado. Se não entendermos isso, estamos perdidos como humanidade.

P: A partir de nossa experiência na América Latina, penso no direito à educação, a uma alimentação básica, à moradia e ao direito de viver em família...

R: E também o direito de amar, de escolher uma religião ou de não ter nenhuma, de decidir a própria vida. Temos que estar atentos: está surgindo uma nova forma de dominação econômica que se disfarça de religião e dogma. Tentam nos reduzir a seres resignados ou amedrontados, como se estivéssemos em épocas em que o obscurantismo era lei. Por isso, a cultura é mais importante do que nunca: ela nos permite ver, conhecer e decidir em liberdade. A liberdade, esse conceito que não pode ser desvalorizado.

“
A CULTURA
nos torna iguais. Graças à
literatura, à pintura, à música,
conhecemos o outro.”

P: Para encerrar, que mensagem deixaria aos jovens, futuros líderes, para que aprendam a olhar e a respeitar o outro?

R: Que sejam empáticos, que vejam o outro como semelhante. Que cobrem os mais velhos, porque cometemos muitos erros. Que busquem novos caminhos a partir da solidariedade e da atenção ao outro. E que compreendam que a lua tem um lado oculto: para construir o futuro, precisamos de todas as vozes, todas as línguas, todas as cores, todas as culturas, tudo aquilo que foi ignorado. Precisamos ver a lua completa para sermos homens e mulheres livres, iguais, independentes, necessários.

Pensem que há muito a fazer e façamos juntos, para que seja possível. E, assim, com todos os dados, poderemos decidir com responsabilidade e consciência. É preciso.





OEI

Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, España
(+34) 91 594 43 82
oei@oei.int